



## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro  
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique  
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco  
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes  
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo  
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.  
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

- 1.1 - Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 1.2 - 27ª Reunião Especial da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura – Destinada à Realização do Ciclo de Debates “Piso Salarial em Minas Gerais”
- 1.3 - 28ª Reunião Especial da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura – Destinada à Realização do Ciclo de Debates “Piso Salarial em Minas Gerais”
- 1.4 – Reunião de Comissões

### 2 – EDITAL DE CONVOCACÃO DE REUNIÃO

- 2.1 - Comissão

### 3 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### 4 - COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

### 5 - MANIFESTAÇÃO

### 6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### 7 - ERRATAS



## ATAS

### ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA EM 1º/9/2011

#### Presidência do Deputado José Henrique

Sumário: Comparecimento - Falta de quórum.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados e a Deputada:

José Henrique - Paulo Guedes - André Quintão - Celinho do Sinttrocel - Doutor Viana - Fred Costa - Luiz Carlos Miranda - Luzia Ferreira - Vanderlei Miranda.

#### Falta de Quórum

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 14h13min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de quórum, e convoca as Deputadas e os Deputados para a especial de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação.

### ATA DA 27ª REUNIÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 26/8/2011

#### Presidência dos Deputados Luiz Carlos Miranda, Rogério Correia e Celinho do Sinttrocel

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião – 1º Painel: Composição da Mesa - Registro de presença - Execução do Hino Nacional - Leitura de mensagem - Palavras do Sr. Presidente - Palavras da Sra. Marilena Chaves - Palavras do Senador Roberto Requião - Palavras da Deputada Federal Jô Moraes - Palavras do Sr. Geraldo Flávio Vasques - Palavras do Deputado Celinho do Sinttrocel - Palavras do Sr. Presidente – 2º Painel: Composição da Mesa - Registro de presença - Esclarecimentos sobre a dinâmica dos trabalhos - Palavras do Senador Roberto Requião - Palavras da Sra. Ana Flávia Machado - Palavras do Sr. Cláudio Dedecca - Palavras da Sra. Marilena Chaves - Palavras do Sr. Edson Domingues - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados e a Deputada:

Celinho do Sinttrocel - Luiz Carlos Miranda - Luzia Ferreira - Rogério Correia.

### **Abertura**

O Sr. Presidente (Deputado Luiz Carlos Miranda) - Às 9h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

### **Ata**

- O Deputado Celinho do Sinttrocel, 2º-Secretário “ad hoc”, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

### **Destinação da Reunião**

O locutor - Destina-se esta reunião à realização do ciclo de debates “Piso salarial em Minas Gerais”, com os seguintes objetivos: discutir o papel do salário no fomento ao desenvolvimento e no combate à pobreza, como garantia da dignidade humana; discutir a implantação do piso salarial no Estado de Minas Gerais, considerando-se as particularidades regionais, as peculiaridades setoriais, as características do mercado de trabalho e o perfil dos trabalhadores; conhecer a experiência de outros Estados onde o piso salarial foi implantado; e identificar os impactos sociais e econômicos da implantação do piso salarial em Minas Gerais.

### **1º Painel**

#### **Composição da Mesa**

O locutor - Convidamos para tomar assento à Mesa a Exma. Sra. Marilena Chaves, Presidente da Fundação João Pinheiro, representando o Governador do Estado, Antonio Anastasia; o Exmo. Sr. Senador Roberto Requião; a Exma. Sra. Deputada Federal Jô Moraes; e os Exmos. Srs. Geraldo Flávio Vasques, Procurador-Geral de Justiça Adjunto, representando o Procurador-Geral de Justiça, Alceu José Torres Marques; Deputado Celinho do Sinttrocel, Vice-Presidente da Comissão de Transporte desta Casa; e Deputado Rogério Correia, membro da Comissão de Administração Pública desta Casa.

#### **Registro de Presença**

O locutor - Gostaríamos de registrar a presença do Sr. Hamilton Reis, Secretário Municipal de Governo de Contagem; do Sr. Hélio Augusto Martins Rabelo, Secretário Adjunto de Estado do Trabalho e Emprego; e do ex-Deputado Federal Sérgio Miranda.

#### **Execução do Hino Nacional**

O locutor - Convidamos os presentes para ouvir o Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

#### **Leitura de Mensagem**

O locutor - Passo a ler o comunicado de ausência da Deputada Rosângela Reis: “A Deputada Rosângela Reis, Presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, desculpa-se pelo seu não comparecimento, considerando que neste mesmo horário estará representando esta Casa legislativa na reunião regional da Comissão Interestadual Parlamentar de Estudos para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio Doce - Cipe Rio Doce -, da qual é Presidente Interestadual para o biênio 2011- 2012, que se realiza na Câmara Municipal de Itabira”.

Informamos também aos presentes e aos telespectadores da TV Assembleia que este ciclo de debates foi organizado em parceria com as seguintes entidades: Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB -, Central Única dos Trabalhadores - CUT-MG -; Cedeplar UFMG, Clarosofia Núcleo Mundial, Consulta Popular, Dieese, Faemg, Fetran, Fecomércio, Fethemg, Fettrominas, Fetaemg, Fundação João Pinheiro, Instituto 25 de Março, MST, Movimento Minas Brasil, Nova Central Sindical dos Trabalhadores, Secretaria de Estado de Casa Civil e Relações Institucionais, Secretaria de Estado de Trabalho e Emprego, Sindicato dos Advogados do Estado de Minas Gerais, Sindeac, Sindicato dos Empregados no Comércio de Belo Horizonte e Região Metropolitana, Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Panificação de Belo Horizonte, Contagem e Região, Sintrajóias, UGT e Vicariato Episcopal para Ação Social e Política da Arquidiocese de Belo Horizonte. A Força Sindical e a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil também estão participando das discussões sobre a implantação do piso salarial regional e apoiam a realização do ciclo de debates.

#### **Palavras do Sr. Presidente**

Bom dia, companheiros e companheiras, dirigentes sindicais, trabalhadores. É uma alegria receber na Casa do povo de Minas Gerais a participação efetiva dos nossos companheiros trabalhadores que representam a riqueza deste país.

Exma. Sra. Marilene Chaves, Presidente da Fundação João Pinheiro, muito obrigado por sua presença. Exmo. Sr. Senador Roberto Requião, temos uma história de longos anos. Foi um dos primeiros Governadores que, após a revolução, recebeu o movimento sindical, quando criamos a Confederação Nacional dos Metalúrgicos. Recebeu-nos com todo o carinho e com muita disposição para lutar junto dos trabalhadores no Paraná. Muito obrigado por sua presença em Minas. Seja bem-vindo. Exma. Sra. Deputada Federal Jô Moraes, grande companheira, grande batalhadora; Exmo. Sr. Alceu Torres Marques, representando o Sr. Procurador-Geral de Justiça; Exmo. Sr. Deputado Celinho do Sinttrocel, Vice-Presidente da Comissão de Transporte, meu querido amigo e autor deste requerimento, companheiro do Vale do Aço, nesta Casa representando os trabalhadores. Somos dois dirigentes sindicais, eu e o Celinho. Parabéns pela iniciativa. Com certeza, terá apoio desta Casa. Exmo. companheiro membro da Comissão de Administração Pública e grande companheiro. Por enquanto não é dirigente sindical, mas já o foi. Grande Deputado, homem que briga aqui, que está na luta permanente de todos os trabalhadores mineiros, Rogério Correia.

Presidentes das centrais sindicais aqui presentes, senhores companheiros, CTB, UGT, Nova Central da Força Sindical, acho que este é um momento importante. Os trabalhadores brasileiros não podem sobreviver com o salário mínimo nacional estabelecido. Esse salário mínimo de R\$545,00 não atende às necessidades básicas dos trabalhadores. Com certeza, este debate nesta Casa enriquecerá mais ainda a posição do Parlamento mineiro. Então sejam bem-vindos. Certamente, em pouco tempo, com o apoio dos Deputados desta Casa, vamos estabelecer um salário mínimo estadual que possa atender às necessidades básicas dos trabalhadores mineiros.



Com muita propriedade, a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa estabeleceu, entre suas prioridades para o biênio 2011-2012, o combate à pobreza e às desigualdades que ainda persistem em nosso Estado como caminho para alcançarmos um desenvolvimento socioeconômico mais justo e equilibrado.

Não podemos mais admitir como natural o fato de Minas Gerais continuar com parcela expressiva de sua população em condições precárias de sobrevivência ou mesmo em absoluta miséria, e com regiões extremamente carentes, paralelamente aos índices positivos de crescimento econômico, às conquistas tecnológicas e à modernização dos setores produtivos. Se tais preocupações dizem respeito ao conjunto da população, as discussões que propomos neste ciclo de debates se referem a um segmento específico, o dos trabalhadores, no qual também se revelam gritantes situações de injustiça e desigualdade.

A questão do piso salarial regional diz respeito diretamente à melhoria das condições de vida dos trabalhadores que recebem salário mínimo, o que já seria suficiente para justificar o evento que estamos realizando, em razão do contingente de pessoas que se encontram nessa situação e das carências socioeconômicas de um grande número de famílias envolvidas. A implantação do piso regional poderia ainda contribuir para a valorização do conjunto dos trabalhadores, a democratização e melhor distribuição da renda, a correção de desequilíbrios regionais e, conseqüentemente, o fortalecimento do mercado interno. Entretanto, de acordo com alguns setores empresariais, poderia também acarretar, pelo aumento dos salários e dos encargos sociais, impacto na folha de pagamento que não poderia ser suportado por um grande número de empresas, principalmente as de pequeno e médio porte. Poderia ainda, por tais motivos, provocar demissões ou impedir a contratação de novos trabalhadores, engrossando o contingente de desempregados e estimulando o mercado informal, cujos aspectos negativos, como ausência de garantias para os trabalhadores e perda de arrecadação de impostos, tanto se procura combater.

Ao promover este debate, assim como faz em relação a tantos outros assuntos relevantes para a sociedade mineira, esta Casa busca ouvir todos os segmentos envolvidos, procurando conhecer de perto suas razões e pontos de vista, com o objetivo de embasar os trabalhos legislativos. Estamos certos de que, com as preciosas informações a serem trazidas pelos expositores e debatedores – representantes da classe trabalhadora, dos empresários, do meio acadêmico e dos órgãos governamentais –, colheremos valiosos subsídios para análise do tema.

Agradecemos a todas as pessoas e instituições que colaboraram para a realização deste evento e a todos os que aqui compareceram, desejando que as opiniões e sugestões apresentadas contribuam para o aprimoramento das políticas públicas do nosso Estado referentes ao trabalho, à renda e ao desenvolvimento social. Muito obrigado e tenham todos um bom dia.

### **Palavras da Sra. Marilena Chaves**

Bom dia a todos! Bom dia, companheiros de Mesa, Srs. Deputados! O Governador me incumbiu de representá-lo e trazer a saudação a todos que aqui estão para discutir esta importante questão. Creio que nosso Presidente já traduziu a importância deste debate. Não há apenas um lado, mas o daqueles que recebem e o daqueles que pagam. Daí a importância de se discutirem todas as questões envolvidas neste assunto. É sempre assim nesta Casa: não se decide um assunto polêmico sem auscultar, sem discutir, sem trazer à tona a polêmica, a discussão, até a controvérsia.

Não é exatamente uma busca do consenso, porque essa é uma palavra difícil numa questão tão complexa, mas, sim, da convergência e da melhor solução para Minas Gerais. O Governador já expressou, inúmeras vezes – vou usar as palavras dele, por isso abrirei aspas –, a sua “obsessão” pelo emprego, como sendo o carro-chefe de vários programas do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI – já remetidos a esta Casa para análise. Esse é um documento que também ocupará as mentes dos Deputados das Comissões e de todos que colaboram com as discussões na Assembleia. Vocês verão que nessa discussão está a importância conferida pelo governo a essa questão.

Nós, da Fundação João Pinheiro, temos a missão de trabalhar todas as informações estatísticas de Minas Gerais, bem como a obrigação de trabalhar e estudar as políticas públicas e os diversos estudos que as embasam. Exatamente por isso, estamos aqui colaborando com este debate. Aliás, existe um companheiro nosso, o Reinaldo, envolvido na montagem deste fórum, na reunião de hoje, e também em tudo o que estamos fazendo.

Gostaria de trazer aos senhores uma parte da questão, que é a discussão de um ponto importante da economia mineira. A Fundação João Pinheiro possui estudos dedicados ao emprego e ao desemprego, que são pesquisas que traduzem a importância desse tema para a nossa casa. Portanto, estamos dispostos e motivados a colaborar com a discussão desse importante assunto. Obrigada.

Desejo a todos a serenidade para discutir, a fundo, todas as implicações desse tema que iremos discutir aqui.

### **Palavras do Senador Roberto Requão**

Com imenso prazer, recebi o convite dos companheiros da Assembleia de Minas Gerais para trazer a vocês uma experiência de piso regional consolidada, que é a experiência do piso regional do Estado do Paraná, hoje o mais alto do País.

Na abertura deste debate, permito-me, para suportar as ideias que aqui serão discutidas, fazer uma rápida abordagem sobre a importância do salário na crise vivenciada no mundo e no Brasil. Estamos envolvidos pelo processo da quebraadeira norte-americana. Gostaria de passar a vocês, de forma rápida e singela, as ideias que tenho sobre isso.

Os Estados Unidos entraram em crise porque congelaram o salário dos seus trabalhadores por décadas e passaram a apostar nos ganhos do capital, no jogo das Bolsas, nos lucros e nos bônus dos executivos das grandes empresas. Com o salário congelado, o poder aquisitivo dos norte-americanos foi diminuindo de forma progressiva. A visão liberal e econômica se recusava a pensar em aumentar salários de trabalhadores. O objetivo era capitalizar as grandes empresas e investir no mundo com capitais cada vez mais consolidados e magnificados. A economia americana parou, e a engenharia financeira norte-americana engendrou um empréstimo de juros altos e de longo prazo, chamado “subprime”.

Com esses empréstimos americanos, passaram a sobreviver sem salário. Começaram com os imóveis. Um cidadão americano tinha uma casa que valia US\$50.000,00; logo um banco lhe propunha um financiamento de US\$100.000,00, e ele financiava US\$100.000,00; mais adiante, por US\$150.000,00 e por US\$200.000,00. Depois, o “subprime”, o empréstimo de juro gordo, juro grande e prazo longo, atingiu o ensino. Nos Estados Unidos, o ensino básico é público, mas o universitário é privado e pago. Esse



empréstimo, então, passou a financiar o estudo dos filhos dos norte-americanos em uma situação inusitada: famílias de nível universitário não conseguiam mais, com o salário que recebiam, financiar o estudo dos seus filhos, e daí vinha o empréstimo: prazo largo e juro alto. Depois, foi para o financiamento dos automóveis e dos bens duráveis; e o salário, congelado. Assim, chegou o momento em que o acúmulo dos empréstimos e a contenção do aumento salarial fizeram explodir a economia norte-americana, que desabou como um castelo de cartas e provocou essa crise, esse cataclismo no qual estamos hoje envolvidos. E não imaginem que estamos envolvidos de forma leve: estamos em uma situação muito difícil.

A economia brasileira, nos últimos anos, foi puxada pelo crescimento econômico da China: 13,5% ao ano. A China comprava do Brasil minério de ferro, petróleo e grãos, as “commodities” e os minérios, por preços muito bons. Isso puxou a nossa economia, mas a China tem como principal mercado de consumo os Estados Unidos, que está vivendo uma enorme crise. Os Estados Unidos retraíram o seu consumo interno, deixaram de comprar da China o que compravam, então a China comparará menos do Brasil. Assim, o preço do minério de ferro, do petróleo e dos grãos cairá, e nós seremos atingidos por essa crise nos próximos anos. Se continuarmos com essa visão política de que salário é inflacionário no Brasil, nós nos aprofundaremos no desastre, como os americanos. Cito alguns dados para vocês raciocinarem: de 2006 a 2011, a importação brasileira cresceu 100%. Importação significa gerar empregos fora do País: produtos chineses, produtos japoneses, produtos norte-americanos e produtos alemães. A exportação do Brasil subiu apenas 5% em volume, e a importação 100%. O endividamento hoje das famílias brasileiras é de 40%. Os Estados Unidos quebraram com o endividamento das famílias norte-americanas ao redor de 25%.

Por que ainda não explodiu a questão, no Brasil? Não explodiu, porque políticas sociais bem-engendradas pelo Presidente Lula aumentaram o poder aquisitivo das classes C, D e E. Não explodiu, porque, embora tenhamos aumentado as nossas exportações em apenas 5%, o preço do minério de ferro, do petróleo e das “commodities” cresceu muito e o nível de emprego com o aumento do setor de serviços brasileiros também aumentou. Contudo, estamos agora no limite dessas possibilidades. A Presidente Dilma terá de enfrentar com extrema firmeza essa questão, e sou pessimista com relação a ela, porque, até agora, todas as medidas tomadas foram ortodoxas. O que significa ortodoxia na economia? Cortar os benefícios sociais, a previdência, a saúde e a educação e congelar salários. Isso é um erro. Hoje, sem a menor sombra de dúvida, a saída do Brasil é contar com a desvalorização do dólar. Não é o real que se valoriza no mercado, mas o dólar que cai. Temos de conter a desvalorização do dólar, diminuir a carga tributária, aumentar salários, diminuir as importações e ter uma massa salarial suficiente para a retomada do mercado interno. Além disso, precisamos de inovação tecnológica e financiamento de novos empreendimentos.

De qualquer forma, as políticas de congelamento de salário são tolas, são receitas velhas e ultrapassadas, que quebraram a economia norte-americana.

Quando comecei a discussão do piso mínimo regional no Paraná, a reação dos setores mais conservadores foi brutal. Vai haver desemprego? Vai quebrar o Estado? E nós estudamos o salário médio do Estado, consolidamos um piso regional com base no salário médio realmente pago e passamos a incorporar ao aumento do piso regional a produtividade. O grande erro dos Estados Unidos foi não incorporar a produtividade aos aumentos salariais. A produtividade se dirigia exclusivamente aos lucros de capital e das grandes empresas e isso quebrou a economia norte-americana.

O Paraná tem o maior piso regional do Brasil. Acredito, sem ter feito um estudo mais profundo, que o piso de Minas Gerais deveria ser maior que o do Paraná. A economia de Minas é mais forte que a nossa. Minas é um Estado com um Produto Interno Bruto maior que o do Paraná, e isso só beneficiaria a evolução do Estado. Então, para um início de conversa, fica aqui a fórmula: salário aumentado, não só o piso regional, mas o salário de todos os brasileiros, imposto reduzido e financiamento para a produção. O Brasil apostou muito nessa história do “subprime”, que era um financiamento abundante para pessoas que tinham o salário congelado. Como eu disse, temos 40% de endividamento nas famílias. Isso vai explodir a médio e curto prazo. O empréstimo consignado, por exemplo, não tem um volume que possa ser altamente significativo para o processo inflacionário brasileiro. Mas, como ele é aplicado direto na veia, tem uma velocidade muito grande e, não sendo executado paralelamente ao aumento salarial, está provocando, sim, o processo inflacionário. Ele acelera o processo inflacionário.

O que deveríamos ter? Financiamento para produção e, em vez de financiamento de prazo largo e juro alto para os trabalhadores, salários. Ninguém deseja se endividar, quer sobreviver e adquirir os bens de que necessita com o produto do seu trabalho e não com um endividamento absurdo. Além disso, contenção de impostos, equilíbrio do dólar com medidas sérias e contenção desse processo de importação, que cresceu 100% e está primarizando a economia brasileira. Estamos deixando de ser um Estado com avanços no setor industrial para voltarmos à época da colonização. Exportadores nos tornamos de minério, de petróleo e de grãos. Não é assim que um país consegue sua independência.

Dessa forma, iniciando a conversa e expondo para vocês os dados que motivaram o salário mínimo regional do Paraná, quero cumprimentar o governo do Estado e a Assembleia Legislativa, em especial, por ter tido a coragem de, publicamente, encarar essa questão. Desejo que esse seminário leve Minas a ter pelo menos um salário mais alto que o do Paraná, porque é o que o Estado precisa e os trabalhadores merecem. Obrigado, minha gente.

### **Palavras da Deputada Federal Jô Moraes**

Bom dia a todos e a todas. Queria cumprimentar a Mesa na pessoa dos Deputados Luiz Carlos, Rogério Correia e Celinho, autor do requerimento, que vem tendo no seu mandato inicial, sucessivamente, uma série de iniciativas de reforço para as conquistas dos trabalhadores.

Cumprimento as centrais sindicais presentes que, unificadamente, construíram esse processo, e especialmente nosso convidado, o Governador Roberto Requião. Num momento como este, em que discutimos que agenda o Brasil deve apresentar para manter uma construção desenvolvimentista com distribuição de renda, ele tem a coragem de não defender a política macroeconômica ortodoxa hegemônica, ainda hoje no governo, e apresenta, com sua própria experiência, uma contribuição decisiva. Essa iniciativa é muito importante.



Estamos em uma situação em que se discute o orçamento do próximo ano. O primeiro indicativo a respeito é de que não haverá indicações de aumentos salariais para todas as categorias do setor público. Evidentemente, isso impactará os demais segmentos e mesmo a iniciativa privada. No Congresso Nacional, temos tido repetidas derrotas, particularmente na Câmara e na Comissão do Trabalho, onde foi aprovado um projeto de terceirização que precariza profundamente as condições de trabalho de todos que se submetem a essa situação.

A pauta que vocês constroem aqui deve se expandir para todos os Estados, a fim de que possamos fazer um movimento de pressão para que, em Brasília, compreenda-se que apenas haverá desenvolvimento, num momento de crise como esse, caso haja investimento no mercado interno e se for consolidada essa lógica que o Presidente Lula iniciou, com uma política de salário mínimo que agrega não apenas o desgaste inflacionário, mas também a produtividade. É preciso compreender que, reduzindo os juros, é possível liberar recursos do País não para o sistema financeiro, mas para os que produzem a riqueza. Parabéns pela iniciativa e que tenhamos um resultado propício.

### **Palavras do Sr. Geraldo Flávio Vasques**

Bom dia, em nome do Ministério Público, agradeço ao Legislativo Estadual o convite, saúdo os Deputados Luiz Carlos Miranda, Celinho do Sinttrocel e Rogério Correia. Na pessoa do Senador Roberto Requião, saúdo os demais componentes da Mesa. Minha função hoje é de ouvinte. Como integrante do Ministério Público, temos um papel de intermediação, de tentar a participação da sociedade civil por meio do poder público. Minha função é integrar a Mesa para deixar nossa experiência e participação à disposição da Assembleia e dos trabalhadores, rezando para que os trabalhos sejam proveitosos. Obrigado.

### **Palavras do Deputado Celinho do Sinttrocel**

Bom dia, uma saudação breve; cumprimento o Senador Roberto Requião, os companheiros, Deputados Estaduais Rogério Correia e Luiz Carlos Miranda, e nossa nobre colega, Deputada Federal Jô Moraes, do PCdoB, que também é do meu partido. Hoje realizamos este ciclo de debates, sendo um momento muito importante para que possamos conhecer as experiências de outros Estados que já têm piso salarial estadual instituído. Minas não pode ficar fora desse cenário. Como Deputado, minha primeira lição, no dia 2 de fevereiro, foi protocolar um projeto de lei no sentido de que Minas Gerais pudesse ter piso salarial.

Para isso, propusemos à Casa e ao Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, que realizasse esse Ciclo de Debates, para discutirmos todas as experiências com as centrais sindicais e com os movimentos sociais. Minas Gerais não ficará fora desse cenário.

Desejo a todos sucesso, boas-vindas e que possamos fazer um grande trabalho pela manhã e à tarde, nesta data importante em que realizamos este debate. Um grande abraço a todos.

### **Palavras do Sr. Presidente**

O Sr. Presidente (Deputado Rogério Correia) - Bom dia a todos e a todas. Inicialmente, gostaria de agradecer a presença de todos e dizer que ficarei responsável pela coordenação dos trabalhos na parte da manhã.

Rapidamente saúdo todas as centrais sindicais, que, com a Assembleia Legislativa, têm nos ajudado na organização deste evento. Agradeço ao Deputado Luiz Carlos Miranda, que participou da abertura da reunião, é também sindicalista e nos tem ajudado muito nesse trabalho. Cumprimento a Sra. Marilene Chaves, Presidente da Fundação João Pinheiro, representando o Exmo. Sr. Governador Antonio Anastasia; o Exmo. Sr. Senador Roberto Requião, a quem agradeço muito a presença e a contribuição; a Exma. Deputada Jô Moraes, que já foi Deputada Estadual comigo nesta Casa e que tem realizado um grande trabalho em Brasília; o Procurador-Geral de Justiça Adjunto, Dr. Geraldo Flávio Vasques, representando o Procurador-Geral de Justiça, Alceu José Torres Marques; e o nosso querido Deputado Celinho do Sinttrocel, Vice-Presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, responsável também por este debate e autor do projeto de lei que estabelece o piso salarial para Minas Gerais. Sou coautor desse projeto. Faço uma rápida saudação a todos e espero que tenhamos um bom debate.

A ideia é discutir o que seria, de acordo com a realidade deste Estado, o estabelecimento de um piso que seja, evidentemente, maior do que o piso salarial nacional.

As adversidades do país apontam que Estados que tenham maior concentração de riquezas e de indústrias necessariamente devem puxar a conta dos salários mais altos, do ponto de vista do seu piso, para que esse desenvolvimento venha, como disse o Senador Requião, da compreensão da necessidade de crescimento da economia. É preciso ficar para trás aquela ideia de que só é possível o País se desenvolver se os salários forem baixos. Pelo contrário, o que vimos nos últimos anos foi a necessidade de se desenvolver o Brasil a partir da divisão de rendas, que traz também crescimento econômico. Assim, a melhoria da renda salarial dos trabalhadores e os programas que consistem em retirar da miséria vários setores dos brasileiros é que alavancaram a economia, que fizeram crescer o mercado interno e possibilitaram que, ao contrário do que acontecia no passado, se alavancasse o desenvolvimento, apesar da crise econômica internacional.

Muitos estranharam quando o Presidente Lula disse que a crise internacional chegaria, naquele instante, no Brasil, mais como uma marolinha. Lembro-me de que, na época, diversos parlamentares criticaram porque não tinham a dimensão do que estava acontecendo no País. O crescimento da massa salarial, a retirada de brasileiros da miséria proporcionou um mercado interno fortalecido. Pelas palavras do Presidente, o pobre tirou o Brasil da crise e não fez com que a crise internacional nos chegasse como um "tsunami". Vivemos, agora, outro momento da crise internacional. Concordo com o Senador Requião que é preciso tratá-la considerando-se a continuidade do desenvolvimento brasileiro. Essa é a única forma de superarmos a crise que existe em nível internacional.

Antes de compor a Mesa, quero aproveitar para solidarizar-me com a greve que os professores realizam em Minas Gerais, que hoje está completando 79 dias. Senador, V. Exa. falou que Minas tem condições de ter um piso maior que o do Estado do Paraná, até pelo PIB brasileiro, por causa da exportação do minério. Minas Gerais é o Estado que mais exporta minério e tem as melhores condições de enfrentar essas questões apresentadas, mas, infelizmente, tem ganhado outros títulos: o pior salário da educação, o pior salário da saúde, o pior salário da polícia civil e - ontem, fiquei sabendo que era - o pior salário dos servidores da Justiça. Os professores estão há 79 dias em greve e reivindicam exatamente o piso salarial nacional, que agora é lei, e que no Estado do Paraná já é respeitado pelo

governo há muito tempo. O Senador Requião, como Governador, já fazia assim. Aqui, em Minas Gerais, infelizmente, isso não acontece. Estamos até assistindo a uma campanha muito grande do meio governista para jogar pais e alunos contra professores, numa atitude que não é digna de um governo de Estado, que deveria respeitar o direito daqueles que reivindicam uma educação pública e gratuita de boa qualidade. Pedimos, então, uma salva de palmas à greve dos professores.

## **2º Painel**

### **Composição da Mesa**

O Sr. Presidente - Convidamos para tomar assento à Mesa as Exmas. Sras. Ana Flávia Machado, professora associada do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais - Cedeplar - Face - UFMG -; e Marilena Chaves, Presidente da Fundação João Pinheiro, representando o Governador do Estado, Antonio Anastasia; e os Exmos. Srs. Cláudio Dedecca, Professor Doutor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp -; Edson Domingues, Professor Adjunto do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais - Cedeplar - Face - UFMG -; e Senador Roberto Requião.

### **Registro de Presença**

O Sr. Presidente - A Presidência agradece a participação dos sindicalistas da Nova Central, que estão aqui conosco. Agradecemos também a presença do Sindicato dos Trabalhadores ligado à Central Única dos Trabalhadores e dos militantes da Força Sindical. Agradecemos ainda a presença do Carlos Calazans, que foi o nosso Delegado Regional do Trabalho e atualmente é o Superintendente do Inkra. Calazans, o MST retornou? Estava lá fazendo uma visita ao Inkra, não é? Vê se cuida direito da reforma agrária.

### **Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos**

O Sr. Presidente - Esclarecemos que, após as exposições, abriremos espaço para a apresentação de questões ou sugestões presenciais, por escrito ou oralmente, e de outras enviadas pelo formulário do “Participe Agora” ou pelo “e-mail”: [participacao.eventos@almg.gov.br](mailto:participacao.eventos@almg.gov.br). Para melhor organização do debate, ainda durante a fala dos expositores, os participantes poderão encaminhar suas questões ou sugestões por escrito, no formulário próprio que está sendo distribuído pela equipe de apoio. Aqueles que desejarem fazer sua intervenção oralmente devem especificar isso no formulário, devendo, para registro, entregar o conteúdo da intervenção também por escrito. Informamos que os telespectadores da TV Assembleia também poderão participar. Basta acessar o “site” da Assembleia - [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br) -, abrir o “link” do ciclo de debates e clicar em “Participe Agora” para enviar sua contribuição. Este ciclo de debates será transmitido, ao vivo, pela TV Assembleia durante todo o dia de hoje.

Com a palavra, o Senador Roberto Requião, para sua exposição sobre o tema “Balanço da adoção do piso em outros Estados”.

### **Palavras do Senador Roberto Requião**

Cabe a mim repassar a vocês a experiência paranaense. Em primeiro lugar, devemos ter a consciência de que o piso regional, o salário mínimo regional só atinge trabalhadores não sindicalizados, que não possuem convenção coletiva de trabalho. Outro aspecto é que o piso regional não interfere no salário de funcionários públicos de Estados e Municípios, porque o salário de funcionários públicos é objeto de uma deliberação legal, um ato jurídico complexo, por iniciativa do Poder Executivo, aprovação do Legislativo e sanção do Executivo. O piso regional atinge trabalhadores que não têm convenção coletiva de trabalho.

No Paraná, estabelecemos o piso em quatro faixas. Instituí o salário mínimo regional no Paraná em 2006, especificamente para atender trabalhadores assalariados, cujas categorias não possuíssem acordo ou convenção coletiva de trabalho. Hoje o salário mínimo regional do Paraná conta com quatro faixas salariais que variam entre R\$708,00 e R\$817,78, atingindo cerca de 1.400.000 trabalhadores. O Estado do Paraná possui cerca de 9.500.000 habitantes, diferente de Minas Gerais, que tem uma densidade populacional bem maior.

Esse valor paranaense é o maior valor de piso salarial do Brasil, não é o valor do meu governo, mas do novo governo. Eu havia proposto, para 2011, um aumento de 14,6%, porque incorporava a inflação mais a produtividade. Como disse a vocês, não basta que haja somente o acréscimo da inflação no salário, porque é necessário que o salário cresça com o nível de produtividade da economia local. O atual governo deixou de lado a produtividade e concedeu, sobre o meu salário anterior, de 2010, um aumento de 6,6%, ou qualquer coisa mais ou menos nesse valor, concedendo apenas o acréscimo da inflação. O piso paranaense é 50% maior que o piso nacional, que é R\$510,00.

O piso regional, incorporando o aumento da produtividade – calculado na média, não surgiu de forma empírica -, era o que ganhava um trabalhador sindicalizado na média das categorias das quatro faixas estabelecidas. Como a produtividade foi incorporada durante todos esses anos, cresceu 121%. Em 2006 e em 2010 foram 140% para a categoria-teto, enquanto o piso nacional, que incorporou apenas o processo inflacionário, cresceu 70%. O impacto desse piso regional pode ser visto na pesquisa mensal de emprego do IBGE, que mostra que o rendimento médio mensal da população ocupada de Curitiba, nossa Capital, ficou em R\$1.604,00 em fevereiro de 2011. É o terceiro maior salário do País, inferior apenas aos valores do Rio de Janeiro e de São Paulo, 4,2% acima da média brasileira. Não me refiro, nesse caso, ao piso regional, mas ao salário médio. Com isso, demonstramos que o piso regional também alavancou a média salarial dos trabalhadores sindicalizados. O principal argumento contra o piso regional no Paraná era da Fiep e de algumas federações do comércio - não de todas, pois muitas apoiaram o piso com garra e com vontade -, dizendo que provocaríamos o desemprego ou o aumento da contratação informal, sem carteira assinada, especialmente dos empregados domésticos. Isso não aconteceu. A estatística do Caged, do Ministério do Trabalho, mostra que, de 86 mil novos empregos com carteira assinada em 2006, o Paraná saltou para 122 mil novos empregos em 2007. A queda de empregos formais só ocorreu em 2008 e em 2009, em função da crise financeira global. Em 2010, a recuperação dos empregos foi significativa. Tivemos 150 mil novos empregos com carteira assinada. Só para comparar: em 2010, o Paraná teve 154 mil novos empregos. Nos oito anos do governo que me antecedeu, na fase da dureza, da visão liberal da economia, foram gerados 37 mil empregos no Paraná. Nós, somente em 2010, geramos 154 mil empregos. Em 2003, foram 63 mil; em 2004, 122 mil; em 2005, 72 mil; em 2006, 86 mil; em 2007, 122 mil; em 2008, 110 mil. Em 2009 veio a crise e houve uma queda. Em 2010, saímos para 154 mil. Esses dados são oficiais do Caged.



A economia do Paraná teve um crescimento extraordinário, mas isso não se deve somente à política do piso mínimo regional. Criamos outras políticas sociais. Por exemplo, a microempresa não paga imposto no Paraná, a pequena empresa paga uma média de 2% de ICMS. Criamos programas sociais, como o do leite das crianças, por exemplo. Todas as crianças, até os 2 anos de idade, recebem do Estado, por dia, um litro de leite enriquecido com Vitamina A, Vitamina B e ferro. Nós, assim como em Minas, temos uma empresa pública de eletricidade.

Fazendo o cálculo de despesa de saúde em função de uma série de problemas, como doenças infectocontagiosas e resfriados no inverno, chegamos à conclusão de que, se déssemos energia gratuita para as famílias de menor renda, teríamos economia na outra ponta, e o Paraná agora oferece para as famílias mais pobres 100kW de energia sem custo, o que lhes garante banho quente em dias frios de inverno, lâmpada acesa para as crianças estudarem à noite. E, com a ligação formal, tivemos também a legalização da situação de moradia das famílias mais pobres, que passaram a ter um endereço e, com ele e com emprego, acesso ao crédito. Em relação a saneamento básico no Paraná, também reduzimos o preço para as famílias mais pobres, criando uma tarifa social: R\$5,00 por água e esgoto tratado.

Tudo isso se somou ao processo de tentativa de se reduzir a pobreza, ao piso regional e outras medidas. O governo do Estado, na crise de 2009, baixou o imposto de 100 mil itens. A medida não incidiu sobre televisões de plasma ou de LED, mas sim sobre o que chamávamos de bem de consumo salário. Baixamos o imposto daquilo que o trabalhador comprava com o salário que recebia no final do mês para suprir suas necessidades. Esses itens tiveram seu imposto brutalmente reduzido, e fizemos um acompanhamento, principalmente das redes de supermercado, para que tal redução fosse realmente repassada para o preço, o que ajudou muito na superação da crise.

Acabamos sendo um dos Estados brasileiros que mais criaram empregos diretos e formais no País. A lei da microempresa fez com que tivéssemos o melhor índice de sobrevivência de empresa do Brasil. Às vezes, as pessoas abrem uma pequena empresa e, por falta de experiência e com a pressão do fisco, seis ou sete meses depois, estão fechando suas portas, sem condições de funcionamento. O governo do Estado proibiu sua própria fiscalização de entrar em uma pequena empresa. Um fiscal do Estado do Paraná só poderia bater às suas portas se houvesse uma denúncia concreta de infrações, como venda de drogas ou produtos proibidos, por ordem direta do Secretário de Fazenda ou do Governador. Criamos também um processo para investimento nas cidades do interior, com dilação de prazo. A empresa que se instalasse em uma cidade de baixo IDH teria até quatro anos para iniciar o pagamento do ICMS. Essa foi uma forma de estimular a economia.

Na área da agricultura, criamos um fundo de aval. Quem avaliza o agricultor no Paraná é o governo do Estado. Passamos a pagar o seguro de safra para culturas estratégicas. Havia caído muito a produção de trigo, apesar de já termos sido o maior produtor desse grão no País: 80% do trigo brasileiro. Esse percentual se reduziu muito. Quando a Argentina também reduziu a sua produção, passamos a ter uma crise, e o Estado paga o seguro. Assim, se houver um insucesso de safra, quem planta trigo recebe o ressarcimento completo, mas quem paga o custo integral do seguro é o governo do Paraná, com o governo federal, que já tem esse sistema, e nós o complementamos.

Como temos uma companhia paranaense de energia elétrica e chegamos à conclusão de que as turbinas das usinas hidrelétricas não param de girar à noite e de que a energia não se armazena, ou seja, se não for usada, desaparecerá, criamos um programa de irrigação noturna com preços baixíssimos – 16% do normal. Com isso, obtivemos um aumento sensacional da safra. Depois estendemos esse custo para os avicultores, os suinocultores, etc.

Estou tentando mostrar-lhes que tentamos, nas possibilidades de jurisdição do Estado, enfrentar a crise aumentando salários, diminuindo impostos, financiando novas empresas e apostando no aumento da economia. Jogamos na contramão da visão liberal econômica, mas, evidentemente, com limites, pois o Estado não tem os mesmos poderes da União para controlar a economia, como a emissão de moeda, o tabelamento de juros, etc. Não temos um Banco Central nas mãos, aliás, nem o Brasil o tem, pois essa história de Banco Central independente, faz com que ele seja independente do próprio interesse dos brasileiros e completamente dependente dos interesses de bancos.

A experiência do piso regional do Paraná foi extraordinariamente bem-sucedida. Todas as críticas que os setores conservadores faziam, de que íamos provocar o desemprego, a informalidade, simplesmente não ocorreram. Eu pessoalmente acredito que Minas Gerais, assim como qualquer outro Estado brasileiro que vier a implantar o piso regional, terá a ganhar. Esse piso regional vai ter impacto positivo também nos dissídios coletivos das categorias e dos sindicatos. Sem poder aquisitivo uma economia não anda. Se não tiver salário não tem quem compre. O piso regional impulsiona a economia no sentido exatamente contrário do sentido da financeirização da economia e numa contramão acertada das bobagens que os Estados Unidos fizeram. Aliás, outro dia a Dilma disse que os Estados Unidos não são mais exemplo para ninguém. Mas, por incrível que pareça, estamos com um discurso magnífico de crítica à economia liberal. Porém, as medidas que estamos tomando são medidas de homeopatia, mas estamos precisando de remédio forte na economia.

Eu pessoalmente estou prevendo um período muito ruim para a economia brasileira porque, mesmo que encaremos agora com a energia necessária, os efeitos positivos só vão ocorrer mais à frente, porque os erros da condução econômica do passado vão se explicitar de forma dura nos próximos seis ou oito meses. Eu não consigo entender, por exemplo, como é que a nossa Presidenta, na contramão do discurso do Mantega, vetou o aumento positivo do salário dos aposentados. Não consigo entender uma medida dessa. Então, estamos com um discurso correto, mas com uma prática errada. Espero que Minas, dentro das possibilidades jurisdicionais do Estado, com a Assembleia Legislativa e o governo do Anastasia, abra os olhos para isso, examine a base dos salários como fizemos no Paraná, crie um piso regional e estabeleça uma regra para todos os governos: que o piso regional seja sempre aumentado, levando-se em conta o aumento da produtividade do Estado, e não apenas o aumento da inflação. Tentamos fazer isso no Paraná, mas eu não consegui aprovar essa legislação. E o governo que me sucedeu, do nosso glorioso PSDB do Paraná, já acabou com a produtividade e acrescentou no piso apenas a inflação. Mas, como o piso estava muito bem posicionado, continua sendo o maior do Brasil. Mas, no método de cálculo que havíamos estabelecido, tinha que ser bem maior. Ao invés de ser 6,6 ou 6,9, com a produtividade levada em



consideração, o piso paranaense deveria ter crescido 14,6%. Trago esses dados porque são importantes para que vocês iniciem um debate sobre o piso regional de Minas Gerais. Obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigado, Senador. Vamos deixar o debate para o final das exposições. Temos dois painéis na parte da manhã. Um deles tem o tema: “Salário, combate à pobreza e desenvolvimento”. O segundo tema é: “A economia mineira, as particularidades regionais e o piso salarial estadual”. Vamos iniciar a exposição do primeiro tema, “Salário, combate à pobreza e desenvolvimento”.

### **Palavras da Sra. Ana Flávia Machado**

Bom dia. É um enorme prazer estar nesta plenária. Já falei muito sobre salário mínimo, quando assessora do Dieese, e é uma oportunidade enorme discorrer novamente para o movimento sindical a respeito de tema bastante caro para mim. Há um grupo de professores e pesquisadores chamado Economia Social, que trabalha particularmente com análise de mercado de trabalho, impacto sobre pobreza e desigualdade. O que vou expor aqui é o resultado do trabalho desse grupo.

Na minha fala procuro apresentar, primeiramente, a importância do piso salarial no funcionamento do mercado de trabalho. Depois apresento alguns dados do perfil do trabalhador que recebe salário mínimo, especialmente em Minas Gerais e, por fim, faço algumas simulações com o emprego da proposta da iniciativa popular quanto aos valores de piso para este Estado.

Por que é importante estabelecer o piso em uma economia heterogênea, com várias modalidades de interseção no mercado de trabalho e onde há alta desigualdade de renda? Em primeiro lugar, como disse o Sergei Soares, economista do Ipea, é um instrumento de proteção, principalmente para os trabalhadores considerados perdedores na barganha salarial, ou seja, para aqueles que não estão organizados em sindicatos. Em segundo lugar, ele reduz o diferencial, o leque salarial. Se aumentarmos o piso, a distância entre o menor e o maior salário pago será reduzida, e isso causa impacto positivo na distribuição dos rendimentos. Do ponto de vista do trabalhador, o fato positivo é o aumento da sua capacidade de compra, do seu poder aquisitivo e de sua família. Isso proporciona um bem-estar fantástico, porque as pessoas passam, às vezes, a ter acesso a bens que até então não podiam adquirir e a maior quantidade do que dispunha. Ele contribui para reduzir a pobreza, porque tem efeitos positivos sobre a economia. Pensando que salário não é apenas fator de custo, mas de demanda, se houver aumento da massa salarial, haverá aumento do consumo, que, por sua vez, pelo efeito multiplicador, vai ampliar o produto e a renda do País, tendendo à redução do número de pobres. Ao criar esses mecanismos de reprodução produtiva sobre a atividade econômica, haverá aumento de emprego e de renda.

Geralmente, na teoria econômica, tratamos das principais funções de piso salarial. Primeiro, a função ética, pensando na dimensão ética do indivíduo de assegurar a sobrevivência mínima. Com exceção do respirar, hoje tudo mais é adquirido no mercado. É preciso então assegurar às pessoas a capacidade de compra. O piso tem esse primeiro efeito: assegurar a sobrevivência do trabalhador. Em segundo lugar, é um mecanismo para a regulação do mercado de trabalho. Além de ser referência para os outros salários, é importante para proteger os trabalhadores mais vulneráveis, que estão entrando na força de trabalho, bem como para definir essa categoria mínima. É uma referência que tratamos com duas expressões. É farol, porque não é apenas a remuneração de determinada categoria de trabalhadores, mas também numerário para o salário dos outros trabalhadores.

Quando analisamos a distribuição de rendimento no Brasil, observamos a forte concentração de trabalhadores que ganham meio, um, dois, um e meio salários mínimos no Brasil. Portanto ele tem esse efeito de numerário e o efeito farol. Muitas vezes há reajuste de categorias que não são organizadas, por exemplo, os trabalhadores autônomos. Eles aumentam a sua renda por meio da valorização do preço do seu serviço, conforme o aumento do salário mínimo. Então há, também, a capacidade de ser um indicador, uma referência para trabalhadores não assalariados.

Por fim, ele é um instrumento para reduzir as desigualdades regionais, dado que a estrutura produtiva das diversas mesorregiões e microrregiões são diferenciadas. Se houver um valor mínimo, é possível criar um patamar para o qual o trabalhador, naquele território, assegure o seu poder de compra.

Quem ganha com a definição do piso? Na literatura econômica, particularmente ortodoxa, há uma leitura de que a definição de um salário mínimo cria rigidez nas relações de trabalho, ou seja, na barganha entre firmas e trabalhadores. Cria rigidez, conforme disse o Senador, gerando o aumento da taxa de desemprego e a informalização no mercado de trabalho, devido ao aumento do custo para as empresas. Mas podemos pensar de outra maneira, e a realidade histórica tem corroborado essa perspectiva nesses últimos 10 anos. Isso porque, do ponto de vista do trabalhador, é inegável que ele melhorará seu bem-estar. Do ponto de vista das firmas, do setor privado, haverá um ganho, porque aumentará a demanda por bens de serviços, na medida em que esse trabalhador tem maior capacidade de compra. Pensando na satisfação desses trabalhadores, possivelmente as firmas também contarão com ganhos de produtividade, porque um trabalhador bem-remunerado está menos sujeito a doenças, ao estresse, o que melhora a sua “performance” no trabalho. Do ponto de vista do setor público, há o efeito positivo do aumento da arrecadação tributária, já que mais bens de serviços serão produzidos e circularão na economia, o que é positivo para a arrecadação. Em relação a outros trabalhadores que não recebem o mínimo, dado que ele tende a ser referência em termos de remuneração, eles indiretamente também serão beneficiados, além da possibilidade de aumento do número de postos de trabalho.

Esse gráfico, utilizando os dados da pesquisa mensal de emprego, cujas cores infelizmente não estão ajudando, mostra algo que aconteceu ao longo de sete anos no Brasil, de março de 2002 a julho de 2009. Temos aí a evolução do salário mínimo, a evolução dos rendimentos médios do setor público, do setor privado e do setor informal; setor informal entendido como trabalhadores sem carteira assinada e autônomos. Constatamos nesse período um aumento de quase 60% do salário mínimo nas seis regiões metropolitanas, abrangidas pela pesquisa mensal de emprego do IBGE, e um acréscimo pouco significativo, inferior a 10% nos demais salários.

Então essa recuperação do mínimo ocorre no momento em que temos aumento da formalização no mercado de trabalho brasileiro, redução da taxa de desemprego, redução da proporção de pobres e redução de desigualdades, medidos pelo Gini. Isso vai justamente corroborar a análise e a abordagem de que a definição ou a valorização do mínimo é importante e significa multiplicar as oportunidades que têm uma economia, muito mais que criar efeitos perversos com redução da taxa de desemprego ou informatização do mercado de trabalho. É como se estivéssemos lendo essa política de valorização do salário mínimo brasileiro como uma medida



em direção à ampliação da demanda e da produção, e não o contrário, proposto pela teoria ortodoxa, que é o aumento de custo e criação de imperfeições no mercado de trabalho.

Quem ganha um salário mínimo em Minas Gerais? O que difere Minas Gerais do Brasil em termos de setor de atividade? Segundo a Pnad-IBGE, comparando Minas Gerais com o Brasil, os trabalhadores que ganhavam exatamente um salário mínimo eram os de alojamento e alimentação, cerca de 19%; os de serviços domésticos, 30%, e da administração pública, 17%. Desse grupo, serviços domésticos e alojamento se diferenciam do ponto de vista da proporção, se comparados ao mercado de trabalho brasileiro. Quando pensamos na composição por sexo dos ocupados que ganham salário mínimo, vamos ver que as mulheres estão sobre-representadas. Isso se deve, em grande parte, à participação de trabalhadoras domésticas. Quando pensamos na composição por cor, os pretos e pardos são maioria. Em termos de faixa etária, veremos que os indivíduos ocupados na faixa de 19 a 25 anos têm maior participação, cerca de 24%. Ou seja, todas as três categorias, mulheres, pretos e pardos e jovens, tendem as mais vulneráveis do ponto de vista das relações de trabalho. Elas são as categorias sobre-representadas em termos do recebimento do valor de salário mínimo oficial. Se pensarmos na distribuição por escolaridade dos trabalhadores ocupados que ganham um salário mínimo, os analfabetos representam 8,7%, mas também os ocupados de ensino médio completo e fundamental completo expressam cerca de 31,3% e 20,8%, respectivamente, em Minas Gerais. Em termos de posição na ocupação, é mais representativo entre os empregados assalariados com carteira, cerca de 50%, e entre os trabalhadores sem carteira, cerca de 21%.

Esse é o perfil de quem ganha um salário mínimo de acordo com a Pnad-IBGE de 2008 para o Estado de Minas Gerais. Essa composição não tende a se alterar muito em três anos; continua sendo representativa para o ano de 2011.

Nesse momento, criamos um cenário justamente pensando na proporção de pobres e na questão da desigualdade. De acordo com o projeto de lei de iniciativa popular, temos cinco categorias: o piso de R\$650,00 abrange trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca; trabalhadores empregados em serviços; vendedores de comércio e lojas e mercados; o de R\$715,00, trabalhadores de recuperação e manutenção; o de R\$780,00, os trabalhadores na produção e serviços industriais; o de R\$845,00, trabalhadores técnicos de nível médio; e o de R\$1.300,00, trabalhadores de nível superior. Considerando esses quatro primeiros valores, fizemos duas simulações: a primeira foi substituir o valor do piso para aqueles trabalhadores que estão nessas categorias definidas em lei e recebem um salário mínimo; e a segunda foi dimensionar o efeito-arrasto. Além de atribuir o valor do piso proposto pelo projeto aos trabalhadores que ganham um salário mínimo nessas categorias, atribuímos o salário sugerido pelo menor piso, ou seja, R\$650,00, para os trabalhadores que ganhavam um salário mínimo e trabalhavam mais de 40 horas, independentemente de serem empregados ou trabalharem por conta própria. Mesmo no efeito arrasto, somos bastante restritivos para tentar dimensionar o impacto, o efeito dessa política. Como os dados são de 2008, todos os valores apresentados, na verdade, foram levados a preços da época.

Chama-nos a atenção a proporção de pobres no Brasil - estamos trabalhando com a noção de pobreza numa perspectiva monetária, e não multidimensional -, ou seja, famílias com renda domiciliar "per capita" inferior a meio salário mínimo, que é uma das medidas de linha de pobreza. Temos várias linhas, não uma oficial. Optamos por essa linha administrativa. Considerando meio salário mínimo, 31% dos brasileiros estão abaixo da linha de pobreza. Em Minas Gerais, dada aquela estrutura de rendimento gerada na Pnad, essa proporção de pobres é de 26,94%. Quando consideramos o piso, conforme as categorias aqui estipuladas, mas o efeito arrasto, a proporção de pobres cai para aproximadamente 21%. Em termos de variação percentual, esse índice chega a 22%, o que causa um impacto significativo.

Antes de fazer a minha exposição, uma jornalista me perguntou: "Em quanto tempo?". Na verdade, não estamos fazendo uma análise dinâmica, mas contrafactual. E se a distribuição de rendimentos fosse essa, qual seria o impacto? Não há uma medida do efeito tempo. No caso da desigualdade, hoje, temos um Gini de 0,5%. Fazendo esses exercício de simulação com as quatro categorias de piso e aplicando o efeito arrasto, o Gini cairia para 0,48%, o que nos daria uma variação de aproximadamente 6%. São variações bastante expressivas, significativas, considerando-se a queda que ocorreu em termos da proporção de pobres e da desigualdade no Brasil ao longo da última década.

A outra estimativa foi a de tentar avaliar o impacto sobre a massa de rendimentos.

A todo momento, falamos do rendimento do trabalho principal, aquele que o ocupado, ao responder a pesquisa do IBGE, classifica como seu trabalho principal, que geralmente é o trabalho de maior remuneração. Grande parte dos trabalhadores entrevistados só tem um emprego. Então o trabalho principal é seu único emprego, sua única ocupação.

Pela Pnad em setembro de 2008, mês em que a Pnad vai a campo, seria de cerca de R\$8.000.000.000,00 a massa de rendimento. Se fizermos aquele primeiro exercício, que é o de atribuir apenas os valores dos pisos aqui propostos para aqueles trabalhadores que ganham salário mínimo dentro dos grupos ocupacionais sugeridos pela lei, teríamos um aumento de cerca de R\$151.000.000,00. Se aplicarmos ainda o que chamamos de efeito arrasto, que é trazer todos os trabalhadores que ganham menos de um salário mínimo ou salário mínimo e trabalham 40 horas semanais ou mais, esse acréscimo seria de cerca de R\$707.000.000,00 por mês.

Se fizermos outro exercício, que é o de trabalhar com a noção da propensão marginal a consumir, que para o Brasil, segundo o Rubens Toledo, chega a cerca de 0,75%, e considerando que, no caso de Minas, há muito vazamento em função de importações de outros Estados e de outros países e vazamento de renda por tributação, então, se trabalharmos com uma propensão de 0,6%, haveria um acréscimo de cerca de R\$400.000.000,00 gerados por esse choque de renda ocasionado pela implantação do piso. Então, além de um crescimento de R\$700.000.000,00, teríamos a adição, pelo multiplicador, de cerca de R\$400.000.000,00, o que nos daria, por mês, uma renda de R\$1.100.000.000,00. É algo bastante expressivo, é um acréscimo de cerca de 37%, que tem um efeito bastante positivo em termos de crescimento, em termos de desenvolvimento econômico.

É isso o que eu tinha para apresentar a vocês. Agradeço e peço desculpas pela arte das transparências. Obrigada.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

O Sr. Presidente (Deputado Celinho do Sinttrocel) - Agradecemos à ilustre expositora a brilhante palestra. Com a palavra, o Sr. Cláudio Dedecca, para sua exposição sobre o tema "Salário, combate à pobreza e desenvolvimento".



### Palavras do Sr. Cláudio Dedecca

Bom dia a todos e a todas e aos companheiros da Mesa. Gostaria de iniciar minha intervenção sobre o salário mínimo ressaltando que, pela primeira vez na história brasileira, e sem querer parafrasear o ex-Presidente, o salário mínimo entrou na agenda da política do governo, da política econômica, da política de crescimento, da política de desenvolvimento do nosso país.

Esse é um aspecto extremamente importante, porque a história do salário mínimo foi muito maltratada ao longo do tempo, conheceu uma trajetória errática. Vários governos não o valorizaram. O salário mínimo dependeu, sistematicamente, em quase toda a sua história, de 1940 até 1995, de política governamental. Mas, só a partir de 2005, passa a ter uma política de valorização, uma regra estável, que situa o salário mínimo como instrumento relevante para o desenvolvimento do País. Isso não é pouco, porque o Brasil tem sido reconhecido internacionalmente nesse aspecto. Eu mesmo participei da Conferência Internacional do Trabalho, apresentando a experiência brasileira em razão do reconhecimento do papel da política de salário mínimo adotada no Brasil para as perspectivas do desenvolvimento brasileiro, mas como um instrumento extremamente válido e importante para a organização do mercado de trabalho e para a redução das desigualdades.

Tenho trabalhado com a Organização Internacional do Trabalho para formatar o salário mínimo em alguns países em desenvolvimento. Cada vez mais esse é um instrumento que ganha forma. A experiência brasileira, a decisão do País de incorporar o salário mínimo como um instrumento de estratégia de crescimento e desenvolvimento, não só tem-se mostrado extremamente exitosa no território nacional, mas crescentemente é reconhecida nos fóruns internacionais, inclusive nos documentos internacionais das instituições de desenvolvimento bilateral.

Não vou falar sobre a economia mineira, pois não quero me arriscar a cometer essa barbaridade. Conheço muito pouco. Na verdade, vou apresentar algumas questões mais para subsidiar o debate, realçando o papel do salário mínimo e sua importância na economia e na dimensão social do País, abordando algumas questões que me preocupam na implementação, seja do piso nacional, seja do piso regional. Falo isso por um motivo muito simples. Participei da formulação original da regra atual de vinculação do salário mínimo ao PIB. Participei de todo o trabalho de negociação e de construção de consenso que o Ministério do Trabalho realizou junto às centrais sindicais. Também participei da formulação original do projeto de lei, de tal modo que algumas expectativas foram cumpridas e outras merecem algum cuidado na condução atual do salário mínimo e também em sua implantação nos Estados.

Pretendo ser o mais claro possível e o menos professoral. Não estamos na academia, não farei uma discussão de natureza acadêmica, mas infelizmente necessitamos apontar alguns aspectos.

O salário depende de três vetores. O primeiro deles pode ser o salário mínimo. Digo pode ser porque nem todos os países possuem o salário mínimo. O segundo é a negociação coletiva e, finalmente, o terceiro, a barganha individual. A grande questão é que os trabalhadores de baixa qualificação muitas vezes não possuem negociação coletiva, ou ainda não têm ou é ausente o poder de barganha em relação a seu salário. Portanto ficam à mercê dos mecanismos de contratação, isto é, das decisões tomadas pelas empresas, razão pela qual o salário mínimo é um instrumento extremamente importante para a preservação e para elevação do salário mínimo dos trabalhadores de menor qualificação.

O salário mínimo é objeto das convenções básicas da OIT e aparece precocemente nos objetivos da Organização, logo após a Primeira Guerra Mundial. Inicialmente era visto como instrumento transitório. Na verdade, o objetivo do salário mínimo era regular o salário de base no mercado de trabalho, mas se pretendia, com o tempo e com o fortalecimento das negociações coletivas e dos sindicatos, que ele fosse substituído pelos acordos coletivos.

Isso até hoje está escrito nas convenções da Organização Internacional do Trabalho – OIT –, mesmo tendo passado quase um século. Há a expectativa de que o salário mínimo não seja um instrumento presente no mercado de trabalho, a não ser enquanto as negociações coletivas não cumprirem o papel de organizar uma estrutura de pisos salariais associada a acordos. Por incrível que pareça, em vez de a representatividade do salário mínimo se reduzir, só tem crescido. Cada vez mais, o número de países que adotam o salário mínimo tem aumentado. Isso vale inclusive para os países desenvolvidos, que haviam abandonado a adoção do salário mínimo e voltaram a utilizá-lo intensivamente, como é o caso da Inglaterra. Portanto, cada vez mais os governos têm lançado mão do salário mínimo.

A ideia de um instrumento de natureza transitória perdeu-se no tempo, já que hoje o salário mínimo tornou-se um instrumento de natureza permanente não só em outros países, como também e claramente no Brasil. No caso brasileiro, como já fiz menção, o salário mínimo trilhou uma rápida trajetória, sempre aliado à boa vontade dos governantes. Na década de 1940, o salário mínimo conhece uma desvalorização enorme; em 1953, tem um aumento de 100%, com o segundo governo de Getúlio Vargas; durante o governo JK, ele cresce, e a partir de 1959, entra num processo de deterioração que vai até meados da década de 70. No período de democratização, a discussão do salário mínimo conhece uma contenda muito grande em busca de alguma valorização, o que nunca aconteceu de fato. Apenas em 1994, o Ministro Barelli, pessoa originária do movimento sindical, adota uma postura mais agressiva de valorização do salário mínimo, por ter sido Diretor Técnico do Dieese durante muito tempo. Somente em 2005 cogitou-se uma regra clara, isto é, não haveria mais necessidade de se discutir ano a ano o valor do salário mínimo, porque ele teria de ser valorizado e incorporado ao desenvolvimento e crescimento do País, razão pela qual vinculamos o salário mínimo ao PIB. Mais que isso, houve o entendimento de que ele é uma peça, um instrumento no crescimento e desenvolvimento do País, e não um instrumento de estagnação econômica e destruição de emprego. O salário mínimo é fundamental ao crescimento, à geração de emprego e, mais que isso, ao fortalecimento de salários de base, bem como ao aumento do poder de compra da população mais pobre.

Neste exato momento, o País conta com uma experiência - pasmem - inédita, já que não existe outra semelhante a ela no mundo. Estou-me referindo à lei feita no início de 2011, uma experiência reconhecida interna e nacionalmente como positiva. Não falo em consenso, porque para isso teríamos de saber o tamanho da população e ter a certeza de que todos votaram a favor. A melhor palavra seria convergência. Hoje existe a convergência de interesses de vários setores da sociedade. O salário mínimo tem cumprido a decisão de estabelecer uma política valorizativa e um papel social e econômico extremamente relevante, reconhecido pelos trabalhadores, pelo

governo e, até mesmo, pelos empresários. No início do ano, quando se discutiu a possível flexibilização da regra, o próprio Ministro da Fazenda foi a público defender a manutenção da regra, já que no ano que vem o reajuste do salário mínimo se situará ao redor dos 13%, 14%. Para isso, é fundamental manter o consenso, a regra e a garantia de que, ainda que não tenha em um ano um crescimento substantivo, no próximo o aumento será mais acentuado.

É importante apontar essas questões, porque foi estabelecido um mecanismo institucional para o reajuste, que contém, como eu disse, uma trajetória errática. É uma política que visa distribuir os ganhos do crescimento. Assim, a economia vai crescer e fará com que parte desses ganhos seja imediatamente transferida pelo instrumento da política pública, que é o salário mínimo.

É um instrumento com características que dependem da existência de um contexto de crescimento, ou seja, a ideia de se estabelecer um salário mínimo está fortemente associada ao fortalecimento do mercado interno, ao fortalecimento da base produtiva interna e à geração de emprego. Mais que isso, há uma importante questão a ser ressaltada: a regra atual adotada no Brasil não compromete os aumentos de produtividade. A regra é totalmente convergente com o crescimento e não causa nenhum transtorno, do ponto de vista do desempenho da produtividade e do aumento de custo das empresas, porque depende do crescimento da economia.

Finalmente, se a política é um instrumento de fortalecimento da renda de base do mercado de trabalho e de crescimento com geração de emprego, o casamento entre o aumento da renda das famílias pobres com o aumento do emprego obviamente se traduz em um importante mecanismo para a redução da desigualdade, como vários estudiosos têm mostrado. É importante ter claro o seguinte: o salário mínimo brasileiro ainda está muito defasado e, nesse gráfico - espero que ele seja visível -, a linha superior apresenta a evolução do salário mínimo, que ainda está abaixo do salário mínimo de 1959. O de baixo apresenta a relação entre o salário mínimo e o PIB. Historicamente, no Brasil temos ainda uma relação salário mínimo e PIB muito baixa. A ideia da política é justamente promover, na verdade, o aumento extra do salário mínimo e também buscar que ele aumente sua participação em termos do PIB "per capita". A Profa. Ana Flávia já fez alguma menção ao assunto, mas vou voltar, pois sempre há alguns questionamentos em relação à política do salário mínimo. Primeiro, ele distorce os salários de base, causando queda da produtividade, aumento da informalidade, comprometimento da geração de empregos formais e, além do mais - isso é uma crítica -, também acelera o desembolso da política de previdência no País. Esse é um dado importante, porque mostra a experiência brasileira atual, com a política institucionalizada, permanente e plenamente conhecida, não havendo mais discussões nem sendo ela dependente de decisões de governo. Em primeiro lugar, não há nenhum sinal de que a política do salário mínimo tem comprometido o aumento do emprego formal. Essa última linha mostra a estabilidade, a relação entre o crescimento do produto e o crescimento do emprego. Ela sinaliza que o crescimento do salário mínimo não alterou o comportamento da relação entre o crescimento do produto e a geração de emprego. Não há nenhum fator que comprometa a geração de emprego, e muito menos a informalidade.

Há uma tendência - e com isso há um aspecto de preocupação em relação aos impactos do salário mínimo no mercado de trabalho - de um certo empacotamento da estrutura salarial em torno do mínimo, o segundo "predinho" que temos no gráfico. É difícil enxergá-lo do Plenário, mas há um crescente empacotamento, e isso obviamente decorre do fato de que as negociações coletivas, na verdade, não conseguem ter aumentos superiores aos observados no salário mínimo. O crescimento brasileiro foi muito curto e, nessa primeira fase de crescimento, muito mais importante que a recomposição do salário foi a geração de empregos. Fato importante, aliás, para os sindicatos e a redução do desemprego. Acredito que, se a economia conhecer um crescimento sustentável na década, mesmo que a previsão do Senador Requião se confirme a curto prazo - e espero que não -, é provável que essa situação de empacotamento da estrutura salarial em torno do mínimo seja atenuada. Isso é importante para retirar um pouco a responsabilidade do salário mínimo na determinação dos salários no mercado de trabalho brasileiro.

Outro aspecto importante: quando pego a relação de novas ocupações com proteções sociais formais em relação ao total das ocupações criadas, cada vez o número de ocupações formais para cada ocupação criada cresce ao longo dos tempos, nos últimos anos.

Vejam só que, para cada 10 ocupações criadas em 2005 e 2007, 14 tinham proteção social. A ocupação formal cresce à frente do crescimento da ocupação criada, mostrando que, pelo menos em termos agregados, não há nenhum impacto negativo do ponto de vista do salário mínimo sobre a geração de emprego; não há sinais de que ele venha contribuindo para a informalização do mercado de trabalho. Ao contrário, tudo indica que ele é uma peça importante nesse processo de formalização, porque está fortalecendo a estrutura produtiva, está fortalecendo o aumento da produção e também a geração de empregos formais. Ao contrário do que imaginavam algumas visões pessimistas sobre salário mínimo, não há sinais de que isso ocorra.

Quanto à previdência, quero deixar uma palavra rápida, porque não é o nosso tema. Se a economia parar de crescer, de gerar emprego, é provável que a política comece a causar constrangimentos para a previdência social. Mas é importante ressaltar, como eu já disse em vários momentos, que a política de salário mínimo adotada é a favor do crescimento. Portanto, temos de entender que sua contribuição para a previdência passa pelo seu papel em favor do crescimento. Se tivermos as demais políticas convergentes no sentido de fortalecer o crescimento e o desenvolvimento, essa relação entre o salário mínimo e seu impacto sobre a previdência poderá estar equacionada, pelo menos até 2025-2030. Não vou tratar desse assunto.

O período ainda é muito curto para avaliarmos os impactos de um salário mínimo regional sobre os Estados, mesmo porque tais impactos vão depender muito do grau de desenvolvimento da economia estadual. No caso do Estado de São Paulo, o impacto é muito mais limitado que o indicado, seja para o Paraná seja para Minas Gerais. Isso não significa que o salário mínimo não tenha importância na economia do Estado de São Paulo. Tem, sim, uma importância muito grande, em especial para as regiões e os segmentos com menor presença na negociação coletiva e os segmentos menos organizados em termos de relações de trabalho.

A primeira questão interessante acerca do piso regional é a ideia - e aí o entendimento da relação entre salário mínimo e desenvolvimento nacional - de tentar utilizar o salário mínimo como instrumento da estratégia de desenvolvimento do Estado, no sentido não só de ampliar a estrutura produtiva e gerar emprego, mas de o Estado começar a regular um pouco alguns aspectos do mercado de trabalho naquilo que diz respeito à remuneração. Esse me parece um aspecto importante, razão pela qual acho que o problema do salário mínimo no espaço regional não deve se resumir à fixação de um ou três valores, como ocorre na maioria dos Estados, e considerar que a questão estaria resolvida. Seria importante determinar o piso salarial regional analisando um pouco a



configuração do Estado e buscando até identificar em que segmentos do mercado de trabalho o salário mínimo tem sua maior contribuição no espaço regional. Do meu ponto de vista, esse é um aspecto importante, e até este exato momento a discussão do salário mínimo dos Estados não o incorporou.

Obviamente, é importante analisar alguns aspectos. Se se está voltado para as categorias menos organizadas, já que não têm acordo coletivo, se reforça a produção e o emprego das indústrias de bens saláris. Isso significa que, do ponto de vista dos governos estaduais, deveria haver uma preocupação com medidas de fortalecimento das indústrias de bens-salários, isto é, da indústria que é mais dinamizada ou afetada pelo aumento do salário mínimo. Portanto, um casamento entre o salário mínimo e uma estratégia de desenvolvimento estadual.

Outro aspecto é que, em grande medida, trata-se de um instrumento para melhorar o perfil de remuneração do segmento privado. Não é um instrumento que se aplique ao setor público, cuja lógica é de outra natureza. Existe a necessidade de incorporação do salário mínimo a uma estratégia de desenvolvimento.

Finalmente, se há uma política de piso salarial estadual bem calibrada, bem decidida, com um bom mapeamento da estrutura produtiva do Estado e da sua configuração de renda, com certeza pode haver efeitos localizados muito positivos em termos de redução da desigualdade e da pobreza no espaço estadual. Esse é o ponto. A adoção de salário mínimo nacional não foi uma medida burocrática, mas o resultado de um acordo social e de uma estratégia política da sociedade em favor do crescimento e do desenvolvimento. Parece-me que também seria importante que essa perspectiva, essa concepção se instalasse, se inscrevesse nos Estados, com o objetivo de entender que essa não é uma complementação ao salário mínimo nacional, mas um instrumento que o governo estadual tem em mãos para fomentar, ampliar, fortalecer, junto de outros instrumentos, a estrutura produtiva local, conforme as características que carrega. Ou seja, se o salário mínimo estadual for entendido como instrumento estratégico nas mãos do governo do Estado, o seu papel será não só criar pisos salariais diferenciados, que contribuam com a elevação de algum segmento, como um importante instrumento de fortalecimento do mercado de trabalho, da remuneração de base e da estrutura produtiva, mas também uma relevante peça da estratégia de desenvolvimento.

Deixarei algumas sugestões a partir da experiência conhecida da definição da política nacional. Em geral, são três, quatro níveis. No Rio de Janeiro, há nove níveis de salário mínimo. Há uma preocupação em estabelecer uma compatibilidade entre salário mínimo e certa diferenciação com os salários de base dos mercados dos Estados. Isso é interessante; é uma prática que, apesar do pouco tempo de seu uso, parece bem-sucedida. À exceção do Rio de Janeiro, que pega um rol de ocupação mais amplo, a maioria das experiências foca nas ocupações de menor qualificação, o que, na verdade, é o foco do salário mínimo. Não teria nada a dizer sobre isso, pelo menos até este exato momento. Seria preciso um tempo maior para conhecimento das experiências estaduais já existentes, a fim de termos mais informação sobre se essa prática tem impactos significativos na evolução dos salários.

Parece-me que seria interessante estabelecer um piso salarial no Estado com níveis estáveis em relação ao piso nacional. Ou seja, que o salário estadual evolua conforme o piso nacional. Por exemplo, que o nível 1 seja 20%, 30%; o nível 2, 30% ou 40% do salário mínimo nacional. Que isso seja estabelecido e mantido por um período de tempo, para que a evolução do salário mínimo regional não fique ao sabor de decisões políticas e de conjunturas econômicas. Aliás, mais que isso, possa permitir estabilidade à regra e potencializar sua contribuição ao mercado de trabalho, à estrutura produtiva e à proteção do poder de compra dos trabalhadores com menor capacidade de organização.

Essa é uma questão que ainda não apareceu nos pisos regionais. Já participei de outros debates sobre esse assunto. Apresento a ideia de institucionalizar devidamente o instrumento. Não devemos somente criá-lo, mas também estabelecer-lhe uma institucionalidade minimamente organizada, definindo-se as diferenças entre os níveis e garantindo-se a sua evolução não pela inflação e não a partir de uma discussão conjuntural de ano a ano, mas por uma evolução a longo prazo, vinculando-o ao salário mínimo nacional. A cada cinco anos ou mais, poderia ser discutida a alteração dessa relação. Seria interessante adotarmos uma regra de médio e de longo prazos, e não um instrumento que dependa de discussões anuais, como tem sido estabelecido nos Estados.

O segundo ponto que me parece interessante é a definição desses níveis com um estudo mais aprofundado e mais detalhado do mercado de trabalho do Estado. A definição dos níveis é muito mais de natureza burocrática. Não digo isso no mal sentido da palavra, mas essa definição não está muito embasada na dinâmica e no comportamento dos mercados de trabalho do Estado. Isso mereceria um olhar mais cuidadoso, com o objetivo também de se intensificarem as categorias e os setores, fazendo com que o piso regional possa ter um maior impacto e uma maior contribuição para a organização do mercado de trabalho de base e do salário de base de alguns setores.

Finalmente, gostaria de dizer - obviamente, é a sugestão que apresento - que deve haver um período de revisão a cada cinco anos - mas esse é um mero exemplo. Parece-me que seria prudente adotarmos uma regra como a estabelecida para o piso nacional, em que haja previsibilidade de revisão. Isso me parece extremamente útil e retira essa revisão anual e o caráter conjuntural das decisões sobre o salário mínimo. Pelo meu ponto de vista, isso seria mais prudente; em vez de ficarmos discutindo os níveis, discutirmos e definirmos a estabilidade da regra do piso salarial estadual.

Tocarei em um ponto previsto na medida nacional, que, infelizmente, não foi implementado até hoje. Seria interessante, em nível estadual, constituir uma comissão de acompanhamento que promova análise e estudos, para informar ao Estado e aos setores sociais os impactos da evolução do piso regional. Na medida nacional, também estava prevista essa ideia que se pretende instalar. Como o projeto de lei foi formulado em 2007 - mas apenas em 2011 foi aprovado -, espero que, agora, o governo federal implemente uma comissão de acompanhamento e avaliação da política de valorização do salário mínimo. Deixo também essa sugestão aos Estados. Como disse aos senhores, como entendo que a política, seja nacional, seja regional constitui um processo de aprendizado, seria extremamente importante que os setores sociais participassem da implementação, conhecessem os resultados e pudessem, na medida do possível, fazer as correções necessárias.

Peço desculpas por ter esgotado o tempo. Espero ter apresentado algo que seja relevante para o debate no Estado. Muito obrigado.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".



O Sr. Presidente (Deputado Rogério Correia) - Muito obrigado, Prof. Cláudio. Vamos passar à outra temática da parte da manhã, que é “A economia mineira, as particularidades regionais e o piso salarial estadual”.

### **Palavras da Sra. Marilena Chaves**

Bom dia senhoras e senhores, Deputados, meus companheiros de Mesa, a minha colaboração é menos falar do salário mínimo em si, da proposta que estamos discutindo, mas trazer para os senhores informações relevantes sobre a economia mineira. E por que isso? Porque é o cenário em que essa discussão está sendo feita. Precisamos avaliar a implantação do salário mínimo regional por diversos ângulos. Os organizadores deste fórum julgaram importante que se falasse da economia mineira, ou seja, sobre onde seria implantado tal salário mínimo. Portanto, eu lhes aviso que não entrarei na questão do salário mínimo em si.

A minha exposição está organizada com alguns comentários sobre o ambiente macroeconômico, Minas Gerais no cenário nacional, algumas informações sobre as regiões de planejamento de Minas Gerais e as considerações finais, que faremos por meio do debate que virá.

Começando - isso já foi dito, mas agora vamos vê-lo em gráfico -, o País vive um ciclo de crescimento como há muito tempo não se via. Diversas razões explicam e mostram como isso acontece, mas as taxas de crescimento do PIB, que estão postas aí, fazer observar que, desde o início do milênio, elas estão crescentes, apesar da redução que aconteceu em 2009, fruto da crise internacional do final de 2008. Isso também pode ser visto por intermédio das informações sobre empregos formais no Brasil. É claramente visto que, a partir desta década, entramos numa fase crescente. Não foi tão crescente em 2008 e 2009, época em que não vivemos um “tsunami”, mas também não uma marolinha. Alguns setores sofreram com a crise internacional, principalmente aqueles que estão ligados às exportações, tendo sido observada uma queda de emprego, que é inferior à que já havia sido observada há alguns anos. Mas a boa notícia é que, em 2010, consegue-se, sim, voltar a um patamar muito importante.

As vagas formais mostram a pujança dessa economia. E o mais importante é que, diferentemente de outras décadas em que as faixas eram erráticas, estamos numa fase de economia crescente.

Outra informação que colabora com esse entendimento é a taxa de desemprego. Vimos como a taxa de emprego aumenta e vamos ver como a taxa de desemprego diminui. Temos aqui informações desde 2000. Vocês podem observar que a taxa de desemprego no primeiro trimestre de 2011 é quase a metade da que havia no início da década, confirmando a trajetória ascendente da economia brasileira.

Aqui temos mais uma informação interessante: a importância da massa salarial. Como disse o Senador Requião, isso tem grande importância no próprio crescimento da economia. Salário é renda, renda é compra, compra é emprego, compra gera impostos. É um círculo virtuoso, em que o crescimento do emprego e a sua consequência, a massa salarial, têm importância fundamental. Essa informação diz respeito apenas a seis regiões metropolitanas, onde a pesquisa foi feita. Não quero mostrar exatamente o valor, mas o fato de que a taxa é crescente. Como vemos aqui, houve algumas reduções em 2008, mas foram superadas.

O que colabora, e muito, com o crescimento da massa salarial? O fato de que, a partir de 2000, houve uma evolução. Em função da lei que estabeleceu as regras para o aumento do salário mínimo, houve um crescimento fundamental do salário. Se compararmos 2011 com 2003, podemos verificar que o salário mínimo cresceu mais que 50%. Muitos fatores possibilitaram isso, mas não temos tempo para explicar todos.

Houve um fato muito relevante, muito polêmico, porque nada é simples em economia, nada é apenas bom, sempre tem um preço, um custo. Daí, a importância de debates como este na Assembleia Legislativa, porque são avaliados os dois lados da questão. Não sei se vocês estão lembrados de uma discussão muito importante que foi feita nos anos 80 e 90, quando tudo estava vinculado ao salário mínimo. Tudo segurava a possibilidade de aumento real desse salário; tudo era reajustado em função dele. Então, naquela época, o seu aumento fazia um estrago na inflação, porque, com ele, crescia tudo, o que não aconteceu depois que se conseguiu a desvinculação dele de várias contas, de vários valores. Por um lado, isso foi bom, porque possibilitou--lhe um acréscimo, em taxas reais, beneficiando-se, assim, um grande volume da população. Não foi bom para outras categorias que tinham seus salários – não o salário mínimo – vinculados a ele. Essa é uma demonstração de que nada tem apenas um lado, os vários pontos devem ser discutidos. Quando o salário mínimo foi desvinculado de muitos penduricalhos, porque era referência para muitas contas, a lei complementar federal pôde conceder aumento vinculado ao próprio crescimento da economia.

Há uma ascensão da participação da economia de Minas Gerais no PIB brasileiro. Da faixa de 8%, que ocorria em 1995, a participação ascendeu para 9,4% em 2010, sempre a taxas importantes e, muitas vezes, superiores às do Brasil. Minas Gerais tem uma participação relativa no PIB nacional de 9,4%. É grande, é maior que a participação do Paraná, como disse o Senador, porém temos uma economia muito diversificada, muito heterogênea. Vamos falar um pouco sobre isso.

Minas Gerais é o segundo Estado exportador. É importante dizer isso, mas temos que lembrar que as nossas exportações se concentram em bens primários, principalmente a siderurgia, como disse o Deputado Rogério Correia. Há dois lados nisso. É muito bom e pujante para a nossa economia; são efeitos que refletem em vários outros setores relacionados ao minério, porém a exportação de minério não gera impostos nem “royalties”. Portanto, a exportação de minério tem pouca influência nas contas públicas, de tal forma que não é muito adequado fazer uma relação direta entre as nossas exportações e as contas públicas do Estado. As exportações de minério geram impostos federais e impostos de exportação, que são excelentes para as nossas reservas nacionais. Mas, do ponto de vista da economia mineira, do ponto de vista do Estado, elas não são relevantes para aumentar as possibilidades de salário do setor público.

A economia mineira está dividida de forma semelhante à da economia brasileira, de tal modo que grande parte da economia está no setor de serviços. Isso é importante para mostrar que o setor de serviços, o setor de comércio e o setor de transporte, em que estão localizadas as categorias que seriam atingidas por essa proposta do salário mínimo regional, ocupam um valor muito expressivo da economia mineira.



Mostrarei uma outra faceta importante da economia mineira. O Senador nos disse que Minas Gerais tem uma economia pujante. Isso é verdade, mas somos um Estado pobre. A renda “per capita” de Minas Gerais está exatamente na fronteira dos Estados do Sul, Sudeste e Nordeste. Minas Gerais tem a 11ª posição entre todos os Estados alinhados em relação à renda “per capita”. Esse valor é relevante e crescente. A renda “per capita” mineira é inferior à do Paraná, que ocupa a 6ª posição. O Paraná é um Estado com um PIB menor, mas também é um Estado menor e com uma população menor do que a população mineira. O Estado de Minas Gerais tem uma demografia muito peculiar. Essas são informações muito importantes e devem ser consideradas. A taxa de crescimento da renda “per capita” mineira nessa década, comparando-se os dois censos, foi superior à média nacional e superior à de vários Estados. É interessante observar que aqueles Estados mais pobres tiveram taxas de crescimento muito elevadas. Isso é importante para o Brasil porque mostra que os Estados que têm economia e renda “per capita” reduzida – e o salário tem uma grande importância nisso – estão, sim, crescendo. As rendas ainda são baixas. A renda do Maranhão, por exemplo, é a metade da renda nacional, mas, em compensação, foi a maior taxa de crescimento nessa década.

Então, essa é outra informação muito interessante. Aqui, queria mostrar-lhes o saldo de admissões e desligamentos no primeiro trimestre de 2011. Estamos mostrando informações que coram tudo o que já disse. No Brasil, isso tem crescido, e também em Minas Gerais, que foi responsável por mais de 15% das vagas formais geradas no primeiro semestre em relação ao País. Vejam a importância desse dado: temos 9,4% do PIB, mas estamos conseguindo gerar mais de 15% do total de empregos formais. Esse é um dado interessante.

Observem os senhores que a população, segundo a classe de rendimento, está-se concentrando aqui, acima do salário mínimo federal. Já temos, então, uma população que subiu no topo. Embora, em Minas Gerais, a população que ganha até dois salários mínimos represente um índice um pouco menor que o do Brasil, aqui já observamos que a população que ganha até cinco salários mínimos é relevante, com tendência a crescer.

Aqui também creio que essas informações são importantes. Já comentamos a respeito disso. Temos quem recebe, os trabalhadores, e quem paga, as empresas. Vamos ver. Essa é uma informação interessante que mostra nossa composição em termos de microempresas, pequenas, médias e grandes empresas. O que acontece no Brasil é semelhante ao que acontece em Minas Gerais, portanto, para sermos rápidos, falaremos apenas de nosso Estado. Mais de 99% das empresas mineiras são de micro e pequeno porte, que são exatamente aquelas empresas que têm tendência a pagar salários menores. Portanto, esse é o universo de empresas. As microempresas estão representando 94% do número existente, e as pequenas, quase 5%. Esse, portanto, é o nosso “público-alvo”, entre aspas, uma vez que predominam nas microempresas e pequenas empresas as categorias que não têm um salário já fixado. E onde estão essas empresas? De novo, é importante considerar isso. Pegando todas aquelas microempresas vamos observar que 12% delas estão na indústria; quase 5%, na construção civil; 52%, no comércio; e 31%, nos serviços, ou seja, comércio e serviços são setores típicos da pequena e microempresa. Essa é uma informação relevante para este debate.

Isso é mais ou menos semelhante quando fazemos a avaliação do número de empregados. Observem que quase 60% dos empregados estão exatamente nas microempresas e pequenas empresas, até porque existem muitas delas que não têm empregados, mas apenas o dono.

Mais à frente, outro cenário que podemos observar aqui é o desemprego. A crise de 2008 colaborou um pouco para reduzir o número de empregos, mas já foi recuperada.

Outra informação importante para entendermos Minas Gerais é o rápido crescimento da população urbana. Comparamos aqui 1970 com 2010. O censo de 2010 indica que a população mineira já está na faixa de 19.600.000 pessoas, o que corresponde a 10% da população brasileira. Somos o segundo Estado mais populoso, porém com uma taxa de urbanização muito rápida.

Outra informação relevante é a taxa de fecundidade. Isso significa que Minas Gerais tem a segunda menor taxa de fecundidade do País, ou seja, a nossa população tende a crescer a um ritmo menor. Quero mostrar a vocês outra coisa. Esta era a pirâmide populacional de 1991. Era de fato uma pirâmide: muita criança e população jovem crescendo. Agora, vendo o gráfico de 1991, 2000 e 2010, vemos que não temos mais uma pirâmide. Isso mostra como se reduz aqui o número de crianças, indicador de mudanças de políticas públicas. Coloquei isso porque aqui está a última janela demográfica de oportunidades. Aqui estão os jovens de 15 a 30 anos, certamente aqueles jovens de primeiro emprego, onde a questão do salário mínimo é relevante. Essa é a maior parte da nossa população.

Minas Gerais é um Estado muito diverso. Podemos observar que vários Municípios, inclusive mais concentrados na nossa porção leste, perderam população. Temos Municípios que, talvez por saldo migratório negativo, perderam população. A população do censo de 2010 é menor do que a população do censo de 2000. Vamos tentar ver esses dados abertos por regiões. Não é um conceito muito bom porque as nossas regiões também são muito grandes. Quando abrimos por Município, podemos ver que a coisa muda. Vou mostrar o que todo mundo já sabe: uma concentração econômica na região Central, que também é muito grande, com 46% do PIB e 35% da população, em contraste com uma região Norte, como a nossa região do Jequitinhonha e Mucuri, que tem 5% da população e apenas 2% do PIB. Portanto, Minas Gerais, diferentemente do Paraná, que é uma referência, tem desigualdades muito grandes. O Triângulo Mineiro, outra região economicamente muito dinâmica, tem 7% da população e 11% do PIB. Aqui no Sul de Minas também temos 12% do PIB e 13% da população. Observem aqui que nessas regiões a renda “per capita” tende a estar na média.

A distribuição da população por região de planejamento teve pouca alteração de um censo para o outro. A região central continua sendo a maior, principalmente a nossa Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Temos aqui um dado interessante a ser observado que é a renda “per capita”. Observem que a renda “per capita” do Brasil, no censo de 2010 chega a R\$830,00. O que é renda “per capita”? Vamos tentar entender o conceito.

O pesquisador deve chegar à casa de vocês e perguntar quanto ganha cada pessoa. Soma-se tudo e divide-se pelo número de habitantes daquele domicílio. Essa é a renda “per capita”. Vocês vão observar coisas interessantes. Mesmo havendo, nas várias residências, pessoas que não trabalham, ou seja, sem rendimento, a renda “per capita” é superior ao salário mínimo, até porque há domicílios com altíssima renda “per capita” e outros com baixa renda “per capita”. A nossa renda “per capita” é de R\$773,00 contra



R\$830,00 do Brasil; uma taxa de crescimento praticamente idêntica – 3% ao ano. Apenas as regiões Central e Triângulo possuem rendas “per capita” mais elevadas que a do Brasil; alguns Municípios, sim. Mas não podemos comparar à renda “per capita” do Distrito Federal, que é de quase R\$1.800,00 – não dá para comparar –, nem à de São Paulo nem tampouco à do Paraná. Mas há regiões com renda “per capita” elevada.

Essas são as rendas “per capita” por Município. Vamos observar que, em termos regionais e por Município, há Municípios com renda “per capita” quase igual à de São Paulo, do Rio e do Paraná, em torno de R\$770,00. Mas há Municípios com renda “per capita” igual à do Maranhão e à do Piauí. Ou seja, esta é a Minas Gerais, como diziam os profetas, a síntese do Brasil. Há Municípios com índices de renda e de população semelhantes aos mais pobres e aos mais ricos do País. É o Estado com disparidades e singularidades. Isso é relevante nos domicílios que recebem Bolsa-Família, uma tentativa muito importante e que teve efeito na renda “per capita” dos Municípios pequenos, já que se concentra exatamente nas regiões Norte e Mucuri. Mas existem domicílios pobres na Região Metropolitana de Belo Horizonte. É um erro entender que essa região, por ter concentração econômica importante, é rica. Ela também apresenta disparidades, com bolsões de pobreza; não de pobreza absoluta nem de miséria, felizmente, mas regiões pobres.

O emprego formal na região metropolitana e na região Central é importante, mas o interessante é observar que em todas as regiões ele é crescente, desde 2007.

A renda média por região de planejamento, como comentamos, tende a mostrar evolução em todos os anos. É crescente de 2007 a 2010, com taxas positivas em todas as regiões. Aliás, essas regiões têm avanços maiores que a Central.

As regiões Centro-Oeste e Central apresentam maior variação de emprego que de rendimento. São regiões mais ou menos médias e interessantes. As regiões Norte, Jequitinhonha e Sul estão na faixa de variação mais baixa; e as regiões Rio Doce, Triângulo e Alto Paranaíba, na faixa de variação mais alta, tanto em relação ao emprego quanto à renda. Como dizia o nosso Guimarães Rosa, Minas Gerais são muitas, não é possível trabalhar com média.

Temos de entrar em detalhes para entender a economia mineira. Quero mostrar-lhes que as regiões se diferenciam - o que é importante na discussão sobre salários -, com relação aos setores de destaque. Portanto, por exemplo, no Noroeste, no Centro-Oeste, na região Central e no Triângulo, nota-se certa predominância da indústria. No Alto Paranaíba, que também tem uma agricultura relevante, a construção se sobressai. O comércio é muito relevante na Mata e no Triângulo; os serviços, no Alto Paranaíba e no Sul; a agropecuária, no Norte e na região da Mata. Essas são considerações importantes não só para se definir a adoção ou não do salário mínimo regional, mas também para eventualmente discutir o seu valor.

Encerro minha participação deixando, como considerações finais, a minha disposição para atendê-los com outras informações sobre a economia mineira que sejam relevantes para que vocês continuem este debate sobre o salário mínimo regional. Obrigada.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de “slides”.

O Sr. Presidente (Deputado Celinho do Sinttrocel) - Agradecemos à ilustre expositora, Dra. Marilena Chaves. Com a palavra, o Prof. Edson Domingues, para sua exposição sobre o tema “A economia mineira, as particularidades regionais e o piso salarial estadual”.

### Palavras do Sr. Edson Domingues

Boa tarde a todos. Agradeço o convite para participar deste ciclo de debates. Minha fala será focada no tema “A economia mineira, as particularidades regionais e o piso salarial estadual”. Há uma série de pesquisas sendo desenvolvidas e em desenvolvimento no Cedeplar, que é o Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Trarei para este debate algumas informações, conclusões e estudos que realizamos nessa Universidade, que poderão ajudar neste debate.

Como aqui foi dito, o salário tem um papel preponderante na geração de renda e no consumo, bem como é um fator de competitividade das economias regionais e da economia nacional. Esses dois aspectos, salário e geração de renda, são significativos para se entender o impacto de políticas que tendem a afetar o preço, a remuneração do trabalho nas regiões etc.

Minas Gerais é um Estado de elevada desigualdade regional, fato bastante conhecido no Norte de Minas, no Vale do Jequitinhonha, no Mucuri, regiões de menor renda “per capita”, com elevados indicadores de pobreza etc. Já as regiões Sul e Sudeste são mais ricas, possuem maiores níveis de renda “per capita”.

Este é um quadro da economia mineira razoavelmente conhecido e estável ao longo dos anos. Este é um mapa do ano de 2000. O censo de 2010 provavelmente dará origem a uma figura muito parecida com esta. Este é um gráfico da média de salários pagos por Município, em Minas Gerais, em que constatamos o mesmo grau de diferenciação regional. Em Belo Horizonte, paga-se, em média, 3,7 salários mínimos; em Novo Horizonte, 1 salário mínimo, em média. Tem-se, portanto, uma série de desigualdades nos mercados de trabalho regionais do Estado.

A Marilena falou bastante sobre o que existe hoje em termos de desigualdade regional na economia mineira, em sua evolução recente. Num cenário futuro de crescimento macroeconômico do Brasil, inserido na economia internacional, de investimentos públicos e privados, de eventos como Copa do Mundo etc., o que ocorrerá com a economia do Estado de Minas Gerais? Será que a economia crescerá mais que a média nacional e, nesse cenário, será reduzida a desigualdade regional? Pensando nisso, qual o impacto de uma elevação, de uma fixação de um piso salarial na economia do Estado? Estudando uma série de pesquisas e resultados desenvolvidos no Cedeplar, o que podemos esperar para a economia mineira?

Então, quanto ao primeiro caso, cenário macroeconômico do futuro, fizemos um estudo amplo da economia brasileira e da de Minas Gerais, excetuando-se os sobressaltos da crise financeira que ainda ocorrem nos anos recentes. O objetivo não é fazer uma previsão, mas elaborar um cenário que os especialistas do Cedeplar acham mais razoável para o futuro da economia mineira, dado o seu setor, região, etc. Esse é um estudo que desenvolvemos ao longo dos anos passados. Se adotarmos um cenário razoavelmente otimista para o Brasil, com crescimento médio de 4,5% ao ano nos próximos 10 anos, com certo comportamento do investimento e do consumo das famílias, das exportações, etc., o que acontecerá com o Estado de Minas Gerais, dadas as suas particularidades regionais, a sua



dependência das exportações e dos produtos primários, a concentração da sua atividade econômica na Região Metropolitana? A participação da economia mineira tem-se situado em torno de 9%, 9,2%, 9,3%. O cenário que projetamos para 2025 indica uma relativa estagnação dessa participação e até mesmo queda. A economia mineira não tende a ser a mais dinâmica no cenário futuro por vários condicionantes. Quer dizer, não se espera que a economia do Estado seja a mais dinâmica no cenário futuro, até porque as exportações e o mercado internacional podem não ser tão favoráveis como foram nos últimos anos. A crise de 2008 e de 2009, com a desaceleração das exportações dos produtos primários, mostrou que a economia mineira foi uma das principais afetadas. Então, se se projeta um cenário em que as exportações não são tão dinâmicas assim, é natural esperar que a economia do Estado não será a mais afetada positivamente.

Se temos um cenário em que a economia do Estado não é assim tão beneficiada no futuro, como as regiões serão afetadas? Nos anos mais recentes, projeta-se uma dinâmica mais ligada a exportações minerometalúrgicas e investimentos. É o Quadrilátero Ferrífero e o entorno da Região Metropolitana que serão provavelmente as regiões que terão um impacto mais significativo em termos de crescimento. Num cenário mais à frente, com um mercado interno doméstico brasileiro mais significativo, em geral, a região do Triângulo, que é mais conectada com outras regiões do País, mais ligada a mercado interno, tende a ser a mais beneficiada. E esse quadro municipal de impactos e de projeções indica que a desigualdade regional na economia mineira não vai mudar significativamente. Quer dizer, não há nenhum fator que beneficiará mais o Norte de Minas, região mais pobre que as Central e do Triângulo.

E os investimentos públicos e privados regionais e setoriais previstos? Eles vão ou não causar mudanças significativas nesse quadro? No âmbito de uma série de estudos, analisamos a localização setorial e regional desses investimentos. Qual é o papel dos investimentos na dinâmica regional? No âmbito de uma pesquisa que o Cedeplar organizou ano passado do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado para a Região Metropolitana, uma equipe se debruçou sobre as intenções e os investimentos privados na economia de Minas. E observamos que os investimentos anunciados no futuro estavam muito concentrados em setores minerometalúrgicos e regionais no Quadrilátero e em regiões já conhecidas pela expansão mineral. E não temos perspectiva de grandes investimentos em outras regiões ou investimentos mais significativos que esse. A princípio, não se tem um quadro de investimentos que beneficiaria outras regiões. Esse é um quadro que detectamos, e a pesquisa nos mostrou que não teríamos assim um impacto tão significativo de investimentos.

A outra coisa em que podemos pensar são os investimentos públicos: federais, estaduais, etc. Por algum tempo, analisamos o impacto do PAC e do PPA federal em Minas Gerais. É sabido que o PAC não tem investimentos tão significativos aqui; ele é muito mais concentrado em outros Estados e regiões, por isso não esperamos grandes investimentos, grandes impactos no Estado que o diferencie dos outros. Nesse sentido, continuamos em um cenário muito mais concentrado em setores minero-metalúrgicos, e os investimentos públicos do governo federal, o PAC, o PPA, etc., não são tão significativos para a economia do Estado. O resultado dos investimentos que mapeamos é beneficiar basicamente as mesmas regiões do Centro do Estado e do Triângulo Mineiro. Nesses estudos, numa perspectiva de longo prazo, não há investimentos regionais e setoriais muito significativos no que diz respeito à desigualdade regional nem quanto ao crescimento da economia do Estado, comparativamente a economias de outros Estados e outras regiões.

E a Copa do Mundo de 2014 terá ou não impacto significativo na economia do Estado e do Brasil? No ano passado foi publicado o primeiro estudo acadêmico sobre as perspectivas de impacto da Copa na economia brasileira, na economia do Estado de Minas Gerais e na de outras regiões. Obviamente, para Minas Gerais, os investimentos associados à Copa e ao movimento da Copa são muito concentrados em Belo Horizonte, não há dúvida disso. O impacto na economia do Estado tende a ser muito pequeno e bastante concentrado em Belo Horizonte e na Região Metropolitana. Não se espera desse evento nenhum impacto significativo em termos de redução da desigualdade regional.

Se temos todo esse cenário macroeconômico de investimentos públicos e privados e eventos, o que esperamos de uma política de piso salarial, como já foi discutido aqui? Em economia, uma política desse tipo gera renda e consumo, mas, eventualmente, algum custo relativo a outras regiões do País. De acordo com o exercício que fizemos no Cedeplar sobre os modelos econômicos, se há maior renda e consumo com o piso salarial em Minas, logicamente tem que estar acima da média nacional, porque, por lei, não se podem definir pisos salariais inferiores aos nacionais. Provavelmente, há algum impacto de custo sobre o fator trabalho, emprego e, talvez, investimento, porque as regiões são muito diferenciadas setorialmente e os mercados de trabalho, como mostrou a Flávia, são muito heterogêneos.

O que podemos esperar em termos de impacto? Se houver o aumento do custo do trabalho ou do piso salarial, isso implicará um aumento superior em 5% à média do Brasil. Num exercício de simulação, isso implicará um aumento expressivo de consumo em Minas Gerais de, aproximadamente, 2%. Esse é um efeito importante de bem-estar. O consumo indica o bem-estar das pessoas, porque estão consumindo mais produtos e há geração de renda. Se ampliarmos o preço que chamamos de relativo do salário em Minas, “vis-à-vis” no resto do Brasil, haverá um impacto positivo. Pode haver um pequeno deslocamento de investimento e de emprego para outras regiões. Na verdade, o trabalho relativo está aumentando mais em Minas que em outras regiões, mas o efeito sobre o consumo é significativo e importante em termos de bem-estar. Logicamente, quando estamos trabalhando com mercados correlacionados, integrados - a economia brasileira é composta de várias regiões que se relacionam com os frutos de comércio, bens, serviços e trabalho -, esperamos um resultado desses. Algumas regiões podem ser mais beneficiadas com esse resultado e outras, menos. Regiões com um nível salarial maior em termos relativos serão menos beneficiadas e regiões com um nível salarial menor, mais beneficiadas, porque está-se gerando, provavelmente, maior nível de renda e de emprego.

Para finalizar, quero registrar que tentei trazer a este ciclo de debates informações dos estudos que o Cedeplar tem realizado. Espero ter contribuído de alguma forma com a discussão. Muito obrigado.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de “slides”.



### Esclarecimentos sobre os debates

O Sr. Presidente - Neste instante, daremos início aos debates. Solicitamos aos que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensada a formalidade das saudações pessoais. Pedimos também que entreguem antes sua contribuição por escrito à assessoria. Cada participante disporá de até 3 minutos para fazer a sua intervenção. Lembramos que a leitura e apresentação oral de propostas serão feitas de acordo com o volume de sugestões recebidas.

#### Debates

O Sr. Presidente - Há várias perguntas na Mesa, e estamos fazendo uma síntese delas, para serem repassadas aos nossos palestrantes. Com a palavra, Antônio da Costa Miranda, da Nova Central Sindical de Minas Gerais, que tem uma questão dirigida ao Senador Roberto Requião e outra ao Prof. Cláudio Dedecca.

O Sr. Antônio da Costa Miranda - Na pessoa do Deputado Celinho do Sinttrocel e do Senador Roberto Requião, cumprimento a Mesa. Meu nome é Antônio da Costa Miranda, sou Vice-Presidente da Federação dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários no Estado de Minas Gerais – FETROMINAS - e Presidente da Nova Central. Todos os índices e dados aqui apresentados são favoráveis para que seja implantado um piso regional em Minas Gerais de acordo com as faixas propostas, que venha, de fato, remunerar melhor a classe trabalhadora. Temos tudo para isso, como demonstrado pelos dados.

Em sua exposição, o Senador Requião disse que, para implantar o piso no Paraná, com o sucesso que obteve, foi necessário conceder isenções às pequenas e microempresas. O governo de Minas tem dito que, se fizer isso, haverá impacto na receita do Estado, o que parece ser verdadeiro. Pergunto ao Senador: como isso se deu no Estado do Paraná? Em Minas, o governo diz que as diferenças regionais, como, por exemplo, Vale do Jequitinhonha, Vale do Mucuri e entorno da Região Metropolitana, tornariam difícil a implantação desse piso, pois a população é pobre e seria difícil pagar esse valor. Houve esse impacto no Estado do Paraná? Pergunto ao Senador Requião. Pela sua exposição, o professor - parece - estimulou a existência de faixas salariais, em vez de trabalharmos com menos faixas. Recentemente vi que São Paulo está discutindo uma única faixa, um único salário para todas as categorias no Estado inteiro. Pergunto: como o senhor vê isso, se estamos começando, e São Paulo nos orienta no sentido de que já deveria haver um único valor?

São essas as minhas considerações. Cumprimento a Assembleia e todos que ajudaram a construir esta audiência pública. Estamos aqui para contribuir. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Agradeço ao Miranda. Existem mais quatro oradores inscritos. Após ouvirmos as respectivas perguntas, passaremos a palavra aos integrantes questionados da Mesa. Em seguida, lerei as perguntas feitas por escrito. A próxima inscrita é a Sra. Clarise Fernandes da Silva, da ONG Clarosofia Núcleo Mundial, para apresentar uma questão dirigida ao Deputado Celinho do Sinttrocel.

A Sra. Clarise Fernandes da Silva - Bom dia! Cumprimento os componentes da Mesa e os demais presentes. Faço um encaminhamento ao prezado Deputado Celinho do Sinttrocel. Deputado, V. Exa. poderia me responder, de forma precisa, quais são os maiores pagadores de impostos na folha do holerite? Quem é o público-alvo desses impostos? Falou-se muito de crise, crise e mais crise, mas o público que mais paga imposto é o maior exemplo. É lógico que haverá crise porque, se alguém deixar de pagar, outro alguém terá de pagar em seu lugar. Existe uma desigualdade social muito grande.

Neste momento, aproveito a oportunidade para encaminhar uma proposta, porque sou Presidente da ONG Clarosofia Núcleo Mundial, sistematizada em 84 gestões, incluída a gestão do trabalhador. Reunimos vários segmentos. Estamos aqui representando todos esses trabalhadores, e não só os trabalhadores da saúde. Conseguimos encaminhar e aprovar três propostas no PPAG.

São vários os problemas, por exemplo, a educação, que está desmantelada. A qualificação dos profissionais e o déficit no salário são outro problema. O segmento dos psicólogos está sofrendo até mesmo com a ausência de acesso ao mercado de trabalho. Além de sofrerem com o salário defasado, estão com problemas de ingresso no mercado. Hospitais estão fechando, a maioria por pendências tributárias. Problemas também ocorrem no projeto Minha Casa, Minha Vida. Da mesma forma, não está acontecendo nada de efetivo no programa Lares Geraes em relação à demanda da habitação. Há um déficit de cerca de 400 mil na habitação. Digo isso para lembrá-los de que, em todos esses segmentos, existem trabalhadores de várias categorias.

A educação está em greve. Os professores precisam voltar para as salas de aula, porque crianças e adolescentes fora das escolas são alvo fácil para drogas, para tráfico, e isso não pode ocorrer. Por esse motivo, gostaria de encaminhar a minha proposta. Assim como o Banco Central conta com uma reserva para momentos de crise internacional e assim como existe o Bird, gostaria que se criasse um fundo de amparo aos danos salariais dos trabalhadores, dos cidadãos pagadores de impostos e que não têm acesso aos seus direitos. Só deveres nos têm sido impostos. É por isso que essa crise vai continuar e, com ela, a desigualdade social.

Podemos buscar na internet informações de palestrantes renomados para chegar aqui com propostas reais de solução para vários problemas: criminalidade, educação, habitação e saúde. A sociedade pede socorro. Temos urgência. Não aguentamos mais viver no mundo das drogas, da violência e da falta de emprego. A nossa ONG trabalha com encaminhamento de emprego, com doação de cesta básica, com campanhas de quilo, etc. Ninguém mais aguenta viver com as migalhas que caem da mesa daqueles que menos pagam impostos. É muita injustiça social. A sociedade está pedindo socorro. Socorro, por favor!

O Sr. Presidente - Obrigado, Clarise. As respostas ficarão para o final. Convido a fazer uso da palavra o Sr. Marco Antônio, Presidente da CUT de Minas Gerais.

O Sr. Marco Antônio - Boa tarde a todas e a todos. Meu nome é Marco Antônio, sou metalúrgico de Belo Horizonte e Contagem e Presidente da CUT do Estado de Minas Gerais. Primeiro, achei muito interessante a fala do Senador, principalmente sobre as políticas sociais do Paraná, com relação à energia, à água e ao esgoto. Quero fazer um comparativo. A diferença, no Estado de Minas Gerais, é que pagamos o ICMS mais caro do País. Ou seja, 40% da conta de luz é ICMS. Então, essa é uma situação diferente e muito ruim, no Estado de Minas Gerais. Quero, na verdade, fazer uma provocação ao conjunto dos companheiros que compõem a Mesa. Primeiro,



não acho justo fazer um projeto de lei na Assembleia Legislativa, o governo do Estado ter de sancioná-lo e, depois, que o próprio governo não tenha a obrigação de cumpri-la.

Estou dizendo isso porque, no meu modo de entender, deveria haver um projeto de lei em que também os Governadores e Municípios deveriam ser obrigados a pagar o piso salarial aprovado, porque é muito estranho que uma lei seja elaborada e, no entanto, os servidores públicos não tenham direito a ela. Sei que, hoje em dia, a lei não permite isso, mas acho que deveriam fazer um outro projeto de lei e que o Estado e os Municípios a cumprissem.

Outra questão: o Miranda falou sobre a faixa etária, mas há um ponto que nos preocupa, e gostaria de dialogar sobre isso com vocês. Quando há várias faixas de salário, começamos a entrar na questão de ramo e categoria, e com isso podemos prejudicar as negociações coletivas. Quando se discute o salário para o comércio, para a agricultura e não sei mais o quê, e há negociações coletivas, logicamente, nesse momento, os empresários dirão que já pagam mais que o piso salarial do Estado. Então, acho que devemos tomar cuidado com essa questão das faixas salariais, para não esticarmos muito e colocar a questão pelos anos e pelas categorias, a fim de não prejudicarmos as negociações coletivas.

O Sr. Presidente – Obrigado, Marco Antônio. Passo a palavra ao companheiro Urano, do Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários de Belo Horizonte. Não está presente. Então, vamos passar a palavra ao Sr. Roges Carvalho, do Sindicato dos Psicólogos.

O Sr. Roges Carvalho – Boa tarde. Peço licença para não cumprimentá-los a fim de ganhar tempo. Nobre Deputado Rogério Correia, meu companheiro, antes de começar a minha fala, gostaria de parabenizar o profissional psicólogo pela passagem do seu dia, amanhã, dia 27 de agosto. A categoria tem lutado muito pela inserção no mercado de trabalho, e sabemos das dificuldades que têm sido colocadas para o seu acolhimento no setor de saúde, onde hoje há ainda uma prioridade muito grande no modelo médico. O psicólogo tem lutado muito, e amanhã é seu dia.

Gostaria de fazer uma observação: realmente essa discussão do piso salarial em Minas Gerais é louvável, principalmente quando há uma iniciativa como essa na Assembleia Legislativa. Contudo, o Dieese já colocou um piso de R\$2.200,00. Então, isso incomoda um pouco, porque temos de vir para cá a fim de discutir uma questão que já deveria estar aprovada. Na realidade, nós, sindicalistas, sabemos que, muitas vezes - e por que não dizer na maioria? - isso não será cumprido. Acho que seria muito mais interessante o governo do Estado de Minas Gerais abrir uma intelectualização com os movimentos sindicais, abrir, pelo menos, uma escuta no Estado de Minas Gerais, para tratar de negociações coletivas e criar uma discussão mais ampla sobre as convenções. Isso traria um resultado muito maior para as categorias dos trabalhadores.

Não estou falando isso sem fundamentação. Sabemos como está a crise com a greve da educação no Estado. Tem piso, tem lei, estão querendo, mas cadê? Não sei. Estamos calejados nesse sentido. Seria muito melhor se fizéssemos uma discussão mais ampla, envolvendo os movimentos sindicais, para que eles avançassem na questão do piso e que ele fosse contemplado até nas regionais de Minas Gerais. Mas que tudo viesse a partir de uma discussão com o movimento sindical. Isso é muito mais interessante, pois fortalece o movimento sindical, e hoje não precisaríamos ficar – embora seja saudável e interessante a proposta – colocando alguns remendos em prol de toda uma classe trabalhadora, que se encontra com salários totalmente precarizados e jornadas de trabalho inadequadas. Era o que eu gostaria de dizer. Parabéns aos psicólogos pela passagem de seu dia, em 27 de agosto.

O Sr. Presidente – Obrigado, Roges. Mais quatro oradores fizeram inscrição para participação oral. Vou passar-lhes a palavra, solicitando-lhes que sejam o mais sintéticos possível. Depois virão as perguntas por escrito e, em seguida, retornaremos para a Mesa. Passo a palavra ao companheiro Rogério Fernandes, da Força Sindical de Minas Gerais.

O Sr. Rogério Fernandes – Bom dia, Mesa. Queria cumprimentar o Presidente dos trabalhos, Deputado Rogério Correia, o Deputado Celinho do Sinttrocel, o Senador Requião, que veio do Estado do Paraná, e os demais componentes da Mesa. Quero saudar as centrais sindicais presentes. O Roges pediu para eu fazer uma saudação aos psicólogos. Também presente o companheiro Celso, psicólogo. Parabéns a vocês. Que, cada vez mais, a categoria obtenha avanços para que possamos reconhecer o valor dessa grande classe.

Eu gostaria de salientar a iniciativa das centrais sindicais, da UGT, da CTB e das demais centrais em tratar do piso regional em Minas Gerais. A ideia inicial foi desenvolver um piso regional no Estado para valorizarmos, cada vez mais, os trabalhadores e a sociedade mineira. Constatamos as dificuldades mencionadas aqui. Sabemos que Minas tem diversas peculiaridades. O Estado tem 853 Municípios, com diversos PIBs. Por exemplo, no Vale do Jequitinhonha e no Mucuri, o PIB é de 2%; no Triângulo Mineiro, 15%; na região Central, 46%; e por aí vai. Seria importante discutirmos também qual é a base que esses Municípios terão para dar sustentação a esse piso. É importante a implantação do piso no Estado, mas temos de entender que, se essas regiões não tiverem condições de pagá-lo, vai ficar difícil. O Dieese, o Clemente, os demais membros da regional estão participando, e é bom discutir a questão de forma clara. Não podemos dar à sociedade mineira uma falsa expectativa, mas algo que lhe seja efetivamente favorável. Já estivemos com o Prof. Anastasia - o Gilson, o Marco Antônio e outras centrais aqui representadas –, discutindo, encaminhando e reivindicando o piso regional. Estamos nessa batalha desde o ano passado. Houve uma campanha e entregamos ao Governador essa reivindicação. Mas e essas particularidades? É importante fazer essa ressalva.

Registro que a Força Sindical e a CGTB não foram contempladas no “folder”, o que seria importante, pois temos uma caminhada. A Central investiu, junto aos sindicatos filiados, em mobilização, cafés parlamentares e várias audiências de mobilização das categorias, inclusive com coleta de assinaturas para o projeto de iniciativa popular. Entretanto fomos excluídos do “folder” da Assembleia Legislativa. Deixo esse registro porque os companheiros ficaram extremamente insatisfeitos com a exclusão. A Força Sindical é uma grande central, com 230 sindicatos no Estado de Minas Gerais. É importante termos o piso, mas também que façamos essas reflexões para não alimentar falsas esperanças no povo mineiro. Muito obrigado.

O Sr. Presidente – Obrigado, Rogério. Com a palavra, o Sr. Vandeir Messias, da Força Sindical. Na ausência, passo a palavra ao companheiro Sérgio Augusto, também da Força Sindical.

O Sr. Sérgio Augusto – Boa tarde a todos, à Mesa, na pessoa do Deputado Celinho do Sinttrocel, à companheira Marilena, ao Senador Requião, aos demais componentes da Mesa. Também sou psicólogo e parabenizo os colegas, entre eles o Roger, companheiro

e militante da saúde mental. Percebemos que esta é uma Casa muito importante, pois legisla em todo o Estado. Entretanto notamos que alguns companheiros, Deputados, assessores e mesmo funcionários, têm uma percepção muito distante da sociedade. Precisamos afirmar que, como central sindical, construímos, há muitos anos, uma unidade para termos uma lei de iniciativa popular. Ou seja, colhemos assinaturas, fizemos mobilizações e construímos essa unidade, apesar das diferenças entre as centrais. Realizamos um debate, uma coisa bem civilizada, bem criativa, e espero que a Assembleia Legislativa responda a essa demanda da sociedade. Como diz o companheiro Rogério, que seja algo exequível, que realmente possa ser implantado e que não tire o sonho dos trabalhadores mineiros. Basicamente é o que tenho a dizer.

O Sr. Presidente – Obrigado, Sérgio. Com a palavra, o último orador da plateia, o Sr. Cosme, Presidente da CGTB. Ele não está, então passaremos às perguntas feitas por escrito e por “e-mail”. Agradeço à equipe técnica que fez uma síntese dos questionamentos que tinham o mesmo assunto.

Pergunta de José Márcio Gomes para Celinho do Sinttrocel, nosso Deputado: “Associado ao instituto da lei do salário mínimo estadual, o que você acha de a Casa apresentar um projeto para desonerar produtos e serviços que mais pesam no orçamento da família da massa trabalhadora?”. Depois, certamente o Senador Requião, que tem experiência no tema, poderá falar sobre isso.

O Sr. Carlindo Rodrigues direcionou a seguinte pergunta ao Prof. Cláudio Dedecca: “Os pisos negociados em Minas são, em sua maioria, muito baixos, inclusive na indústria. Você acha que o piso regional terá impacto na negociação dos pisos por categoria?”.

Chegou a seguinte pergunta por “e-mail”: “Prezados, sou professora efetiva da rede pública de ensino, mestre pela Universidade Federal de Uberlândia e participo ativamente da justa luta pelo cumprimento da Lei Federal nº 11.738, que regulamenta o piso nacional dos profissionais da educação. Informada da posição do governo de Minas de assumir suas responsabilidades, acredito que seja necessária uma urgente tomada de consciência para cumprir os seus deveres. Não há o que se questionar, pois o piso nacional dos educadores é lei, é fato, é justo e está apoiado na legalidade. Chega de enganações, mentiras e propagandas forjadas. A sociedade mineira já está a par da verdade. Para que mais desgastes? Se o governo mineiro não tem condições de pagar o piso dos educadores, basta que prove que investe 25% da sua arrecadação na educação e peça ajuda ao governo federal. Grata, Juliene Leonel, de Uberlândia”.

Lerei as perguntas dirigidas à Marilena Chaves, sistematizadas a partir das contribuições das seguintes pessoas presentes: Zailde, do Sind-UTE; Marcos, da NCST; e Bárbara Araújo, por “e-mail”. A primeira pergunta é a seguinte: “O governo de Minas está na contramão do piso salarial, haja vista o piso do magistério. Como entender que um Estado, com a segunda economia do País, se nega a implantar o piso salarial nacional do magistério? Urge tomarem decisão e negociarem com o Governador, com a Secretária de Educação e com a Secretária de Gestão e Planejamento a aplicação do piso salarial para os funcionários públicos da área da educação”. A segunda pergunta é: “Por que foram cortadas as vantagens dos funcionários do Ipsemg, restringindo-se a remuneração ao salário mínimo?”. E a terceira pergunta: “Existe relação direta entre a massa salarial e o crescimento econômico?”. Essas são as três questões.

Lerei as perguntas dirigidas ao Senador Roberto Requião. A primeira é a seguinte: “A criação de uma lei de responsabilidade social do Estado poderia contribuir para melhorar a qualidade social do trabalhador e o processo de crescimento do País?”. Essa pergunta foi feita pelo Silvério do Prado, da Fesempre. A segunda pergunta é: “As pequenas empresas se sentem no dever de valorizar seus trabalhadores, mas, com uma carga tributária tão volumosa, fica até difícil a sobrevivência delas. Como conciliar despesas com encargos sociais mais o pagamento do piso salarial, honrando-se os compromissos com impostos?”. Essa pergunta foi formulada por Zailde, do Sind-UTE. A terceira é: “Se somos os maiores pagadores de impostos do mundo e, como é visto, esses bilhões não estão sendo gastos com o povo, com infraestrutura e com salários, onde está esse dinheiro? Não temos nem salário digno, nem saúde, nem infraestrutura e ainda somos explorados pelos grandes empresários, que repassam os custos das suas exportações”. Essa pergunta foi feita por Nilzete, da CTB. A quarta questão é a seguinte: “A aprovação do novo piso salarial pode gerar o aumento da inflação. Existe algum estudo para controlar a inflação e fazer com que o piso salarial obtenha êxito?”. Essa pergunta foi feita por José Ladislau da Cruz, do Sindicato Rural de Amparo da Serra. A quinta pergunta é: “O piso salarial regional afetará os dissídios coletivos dos trabalhadores filiados a sindicatos?”. Essa pergunta foi feita por Vinícius, do STTRBH, e Márcio Flávio, da Assufemg. Essas foram as questões levantadas.

Com a palavra, o Prof. Cláudio Dedecca.

O Sr. Cláudio Dedecca – Gostaria de começar a responder essas questões a partir de um depoimento pessoal. Sou professor da Universidade de Campinas, mas o que me levou à vida acadêmica, à vida de pesquisador, foi um tema que acabou definindo minha trajetória profissional: o salário mínimo. Em 1977, eu era aluno, esse tema estava em pauta em um seminário e me encantou. Se, por um lado, isso definiu minha trajetória profissional, no início da década passada comecei a sentir certa angústia, diria até que foi certo sentimento depressivo pelo seguinte fato: comecei minha vida profissional com 21 anos, e depois, quase batendo os 50 anos, o salário mínimo encontrava-se em uma situação de desleixo. Isso há mais de 30 anos. Quando Lula ganhou e prometeu duplicar o salário mínimo em quatro anos, eu disse que seria muito difícil fazer isso. Logo após a posse, fui procurado por algumas pessoas do governo, que constatavam a impossibilidade de cumprir o que havia sido prometido em campanha e perguntavam qual seria a saída, o que poderia ser feito sobre o salário mínimo ao longo do mandato. Falei que deveríamos achar uma saída ou teríamos um salário mínimo pouco valorizado. Falei que, ao invés de duplicá-lo de uma tacada só, deveríamos estabelecer uma trajetória segura de aumento paulatino do salário mínimo que chegasse ao do Dieese. Nunca fui do Dieese, mas participei de várias atividades, participei da principal pesquisa do Dieese, que é a pesquisa de desemprego. Conheço a velha e a atual geração do Dieese. Acho o estudo do salário mínimo do Dieese extremamente importante, mas parece que nunca conseguimos resolver, numa tacada, o problema do salário mínimo. Então, foi baseado nisso que levantei a questão sobre o motivo de não garantirmos que o salário mínimo avançasse em algum momento, chegando a um valor adequado para a sociedade brasileira. Foi com base nisso que fizemos um seminário em Campinas, junto com a CUT e o Dieese, que abraçaram a ideia. Posteriormente, o Presidente da CUT tornou-se Ministro e levou-a para o Ministério do Trabalho. A CUT, então já convencida da iniciativa, concordou com a proposta de se praticar um salário mínimo



vinculado ao crescimento do PIB. Gostaria de ressaltar esse acordo porque ele foi fruto de uma construção social, não foi uma decisão extemporânea, uma forma de postergar uma solução para o problema do salário no mercado de trabalho brasileiro. Ao contrário, foi uma iniciativa estratégica visando a uma mudança estrutural, talvez não com a rapidez que imaginávamos, mas garantindo avanços. Mais do que isso: vejam que a política adotada não impede que, a cada ano, um novo acordo social entre governo e sindicatos estabeleça um adicional de aumento do salário mínimo acima daquilo que a lei determina.

Peço desculpas ao Sr. Roger, mas discordo de que essa política seja um arremedo. Ao contrário, acho que ela é correta, garante direitos, garante a valorização do salário mínimo e, mais que isso, não impede que, politicamente, aumentos mais expressivos de salário mínimo sejam concedidos a cada ano. É um produto que foi acordado, expressa um reconhecimento da legitimidade das centrais sindicais. Isso é importante, porque não é um resultado da burocracia, não é um resultado que passa por cima de interesses das organizações da sociedade brasileira; é o reconhecimento de um acordo social muito importante e válido.

Gostaria de abordar esse primeiro ponto, porque entendo – fiz menção na minha fala – que o piso regional deve expressar isso. Por esse motivo, disse que talvez seja prudente vincular o piso regional, em termos relativos, ao piso nacional. Em primeiro lugar, porque, com certeza, isso impede ou não alimenta a ideia, para a qual não encontro justificativa, de um possível aumento desproporcional do salário mínimo de um Estado com relação aos outros Estados. Se definirmos, por determinado período, que haverá uma relação estável entre o salário mínimo nacional, que regula o País como um todo, e o piso regional, que deve levar em conta as condições de desenvolvimento, as condições da economia do Estado, não haverá uma distorção do piso estadual em relação, por exemplo, a São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. É um fator que não vai gerar constrangimentos em relação ao piso estadual adotado em Minas e o piso estadual adotado em São Paulo. Seria prudente que os Estados fixassem uma relação estável durante um determinado período. Apresentei essa sugestão para que não fosse causado nenhum tipo de constrangimento.

Se for adotado um piso regional que tenha relação com o piso nacional, num primeiro momento poderá haver um impacto de elevação de custos, mas depois haverá uma evolução. Os reajustes anuais do piso nacional, de certo modo, serão compatíveis com o PIB e não causarão maiores impactos para as empresas, como tem sido observado atualmente. A ideia de articular, harmonizar o piso regional ao piso nacional é muito interessante, a fim de fazer com que esse aumento do salário mínimo, com alguma acomodação, adaptação ao espaço regional, seja absorvido pela estrutura produtiva. Eu diria que é uma ideia razoável.

Quanto às categorias sindicalizadas e não sindicalizadas, vou manifestar a minha posição, como fiz no Congresso Nacional. Sou de opinião de que o piso regional deveria valer para todos os trabalhadores formais, para que as categorias possam negociar um piso acima. Se as categorias estão com pisos superiores ao salário mínimo regional, ótimo; aquelas que não estão terão o piso ajustado ao salário mínimo regional. Esse é um aspecto da lei em que caberia correção. Sou contra a forma como a lei está estabelecida.

O impacto do piso no salário mínimo é visível: indica claramente que a definição do piso nacional e, posteriormente, a definição do piso regional auxilia, favorece a negociação dos pisos por categoria.

Não há nenhuma incompatibilidade entre a definição do salário nacional ou dos pisos regionais com as negociações coletivas, ao contrário, é um movimento que retroalimenta. Não há nenhum motivo para que isso ocorra.

Finalmente, quero dar realce a um ponto encaminhado. Acho ideal o estabelecimento de uma comissão. Quando fui convidado a participar desse seminário, acreditava, e acredito, que esse debate em Minas Gerais, assim como no plano nacional, conta com a participação dos setores sociais. Há um envolvimento, e o plenário é expressão disso. Acho que seria importante que, na regulamentação do piso, fosse instituída uma comissão de acompanhamento, com a presença de outros setores da sociedade, como está presente na lei nacional, que prevê uma comissão nacional de salário mínimo tripartite. Acho que seria uma iniciativa extremamente importante não só de aprendizagem, mas também no sentido de legitimidade. Há uma iniciativa estadual. Então, é uma sugestão que faço. Já havia feito menção anteriormente a essa questão, que pode permitir corrigir possíveis dificuldades que a lei apresenta para certos segmentos da atividade produtiva ou para, em certos momentos, avançar e alavancar uma evolução mais rápida do salário mínimo estadual. Então, essa é uma indicação que me parece relevante, presente na lei nacional, que mereceria um transbordamento para a definição nos Estados.

Esqueci-me de apontar uma questão que diz respeito ao setor público. Esse é outro aspecto, a lei deveria dizer que o setor público está enquadrado também ao piso regional.

Não atualizei o estudo, mas fizemos, na época da definição da lei nacional, uma avaliação de impacto para o Ministério do Trabalho e não havia indicações de que a política do salário mínimo causaria constrangimentos às administrações públicas e, mais especificamente, às administrações municipais. Analisando os dados, os valores pagos pela administração municipal, o impacto do salário mínimo nacional não é grande. Acredito que um salário mínimo regional bem calibrado, em termos das folhas de pagamento dos Municípios, não causará transtornos.

Foram levantadas algumas ideias de implementação do salário mínimo, como medidas de desoneração. Talvez pudesse durante a fase de implantação do salário mínimo regional estabelecer algum fundo, alguma medida compensatória para que os Municípios com menor capacidade orçamentária pudessem incorporar a política. Não vejo impedimentos.

Não estudei o Estado de Minas a fundo, mas ele foi objeto do nosso estudo. Alguma dificuldade era apresentada. Na época que estudamos, analisamos o perfil, o impacto municipal de Estado a Estado. Os Estados do Nordeste e alguns do Norte tinham dificuldades para absorção do salário mínimo. Essa dificuldade na esfera municipal não era intransponível, era perfeitamente possível de equacionamento por parte dos governos federal e estaduais.

Espero ter respondido a todas as questões e, mais do que isso, ter apresentado contribuições que sejam válidas para a discussão de acordo social. Acredito que, se aprovada a lei aqui em Minas Gerais, será um acordo social, que acho extremamente válido. Para alguém que tem esse tema na sua trajetória profissional e pessoal do ponto de vista político, seria um imenso prazer ver essa política aprovada no Estado de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Sr. Presidente – Obrigado, Prof. Cláudio Dedecca, da Unicamp, por sua participação e contribuições. Passo a palavra à Sra. Marilena Chaves, para dar respostas às questões e para as suas considerações finais.



A Sra. Marilena Chaves – Algumas perguntas me foram dirigidas. Além disso, alguns comentários feitos a outras pessoas me motivam a fazer algumas considerações. Em relação às perguntas sobre o piso salarial do magistério e a questão do Ipsemg, sinto muito, mas vou me abster de comentá-las, primeiro porque até fogem ao tema do debate e, segundo, porque não há nada diferente a dizer, além do que já foi dito pela Secretária Renata e pelo próprio Governador. Vamos voltar aqui ao tema específico deste fórum: o salário mínimo regional. Foi-me perguntado, por exemplo, se existe uma relação entre a massa salarial e o crescimento econômico. Sim, existe e, aliás, é até crescente.

Nos últimos tempos, em razão do aumento, cresceu muito a participação dos salários na economia, ou seja, salário é motor de crescimento. Isso, se colocarmos na conta geral, pois, quando vamos para o específico, não acontece necessariamente o mesmo. Muitas vezes, se formos pensar em nível de Município, a comparação entre salários maiores ou menores pode induzir investimentos por um lado ou por outro, ou salários muito crescentes podem levar ao fechamento de negócios. Portanto, a resposta geral é: no cômputo total, sim; no específico, a resposta é mais complexa. Como vimos, a presença muito significativa de microempresas e pequenas empresas muda um pouco essa relação nos setores e nos Municípios.

Aproveito a oportunidade para comentar pontos que considere importantes quanto à questão da microempresa e da pequena empresa. Desde a Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, os Estados perderam autonomia para legislar sobre microempresas e pequenas empresas. Embora se diga que elas estejam afogadas em impostos, isso é um mito, não é verdade, porque, desde o Super Simples, eles foram reduzidos, e muito. O Estado, por força de lei e até por outras razões, aplica a Lei Complementar nº 123, que faz com que tais empresas estejam isentas da grande maioria de impostos, não das taxas municipais – por exemplo, em Belo Horizonte, existe uma taxa Placa, além de outras – nem das previdenciárias. O programa Brasil Maior começou uma experiência nova, que pode ser interessante: fazer a cobrança das taxas previdenciárias pelo faturamento, e não pelo tamanho da massa salarial. Isso é interessante. Na indústria, apenas quatro setores podem optar por isso. Então, é importante registrar que, em relação às microempresas e às pequenas empresas, desde a Lei Complementar nº 123, os Estados têm pouca flexibilidade para fazer mais do que já está posto em nível federal.

E o Estado de Minas trabalha bem essa questão. Temos, por exemplo, o Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, onde outros aspectos que não os tributários assumem discussões muito importantes. Às vezes, as pessoas falam de impostos, mas se esquecem de questões absolutamente fundamentais, como o vaivém da burocracia de abrir e fechar, como taxas de cartório, juros, etc. As empresas, às vezes, estão afogadas em juros. Ressalto que a questão dos impostos para as microempresas e pequenas empresas é razoavelmente equacionada.

O que me preocupa no Estado é a média empresa, aquela que é a empregadora significativa e que, na verdade, paga os melhores salários, mas que um dia pode deixar de ser pequena, crescer, e então perder suas isenções. Essa é uma questão que tem grande importância nessa discussão.

Queria comentar também um ponto muito importante e citado aqui, a questão da expectativa. É sempre dito que o salário mínimo deveria ser de R\$2.000,00. Então eu pergunto: vocês podem pagar R\$2.000,00, por exemplo, para a sua empregada doméstica? Não é preciso responder, mas pensem nisso. Vamos lembrar aqui que, quando o salário mínimo foi instituído no final dos anos 50, na verdade ele era empregado tão somente na indústria - e na grande indústria. Na realidade, naquele momento em que ele foi instituído, a aplicação das leis era mais complicada, a fiscalização mais difícil, etc. Na verdade era o cálculo de um salário que era urbano e da indústria. Se observarmos hoje na indústria e nas grandes empresas, o salário médio é maior que o mínimo. Então a questão não é essa. A adoção ou não de um salário mínimo regional tem pouco impacto na indústria, mas terá maior impacto nas áreas de serviço e comércio. É esse o enfoque que temos de fazer, sempre pensando no que já comentamos, que é a grande diversidade setorial e regional no caso de Minas Gerais.

O Prof. Cláudio estava dizendo que ainda não fez o estudo para Minas Gerais. Mais da metade dos Municípios de Minas Gerais são previdenciários. São Municípios muito pequenos, têm um Valor Adicionado Fiscal quase mínimo e agora podem ter, inclusive, perda de arrecadação em razão de terem perdido população. Portanto creio que vários deles poderão equacionar isso de outro modo, por exemplo, adotar um salário mínimo regional maior, se for o caso, e estabelecer jornada menor. Enfim, as mudanças de paradigmas, as mudanças de regra sempre são dolorosas no início, depois a vida se acostuma, acomoda-se.

Vou lembrar um exemplo que eu dei. Lá atrás, quando da lei atual que reajusta o salário mínimo pelo aumento do PIB do ano anterior e da inflação, formou-se um quiproquó, no entanto isso está indo, com alguns problemas localizados em um setor ou outro, com a participação geral, mas foi algo muito interessante. Naquela época se criticava, por exemplo, a desvinculação dos outros salários. Vejam bem a importância da coisa. Se todo o mundo tivesse um múltiplo do salário mínimo, ao aumentá-lo, todo o mundo aumentava, portanto ficava tudo do mesmo jeito, não tinha nenhuma grande diferença, por exemplo, em termos distributivos. Então não ocorria nenhuma alteração. Tudo isso para dizer que estamos diante de uma situação que não é simples, que pressupõe serenidade para discutir vantagens e desvantagens, impacto ou não, medidas compensatórias em Municípios muito pobres. Enfim, geralmente dizem que, para cada problema complexo, existe uma solução simples, mas eu digo que geralmente dá errado. Problema complexo tem solução complexa, que precisa de discussão.

Então novamente parabeno a Assembleia Legislativa por fazer isso, ao dizer que esse não é um assunto do Executivo, mas da Assembleia mesmo, que é quem representa os diversos segmentos da sociedade, inclusive o próprio Executivo, que tem voz para se expressar quando necessário. Essa discussão do salário, a discussão não só do salário mínimo, mas das convenções, é um assunto das federações e dos sindicatos, ou seja, de quem ganha e de quem recebe. O governo faz parte da discussão, e não é apenas aquele que fala a palavra final. Obrigada. Parabeno novamente os organizadores dessa importante discussão, deste fórum que traz à tona um assunto de interesse de todos.

O Sr. Presidente – Muito obrigado, Marilena Chaves. Agradeço-lhe a presença e também ao Governador Antonio Anastasia, que se fez representar. Com a palavra, o Senador Roberto Requião.



O Senador Roberto Requião – Retomamos então a nossa conversa. Para mim essa conversa é surreal, está acima da realidade. Quanto às objeções que escutei aqui, também as ouvi no Paraná: “o Estado vai quebrar”; “ninguém vai poder pagar empregada doméstica”; “a redução de imposto da microempresa vai diminuir a arrecadação, vai enterrar o Paraná”. Mas peitei e fiz, e não aconteceu nada disso. O sucesso é absoluto, e todos estão cumprindo o salário mínimo regional. De repente me dizem: “não venda falsa esperança”. Essa ideia foi repetida quando o mundo aboliu a escravidão. “O que vai ocorrer quando não houver mais escravo? A economia do Brasil vai acabar.” É a mesma conversa na luta pela redução da jornada de trabalho. “Estamos vendendo falsa esperança. Vai acabar o País.” E a jornada de trabalho foi reduzida. Agora precisa ser reduzida a 40 horas. E não vai alterar coisa alguma no Brasil. A nossa representante do Governador dizia: “quem vai poder pagar R\$2.000,00 a uma empregada doméstica?”. Ninguém propôs R\$2.000,00. O piso regional de uma doméstica no Paraná é, se não engano, cerca de R\$700,00, e todos pagam esse valor. Quem não puder pagar não vai ter empregada doméstica. Saí da universidade, casei e, por 20 anos, eu e a minha mulher fizemos os trabalhos domésticos porque não tínhamos dinheiro. Não era por falta da minha renda que eu ia ter uma escrava na minha casa ou ia fingir que adotava uma menina pobre, como fazem as famílias mais ricas, e transformá-la numa escrava supostamente adotada. Temos de acabar com essa falácia. Para mim é muito fácil dizer isso a vocês, porque o Paraná fez, e nada disso aconteceu. Alguém me perguntou: “e o impacto da redução do imposto da microempresa?”. Quando reduzi o imposto da microempresa a zero, ouvi: “Requião, você vai acabar com o Paraná”. A arrecadação de Minas deve ser mais ou menos igual à do Paraná. Há um quadro que nos mostra que cerca de 50 empresas são responsáveis por 60% da arrecadação, como as empresas de energia, a Petrobras e as grandes. Provavelmente 100 empresas são responsáveis por 75% ou 80% da arrecadação. Manter aquela enorme estrutura de Auditores Fiscais no Estado para cobrar da pequena empresa é, no mínimo, estupidez, porque custam mais caro que o valor que arrecadam. Acabei com o imposto da microempresa e reduzi o da média empresa a 2%. “A arrecadação vai cair.” Não caiu, aumentou. E isso porque, sem a pressão do Fisco, a pequena iniciativa se capitaliza. É o dono do botequim da esquina, da lojinha do pequeno Município. Ele se capitaliza e gasta o seu dinheiro onde? Na estrutura formal.

Ele acaba comprando a geladeira das Casas Bahia, um rádio, uma televisão e, aquele dinheiro que foi produto de sua capitalização entra no circuito da economia, no círculo virtuoso da arrecadação, e o Estado arrecada mais. Portanto, diminuir o imposto de pequena empresa, ao contrário de quebrar o Estado do Paraná, aumentou, de forma extraordinária, a arrecadação do Estado, criando uma satisfação enorme para os pequenos que estavam crescendo. Criei o salário mínimo regional e disseram que quebraria a pequena empresa. Porém não poderia acontecer, primeiro, não quebra porque reduzi o imposto da microempresa. Mas se não tivesse reduzido, o pequeno empresário pagaria mais para um ou dois funcionários, porém esse aumento beneficiou centenas de trabalhadores do seu Município que compraram na sua loja. Se não houver salário, não há consumo. Portanto, tudo isso é compensado dessa maneira. Temos de encarar essa situação como o fizemos ao longo da história da luta dos trabalhadores, como se derrubou a escravidão, como se reduziu a carga horária, e não mais aceitar essa conversa mole de que salário do trabalhador provoca inflação. A inflação existe hoje no Brasil e ocorre com facilidade por falta de investimento do Estado em infraestrutura e falta de investimento privado na modernização e no crescimento das empresas. E alguém pergunta aonde vão os impostos altíssimos do País. Desgraçadamente estão indo para pagar juros porque estamos numa política econômica ortodoxa, que o Lula não conseguiu enfrentar, e que a nossa Dilma está enfrentando com muita tibieza. Ela tem o discurso correto, mas precisa agir com mais firmeza. Temos a maior carga tributária do mundo, mas toda ela está indo para pagar juro de banqueiro. Cerca de 22 mil famílias de banqueiros e rentistas que ficaram - segundo o Márcio Pochmann, do Ipea – com R\$166.000.000.000,00 de “spread”, e R\$266.000.000.000,00 de “spread”, os juros mais altos do planeta. Portanto esse capital, que não produz um botão de camisa, a peça de uma máquina, não produz rigorosamente nada, ganha nas bolsas e está comandando a economia do Brasil e do Mundo. Banco Central independente, subordinado a banqueiro, isso tem de acabar. Não se resolve essa questão com o massacre do salário do trabalhador. Mas essa conversa que estou ouvindo aqui, em Minas Gerais, vocês não aceitem. Escutei o mesmo, no Paraná, durante um ano. Mas implantei o maior salário mínimo regional do Brasil em 2006. Estamos em 2011, e a única coisa que consegui foi o apoio popular e o aumento da arrecadação do Estado. Os dissídios coletivos foram profundamente influenciados porque se o mínimo regional é alto, ninguém aceitará um dissídio aviltante. E vocês sabem quanto “pelego” está negociando com patrão para abaixar salário em dissídio coletivo. Mas, tendo a referência do salário mínimo regional, a negociação fica muito difícil, não é isso, Sérgio Miranda? Precisamos de mobilização e de avançar com essas teses na certeza de que são corretas.

Quanto à Lei de Responsabilidade Social, acho que é uma coisa bacana, mas – cá entre nós – temos de mudar o regime econômico. Enquanto tivermos um Banco Central dominando a economia, subordinando-nos à ganância dos banqueiros, não há Lei de Responsabilidade Social que resolva o problema. Não adianta reforma eleitoral, não adianta nada, se não mexermos no sistema econômico. Essa é a mãe de todas as reformas e estamos patinando nisso. Nosso governo está meio perdido nesse processo ou meio envencilhado com as alianças, com as composições partidárias e todo esse processo que leva à corrupção que vocês estão vendo, e é evidente que não é da Dilma nem do Lula, mas é produto de um processo de composição política que não devia ser feito. Governo precisa de apoio popular.

E cá entre nós, eu que estou lá, no Senado da República, tenho certeza de que, se a Dilma resolver peitar isso, terá uma surpresa positiva: ela terá o apoio do Congresso Nacional. Mas, quando ninguém acredita em nada, quando o governo negocia tudo e começa a negociar a compra de apoio da maioria, o Congresso Nacional se transforma em um mercado persa, e daí não se consegue nada sem uma emenda, sem uma nomeação, sem um favor, sem a fisiologia política. Isso tem de mudar. A mudança começa com atitudes como essa que vocês estão tomando aqui. O salário mínimo regional é uma pequena parte dessa luta. E não me venham com a conversa de que quebra o Estado, porque não quebrou o Paraná. E Minas é mais forte economicamente que o Paraná. Infinitamente mais forte.

Temos aqui uma empresa de energia elétrica, temos o ICMS de 40%. Isso não significa nada. Quando os privatistas queriam vender o Brasil inteiro, eles diziam que o Estado era um mau gestor, que venderiam e cobriam imposto para financiar a educação, a saúde. Hoje, quando o Estado sobe o imposto, eles dizem que já são donos dessas concessões, que não querem mais impostos, que querem ganhar mais sem imposto e que o Estado não pode arrecadar. Mas pode. Há uma parte do sistema elétrico brasileiro que é privada. E

Minas tem também. O que fiz no Paraná? A nossa empresa é pública. Mantive-a pública. E eu aumentei o ICMS para 38%, mas não deixei levantarem o preço. Diminuí a margem do lucro dos sócios privados e subsidiei com esses recursos de ICMS a tarifa zero para as pessoas mais pobres, o que é uma forma de aumentar e valorizar o salário do trabalhador, porque ele deixa de gastar com energia elétrica. Da mesma forma, reduzi o custo da água e do saneamento básico para os mais pobres. O Estado tem mil instrumentos que pode manejar para administrar a população. O Estado não administra empresa, ele administra gente. O sucesso do Estado está vinculado à felicidade da população. E a felicidade da população está vinculada à disponibilidade de educação, de saúde, de lazer e de salário.

Vocês estão, sem dúvida alguma, no bom caminho. Temos de baixar os juros. Isso é para já. Se baixarmos agora, não haverá um efeito imediato. Já estamos atrasados. Dizem que o Real está valorizado. Isso é uma maravilha. Mas é uma maravilha para as classes média e média-alta, porque está todo o mundo indo fazer compras nos Estados Unidos e na Europa. A despesa de brasileiros está fantástica. Mas estamos comprando e gastando lá. Compramos iPad, é uma beleza. Mas isso está gerando emprego lá fora, na China, em Singapura, nos países onde são fabricados. E nós estamos primarizando o Brasil, estamos voltando a ser um país que vende “commodity”. “Commodity” é uma coisa comum que pode ser comunicada. Coisa de comunistas, não é, Sérgio Miranda? “Commodity” é minério, “commodity” é grão, “commodity” é petróleo. E isso está sendo vendido sem ser industrializado. Estamos virando um fornecedor de matéria-prima como éramos na época do descobrimento. E país algum será forte e independente se não for industrializado. E nenhum país se industrializa se não tiver salário e mercado de consumo interno.

Eu disse a vocês, na minha intervenção inicial, que só não quebramos ainda porque os preços da “commodity” subiram no mundo. O volume de exportação subiu 5%, enquanto o volume de importação subiu 100%. A indústria brasileira continua forte, só não tem crescido no mesmo ritmo do crescimento do mercado de produtos primários. O endividamento da população é 40%. É muito alto. Só não quebramos ainda porque algumas políticas sociais bem praticadas pelo meu amigo Lula garantiram emprego e, se você tem emprego, você paga. Os Estados Unidos quebraram com 25%, porque não tinham mais emprego, a economia estava em recessão. E o Estados Unidos começaram a fazer o que estamos fazendo hoje. As empresas americanas iam produzir na China e na Índia, porque lá eles pagavam um salário aviltado. Com isso, não davam emprego para os americanos. O resultado está aí. O resultado que vocês veem é a General Motors, a maior indústria automobilística do mundo ter sido ultrapassada pela Toyota japonesa, que investiu em pesquisa e em tecnologia e planejamento de médio e longo prazo.

E a General Motors está estatizada, foi suportada pelo Estado, mas os americanos, num processo de recessão. Agora, vêm com essa história de liberalismo econômico, com essa conversa selvagem de que pagar salário quebra e desorganiza a economia, que não temos que vender uma falsa esperança para o povo. Ora, não é falsa esperança, é salário, é luta de verdade, e temos de avançar. E a Presidenta Dilma precisa de apoio para isso. Agora, se, de repente, centrais sindicais dizem que é vender falsa esperança, diremos que o jogo é o jogo dos banqueiros, é conservar o Banco Central, é conservar os juros altos.

Quanto a esse caso singelo do pobre salário mínimo regional, que esses dois guerreiros do PCdoB e do PT estão encabeçando, o Paraná já mostrou que é possível e que toda essa conversa de que prejudica o Estado e que o Estado não pode avançar é falácia. Não vou discutir teoria aqui. Fiz isso no Paraná, com apoio unânime da Assembleia Legislativa, e não vimos nenhum desastre. O que vimos foi aumento de arrecadação, satisfação do trabalhador, aumento de ganho nos dissídios coletivos. Acho que vocês têm de vencer o Anastasia que esse é o caminho certo para Minas Gerais.

A minha intervenção e a minha colaboração se encerram neste pronunciamento.

Perguntaram se o piso regional vai afetar os dissídios coletivos dos trabalhadores. Vai afetar, sim, para cima. A aprovação do piso não gera aumento da inflação. Temos é que segurar impostos, manter o dólar numa faixa de flutuação mais baixa. O real não está valorizando, o dólar é que se está desvalorizando. Os Estados Unidos estão trabalhando com juros negativos, emprestam dinheiro e pagam menos. No Brasil, estamos pagando real de 6,6, 12,50; descontada a inflação, 6,6. O Chile tem o segundo juro mais alto do mundo: 1,5. Estamos com 6,6. Segundo a equipe econômica do “Estadão”, de 40 países, 31 estão com juros negativos, e o Brasil é o campeão dos juros altos, campeão da euforia e da satisfação dos bancos. O nosso problema é baixar juros, baixar imposto, financiar produção, pagar salário e não conceder empréstimo consignado para trabalhador público, que vai acabar não conseguindo pagar nada, porque o seu salário não vai aguentar todo esse processo e vai aumentar a velocidade do processo inflacionário.

Investimento público e investimento privado seguram a inflação. Agora, temos inflação com qualquer ingresso de recurso na economia brasileira, porque não estamos produzindo mais nada. Estamos comprando tudo na China, no Japão, nos Estados Unidos e na Alemanha. Estamos no caminho de primarização da economia, e é preciso que o governo abra o olho. Vejo com pessimismo os próximos meses. Essa história de que é uma marolinha, de que nada vai acontecer está superada. A China puxava a nossa economia. Graças a Deus, os que plantaram soja, milho e trigo ainda estão tendo lucros fantásticos, mas os Estados Unidos quebrados deixaram de comprar da China ou compram menos. E a China, vendendo menos, vai pagar menos e precisar de menos minério, de menos petróleo, ou seja, o preço de tudo isso cai. Aí entraremos numa situação difícilíssima. Temos de nos preparar para isso, mas não reduzindo salário, cortando previdência social e verba de saúde.

Sou Presidente da Comissão de Educação do Senado Federal. Essa questão dos professores de Minas não está mal-encaminhada, porque o Supremo Tribunal já publicou o acórdão do piso mínimo nacional na quinta-feira, e o governo terá de cumpri-lo, querendo ou não. Havia me comprometido pessoalmente a conversar com o Presidente do Supremo sobre a publicação. Essa conversa não será necessária porque o acórdão já foi publicado.

Conversando com o Ministro da Educação, Fernando Haddad, acertei com ele que, juntos, Senado e Ministério da Educação, organizaremos um plano nacional de cargos e salários. Um plano básico de cargos e salários para a educação vinculado à formação permanente. É necessário aumentar salário e melhorar a qualidade do ensino brasileiro. Começaremos a discutir isso esta semana. Teremos um plano básico para o Brasil inteiro. No começo fui contra esse piso mínimo nacional, porque era um piso básico, e há no Brasil 5.500 Municípios. Cada Município brasileiro tem um plano diferente de cargos e salários. Então, o Município que pagasse muito mal aos professores e não tivesse, Senador Sérgio Miranda, um plano de cargos e salários, pagaria o piso, que é hoje de



R\$1.116,00, e não mais que isso. Agora, o Município que estivesse preocupado com a carreira e tivesse um plano com mais benefícios, poderia ver seu salário explodido e, em vez de um piso mínimo, haveria um desnível enorme. Como estão reagindo os Municípios e os Estados? Como Minas Gerais. O governador enviou uma lei para a Assembleia para incorporar aos salários todos os benefícios, daí explode o piso e há confusão. Queremos sair desse impasse para que haja uma melhoria definitiva da qualidade dos salários dos professores brasileiros, com um plano básico de diretrizes e cargos e salários para o Brasil, para todos os Municípios e todos os Estados. Por aí vamos andando. E não venha alguém me dizer agora que estou vendendo uma ilusão para os professores, que o plano básico não vai acontecer. Mais cedo ou mais tarde, o plano básico vai acontecer. Minas terá um salário mínimo regional decente, porque essa conversa vem desde a abolição da escravatura. Não podemos mais aceitar conversa mole.

O Sr. Presidente – Obrigado, Senador Roberto Requião, por sua presença que em muito engrandeceu o nosso debate sobre o piso regional. Passo a palavra ao Deputado Celinho do Sinttrocel, que responderá às questões dirigidas a ele, e também fará suas considerações finais.

O Deputado Celinho do Sinttrocel – Foi dirigida a mim pergunta de José Márcio: “O que o senhor acha de a Casa apresentar um projeto para desonerar os produtos e serviços que mais pesam no orçamento das famílias da massa trabalhadora?”

Companheiro José Márcio, a iniciativa de um projeto de lei dessa natureza é de autonomia do governo do Estado, porque o Deputado não pode apresentar um projeto como esse para diminuir impostos. Mas acho extremamente importante que os movimentos sociais, todas as entidades de classe trabalhem para sensibilizar o governo estadual a elaborar projetos dessa natureza. Com certeza, projetos com essa finalidade combaterão a miséria, a fome e também farão justiça social. Sou extremamente favorável que venha à Casa um projeto de lei que desonere ou diminua impostos sobre esses produtos e serviços que afetam as famílias.

Também farei minhas considerações finais neste primeiro bloco, na parte da manhã. Já são 13h39min, estamos quase terminando e retornaremos às 14h15min para dar seguimento à segunda etapa. Agradeço a todos que participaram conosco dessa primeira etapa. Fiquei extremamente feliz pela presença do nosso querido Senador Roberto Requião, por sua posição firme, séria, idônea a respeito de um projeto dessa natureza para Minas Gerais. Faço coro com o Senador em todas as considerações feitas.

Não serei repetitivo, mas também concordo que não se trata de vender falsa ilusão à sociedade mineira, mas sim de dar ao povo mineiro, com responsabilidade, o direito de ter o seu piso salarial estadual. Um grande abraço a todos e o meu muito obrigado.

O Sr. Presidente – Estamos encerrando a primeira parte do debate, que é o período da manhã. Na parte da tarde, o Deputado Celinho do Sinttrocel vai presidir os trabalhos. Gostaria de agradecer aos palestrantes e a todos vocês a presença. O Presidente da Assembleia Legislativa estará presente para receber o projeto de lei de iniciativa popular, com mais de 49.700 assinaturas, quase 50 mil assinaturas, um ato importante que acontecerá logo mais. Agradeço a todos a presença.

Aproveito a oportunidade para anunciar o acontecimento da 1ª reunião do Seminário Legislativo Pobreza e Desigualdade, que ocorrerá em Ribeirão das Neves, no dia 5/9/2011, das 7h30min às 17h30min.

### **Encerramento**

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de logo mais, às 14 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

## **ATA DA 28ª REUNIÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 26/8/2011**

### **Presidência dos Deputados Dinis Pinheiro, Celinho do Sinttrocel e Rogério Correia**

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Palavras do Sr. Presidente - Entrega de projeto de iniciativa popular - Composição da Mesa - Palavras do Deputado Celinho do Sinttrocel - Palavras do Sr. César Henrique Concone - Palavras do Sr. Quintino Severo - Palavras do Sr. Clemente Ganz Lúcio - Palavras da Sra. Neusa de Azevedo - Palavras do Sr. Hélio Augusto Martins Rabelo - Palavras do Sr. Gilson Luiz Reis - Palavras do Sr. Marcos de Abreu e Silva - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

### **Comparecimento**

- Comparecem os Deputados:

Dinis Pinheiro - Alencar da Silveira Jr. - Celinho do Sinttrocel - Rogério Correia.

### **Abertura**

O Sr. Presidente (Deputado Dinis Pinheiro) - Às 14h15min, declarou aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

### **Ata**

- O Deputado Celinho do Sinttrocel, 2º-Secretário “ad hoc”, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

### **Destinação da Reunião**

O locutor - Destina-se esta reunião à realização do ciclo de debates “Piso salarial em Minas Gerais”, com os seguintes objetivos: discutir o papel do salário no fomento ao desenvolvimento e no combate à pobreza, como garantia da dignidade humana; discutir a implantação do piso salarial no Estado de Minas Gerais, considerando as particularidades regionais, as peculiaridades setoriais, as características do mercado de trabalho e o perfil dos trabalhadores; conhecer a experiência dos Estados onde o piso salarial foi implantado e identificar os impactos sociais e econômicos da implantação do piso salarial em Minas Gerais.



### Palavras do Sr. Presidente

Boa-tarde, senhoras, senhores, queridos trabalhadores. Quero registrar com encantamento a presença sempre ilustre do Deputado Celinho do Sinttrocel, que chegou a esta Assembleia com muita energia, disposição e com uma vontade enorme de servir a Minas, a nosso povo, e de se empenhar, com muita firmeza e denodo, na luta pela causa dos trabalhadores. Quando se fala em causa dos trabalhadores, certamente é a causa de todos nós, é a causa dos que pensam num Brasil melhor, num Estado mais igualitário, mais feliz e mais solidário. É isso que estamos buscando na Assembleia de Minas.

É uma alegria muito grande recepcioná-los. Esta Casa é de vocês. Falo, querido amigo Rogério, que temos feito todos os esforços para que a Assembleia possa estar, a cada dia, mais próxima do cidadão mineiro, ouvindo, conversando, debatendo, interiorizando as suas ações e dando oportunidade ao cidadão para que dê a sua valiosa contribuição, que é essencial para o constante aperfeiçoamento e aprimoramento do trabalho legislativo. Como é sabido, o Legislativo mineiro desfruta uma imagem revestida de credibilidade e confiança. Reafirmo: a Assembleia de Minas tem passado por um momento extraordinário, recepcionando cidadãos de todas as classes, de todos os segmentos, sempre com suas portas escancaradas. É muito importante a presença dos senhores e das senhoras nesta Casa, porque esta Casa é sua, é da população, é de Minas, é do povo; é, sobretudo, das pessoas mais carentes e necessitadas. A Assembleia de Minas tem enfatizado isso com muito afinco e está reafirmando para todo o Estado a necessidade de ser a voz dos mineiros no enfrentamento das desigualdades e na promoção da cidadania.

Deputado Celinho, V. Exa. tem testemunhado o nosso esforço, a nossa luta, a nossa dedicação. O nosso desejo é erradicar a miséria no Estado de Minas Gerais e, logicamente, diminuir as desigualdades sociais. O governo federal tem realizado ações importantíssimas. O governo de Minas, sob o comando, no primeiro momento, do querido Senador Aécio Neves e agora do Prof. Anastasia, sempre contando com a colaboração valiosa do Vice-Governador, Alberto Pinto Coelho, tem feito um esforço extraordinário e apresentado programas importantíssimos. Entre eles, quero ressaltar o Poupança Jovem, o Porta a Porta, o Professor da Família, o Travessia, o Processo. Todos são programas fundamentais para gerar emprego, renda, receita, para fazer com que a nossa gente possa sonhar e manter sua família com dignidade. É isso o que desejo, é isso o que todos nós desejamos.

Queridos trabalhadores, Minas tem passado por um momento excepcional, por causa do conjunto de valores que tem norteado a administração de Minas. É uma administração que prima pela meritocracia, pela qualificação e pela valorização de seus servidores, pela eficiência - eficiência mesmo! - nos gastos públicos. Dessa forma, tem conseguido se posicionar de forma admirável no cenário de nosso querido país. Temos comungado nesse mesmo pensamento, nesse mesmo sentimento e desejo. Quero dizer aos senhores e às senhoras que é muito bom recebê-los aqui para tratar de assuntos tão importantes, tão caros a cada um de nós. Quando se fala em trabalho, fala-se em dignidade, em vida saudável, em vida feliz e em vida cristã. Quando se propicia ao próximo um trabalho, dá-se-lhe a condição de criar a sua família de forma abençoada, é com isso que sonhamos. Quero aqui aplaudir-los pela luta dos senhores e das senhoras pela defesa dos direitos dos trabalhadores, que participam e partilham, de forma muito efetiva, da vida de Minas e da vida do País.

Quero, de forma muito especial, Deputado Celinho, senhoras e senhores, externar a alegria desta Casa em receber, nesta tarde - por obra da unidade do movimento sindical mineiro - uma bela iniciativa, corroborada aproximadamente com 50 mil assinaturas. É um projeto de iniciativa popular que propõe a implantação do piso regional no Estado de Minas Gerais. Grande e louvável iniciativa que, ao ser subscrita por 50 mil mineiros, logicamente ganha força incomum, para ter tramitação mais rápida, mais objetiva. Quero saudá-los com alegria e encantamento. Espero que esse evento seja muito promissor e altamente profícuo, que dê contribuição valiosa para que a Assembleia de Minas continue a aperfeiçoar-se na elaboração de uma legislação de qualidade, uma legislação que se pautar pela excelência. Assim, as políticas públicas de Minas Gerais referentes ao trabalho, à renda e ao desenvolvimento social poderão dar resposta mais eficiente e mais rápida à população de Minas. Ao movimento sindical mineiro, o nosso abraço, a nossa reverência e a nossa homenagem. Que continue a engrandecer os trabalhos de Minas, do Parlamento mineiro, do governo estadual, do governo federal! Que todos nós, unidos no mesmo pensamento e com o coração cheio de fé, possamos construir um Estado mais feliz, mais solidário e muito mais cristão! Que Deus abençoe a todos! Tenham um belo evento, muita paz, muita alegria e muitas realizações!

### Entrega de Projeto de Iniciativa Popular

O locutor - Neste momento, o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Dinis Pinheiro, acompanhado dos Deputados Celinho do Sinttrocel e Rogério Correia, receberá das mãos de representantes de entidades sindicais projeto de iniciativa popular. Para fazerem a entrega do projeto, convidamos a participar desse ato os representantes da Força Sindical, da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, da Central Única dos Trabalhadores, da Fetaemg e da Nova Central Sindical de Trabalhadores. Registramos que a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil, embora não esteja presente no momento, apoia também o ato.

- Procede-se à entrega do projeto de iniciativa popular.

O Sr. Presidente - Aproveito o ensejo para informar os senhores e as senhoras sobre o seminário legislativo que realizaremos em Ribeirão das Neves, em 5/9/2011, das 7 às 17h30min, certamente uma ação de grande destaque do Parlamento de Minas no segundo semestre. Estamos realizando esse seminário para discutir políticas públicas para a erradicação da miséria e a diminuição das desigualdades sociais e regionais, subsidiado por 11 encontros regionais. Vamos ouvir, vamos conversar com a população de Minas Gerais. O primeiro encontro será em Ribeirão das Neves. Gostaríamos muito de contar com a colaboração e a participação dos senhores e das senhoras.

O Sr. Presidente (Deputado Celinho do Sinttrocel) - Boa-tarde!

### Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa a Exma. Sra. Neusa de Azevedo, advogada e Secretária de Trabalho, Cidadania e Assistência Social do Estado do Rio Grande do Sul no período de 1999 a 2002; e os Exmos. Srs. César Henrique Concone, da Coordenadoria de Políticas de Emprego e Renda da Secretaria de Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo; Quintino Severo, Secretário-Geral da Central Única dos Trabalhadores; Clemente Ganz Lúcio, Diretor Técnico do Departamento Intersindical



de Estatística e Estudos Socioeconômicos - Dieese -; Hélio Augusto Martins Rabelo, Secretário Adjunto de Estado de Trabalho e Emprego de Minas Gerais, representando o Governador do Estado, Antonio Anastasia; Gilson Luiz Reis, Presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil em Minas Gerais; e Marcos de Abreu e Silva, Diretor da Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais.

O Sr. Presidente (Deputado Rogério Correia) - Com a palavra, para seu pronunciamento, o Deputado Celinho do Sinttrocel.

### **Palavras do Deputado Celinho do Sinttrocel**

Em primeiro lugar, em meu nome e em nome de todas as centrais sindicais mineiras e das demais entidades populares que aqui participam da campanha pela implantação do piso salarial estadual, agradecemos ao Deputado Dinis Pinheiro, Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, que prontamente acolheu a solicitação para a realização desta solenidade. Prezado Deputado Rogério Correia, demais autoridades convidadas, caros telespectadores da TV Assembleia, a quem convido a participar enviando comentários e perguntas pelo "site" da Assembleia ou pelo telefone 0800.709.2564, companheiros e companheiras, amigos e amigas, sejam bem-vindos. Quero justificar a ausência do companheiro rodoviário e sindicalista José Theodoro Guimarães. O amigo Theodoro, adoentado, não pôde comparecer. A ele, meus sinceros votos de recuperação. Permitam-me dedicar ao Presidente da Fetrominas os nossos trabalhos de hoje.

Nestes oito meses como Deputado, minha atividade parlamentar é uma reafirmação cotidiana e prática dos compromissos assumidos nos últimos 17 anos com as classes trabalhadoras e com o sindicalismo defensor dos interesses do povo. Como sabem, estou Deputado, mas sou mesmo rodoviário e sindicalista; por isso, fiz questão de apresentar o piso salarial estadual como meu primeiro projeto na Assembleia Legislativa: o Projeto de Lei nº 77/2011. Com ele, abre-se a possibilidade de que nenhum trabalhador de Minas Gerais receba somente o salário mínimo nacional. As ações de um sindicalista, como continuo sendo, só têm sentido transformador, se servirem como ponto de apoio para a luta dos trabalhadores e das trabalhadoras. Sendo assim, a primeira medida que tomei foi abrir discussão com as centrais sindicais do Estado, as confederações, os sindicatos e as demais entidades, sindicais ou não.

Ao longo dos últimos seis meses, construímos um projeto de iniciativa popular que contou com a participação decisiva da Central Geral dos Trabalhadores - CTB -; da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil - CGTB -; da Central Única dos Trabalhadores - CUT -; da Força Sindical; da Nova Central Sindical dos Trabalhadores - NCST - e da União Geral dos Trabalhadores - UGT. Destaco também o apoio técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - Dieese. A unidade alcançada pelas seis centrais no Estado, mais que uma demonstração de maturidade do movimento sindical, evidenciou a importância e a necessidade da adoção do piso salarial nas terras mineiras. Superando divergências, provaram que a unidade é o mais importante instrumento de mobilização sindical. Essa unidade garantiu que o debate sobre o piso salarial estadual chegasse a todas as regiões de Minas Gerais por meio dos sindicatos, das associações e dos movimentos populares.

Na Capital e no interior, foram realizadas reuniões com representantes de diversos segmentos da sociedade, e a coleta de assinaturas alcançou ruas e praças. De mãos dadas, conquistamos aproximadamente 50 mil assinaturas de apoio ao projeto. Ao colocarmos o tema do piso na ordem do dia, alcançamos nossa primeira vitória.

O crescimento econômico do Brasil na última década vem permitindo que se diminua a pobreza de parcelas da população. Segundo estudos do Ipea, nos últimos 10 anos, a participação do rendimento do trabalho na renda nacional aumentou 14,8%. No mesmo período, o nível de desigualdade de renda caiu 10,7%. Um dos fatores para que isso ocorresse foi a valorização real do salário mínimo nacionalmente unificado, reduzindo, ainda que de forma tímida, a desigualdade da renda do trabalho. A política de valorização do salário mínimo desenvolvida no País, nos últimos anos, é um patrimônio a ser defendido e ampliado pelos trabalhadores brasileiros. É preciso seguir em frente, dar outros passos: ao salário mínimo devem ser agregados outros instrumentos de valorização do trabalho e do salário, que garantam a prevalência do legislado sobre o negociado, sempre em benefício dos trabalhadores. Entre esses instrumentos, destaca-se a adoção do piso salarial estadual. A Lei Complementar nº 103, de junho de 2000, do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, autoriza os governos do Estado a instituir pisos salariais em patamares superiores ao valor do salário mínimo oficial. O piso salarial deve ser proporcional à extensão e à complexidade do trabalho, não sendo extensivo aos servidores públicos, tanto municipais quanto estaduais. Ao longo dos últimos anos, alguns governos e assembleias estaduais debateram o assunto e aprovaram leis similares.

Atualmente, já foram implantados pisos em São Paulo, em que a menor faixa está em R\$600,00. No Rio de Janeiro, a menor faixa é R\$607,00. No Rio Grande do Sul, ela é R\$610,00. Já em Santa Catarina, a menor faixa corresponde a R\$630,00. No Paraná, o mínimo é R\$708,00. Note-se que tais Estados guardam considerável semelhança com a formação social mineira e suas economias somam, juntas, 61% do PIB nacional. É importante salientar que os governos que sancionaram as respectivas leis são de partidos diferentes. Como podemos ver, todos os Estados das Regiões Sul e Sudeste já possuem seus pisos. A exceção fica por conta de Minas Gerais e do Espírito Santo, Estado esse em que os debates já foram retomados. Ainda, em andamento, há iniciativas do Distrito Federal e de Goiás.

Cito a situação de São Paulo, em que houve lei sancionada pelo ex-Governador José Serra, em 2007. Só em 2009, o piso atingiu mais de 980 mil trabalhadores paulistas, acrescentando, em um ano, R\$500.000.000,00 à economia paulista. O salário mínimo para 2011 foi fixado pelo governo federal em R\$545,00; entretanto, no Estado de São Paulo, existem faixas de piso salarial que vão de R\$600,00 a R\$620,00. Isso significa uma diferença de 14% a mais em relação ao salário mínimo oficial. Em Minas Gerais, o assunto é recorrente nas três últimas legislaturas. Isso, por si só, expressa sua relevância social e sua importância legislativa. Aqui é preciso resgatar o pioneirismo dos ex-Deputados Márcio Kangussu e Marília Campos, que apresentaram projetos semelhantes, nos anos de 2000 e 2004, respectivamente.

A proposição apresentada tem dois objetivos: melhorar a condição de vida dos trabalhadores que recebem o salário mínimo, compondo a parte mais necessitada da população mineira e fortalecer o mercado interno, injetando mais dinheiro nas economias



locais e potencializando o desenvolvimento do Estado e dos Municípios. Trata-se de assegurar aos trabalhadores menos protegidos salários básicos superiores ao salário mínimo nacional unificado. Paralelamente, colocar-se-á nosso Estado entre os que se destacam no esforço de combater efetivamente a miséria, a pobreza e as diferenças regionais, promovendo a justiça e o bem-estar social.

Cumprindo determinação legal, a proposição por mim apresentada vem compor o projeto de iniciativa popular e instituir faixas salariais que se agrupam a partir das categorias profissionais estabelecidas no Código Brasileiro de Ocupação.

Os valores para cada um dos níveis foram definidos à luz de três fatores principais, ponderados ao longo de estudos prévios realizados quando da elaboração dos projetos: a necessidade do aumento de renda dos assalariados, a preservação da capacidade econômica dos empregadores, especialmente no caso das pequenas empresas e das microempresas, e a promoção do desenvolvimento socioeconômico em níveis municipal, estadual e nacional. Assim, os critérios do projeto harmonizam vários princípios, com a finalidade de incrementar a renda dos empregados formais, de contribuir para que se iniba a migração de trabalhadores e empresas para o danoso mercado informal e de promover o crescimento integral da sociedade mineira.

A propósito, relatórios de diversos órgãos, oficiais e privados, destacam os impactos positivos do piso regional no mercado de trabalho e na economia, de forma direta na esfera formal e indireta na informal, já nos seus primeiros anos de vigência. Demonstram também seu papel como instrumento de acréscimo dos rendimentos dos trabalhadores de baixa renda com repercussões benéficas no aumento do emprego e no progresso social.

Ao mesmo tempo, verificou-se que, após a implantação do piso regional, cresceram as admissões com remunerações mais próximas ao piso e houve diminuição das próximas ao salário mínimo, o que indica um deslocamento positivo na referência para os salários iniciais. Para se ter ideia, hoje o salário médio de admissão em São Paulo é de R\$942,00, enquanto, em Minas, é de R\$737,00.

É bom lembrar que a maioria das empresas da iniciativa privada já paga valores iguais ou superiores às propostas apresentadas no projeto de piso apresentado. Cabe-nos agora formalizar e legalizar tal situação.

Com o piso estadual e ganhos reais no salário mínimo, é possível enfrentar a grande diversidade econômica e social produzida no processo de formação da nação brasileira. O piso propicia melhor adequação às capacidades diferenciadas existentes nos Estados, sem abandonar as necessidades e dimensões das políticas nacionais promotoras do desenvolvimento integral.

Sem dúvida, o piso é um forte instrumento de combate às desigualdades regionais, tratando realidades distintas a partir de ângulos distintos, ao mesmo tempo que preserva patamares de ganhos para o conjunto dos trabalhadores, por meio do salário nacionalmente unificado.

Segundo o IBGE, o PIB “per capita” brasileiro cresceu 6,5% em 2010, passando dos R\$19.000,00. No ano anterior, o valor foi R\$16.600,00.

Representando mais de 10% da população brasileira e tendo uma economia pujante, o PIB “per capita” mineiro não atinge R\$14.500,00 ao ano. Assim sendo, é possível afirmar que nossa economia suporta um piso salarial estadual maior que o salário mínimo. Se não, vejamos: em 2010, a taxa de elevação do PIB de Minas Gerais chegou à casa de 10,9% e foi comparada ao crescimento do PIB da China. A lavoura cresceu 17%, e o volume de vendas do comércio varejista, 89%. Nos últimos cinco anos, a taxa de crescimento do faturamento real da indústria geral mineira foi de 31%, 11% só em 2010. O saldo da balança comercial de Minas teve uma taxa de crescimento real de 76%, enquanto o saldo nacional foi de 64%. Aqui o emprego aumentou 27%, e 88% da força de trabalho já ganha mais que o salário mínimo. Com esses e outros dados, tenho a certeza de que o salário em Minas pode e deve ser maior.

Este ciclo de debates tem como objetivo conhecer experiências de outros Estados, esclarecer dúvidas, trocar experiências, ouvir especialistas, buscar subsídios e fundamentar opiniões, para que nós, a sociedade, o governo do Estado, os nossos Deputados e Deputadas, possamos juntos implantar o piso salarial estadual em Minas Gerais.

Aos que temem a adoção do piso em Minas Gerais, chamo à reflexão sobre o que houve nos Estados que já o adotam.

Um argumento usual é que no Estado há diferenças regionais, com áreas empobrecidas e outras mais desenvolvidas. Ora, há áreas empobrecidas espalhadas por todo o País e em todos os Estados. Em São Paulo, podemos citar o Vale do Ribeira; no Rio de Janeiro, a Baixada Fluminense; no Sul do Rio Grande e no Paraná, a região do Contestado. Não consta que houve fechamento de empresas, perda de competitividade econômica, migração de empresas nem alastramento do desemprego nessas ou em outras regiões. Assim como não houve uma corrida ao repasse de preços que provocasse inflação ou aumento da informalidade. Não vimos a emigração de trabalhadores das regiões de menores pisos em busca de melhores salários.

Por fim, quero deixar bem clara uma opinião: o projeto de piso salarial estadual não pertence à Oposição nem à Situação, neste Parlamento, nem à sociedade. Para mim, é uma política de Estado, portanto deve estar acima de divergências menores e de razões partidárias. Afinal, está em jogo o interesse maior das classes trabalhadoras; por isso o assunto foi apresentado pelas centrais e por mim ao Governador Anastasia, que se prontificou a estudar o projeto; ao Deputado Dinis Pinheiro, Presidente da Assembleia, que promove o debate de hoje; e ao Deputado Carlos Pimenta, Secretário de Trabalho e Emprego, que está representado no debate. Foi também tema de discussão com diversos líderes governistas e de oposição nesta Casa, que se prontificaram a colaborar para a tramitação do projeto.

Foram realizados debates na Zona da Mata; no Oeste, no Norte e no Noroeste mineiros; na região Central e das Vertentes; no Vale do Rio Doce e no Vale do Aço; na Capital e em outras cidades da Região Metropolitana; contudo, meus companheiros e minhas companheiras sindicalistas, sabemos que a mobilização permanente pela unidade do movimento sindical, o diálogo com os demais interlocutores da sociedade, a firmeza de opinião e a capacidade de buscar aliança é o caminho para toda e qualquer vitória popular.

Amigos presentes, caros telespectadores, Sr. Presidente, colegas Deputados, estou convencido de que o que é bom para os trabalhadores e as trabalhadoras o é também para toda a sociedade. É bom porque combate desigualdades sociais e regionais, valoriza o trabalho como fonte primeira de ganho, desconcentra renda, promove a justiça social e abre caminho para combater toda a sorte de violências.



Minha esperança é que, como em outros momentos, este Parlamento corresponda às expectativas de nosso povo. Convoco meus colegas de Parlamento a estudar o projeto com afinco e sem preconceitos, contribuir com sugestões e ajudar na sua tramitação célere, para, ao final, aprovar o piso salarial estadual. Agindo assim, a 17ª Legislatura entrará para a história como a que tornou Minas Gerais um dos Estados que, tendo um piso estadual, reconheceu o valor de sua gente, em especial suas trabalhadoras e seus trabalhadores.

Parabenizo as centrais sindicais e o movimento popular em geral. Se depender de nós, Minas Gerais não ficará para trás nem faltará a mais esse anseio de seu povo. Nossa palavra de ordem, de agora em diante, é uma só: piso salarial estadual. Chegou a vez de Minas Gerais! Obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado Celinho do Sinttrocel) – Com a palavra, o Sr. César Henrique Concone, para sua exposição sobre o tema “Balanço da adoção do piso em outros Estados”.

### **Palavras do Sr. César Henrique Concone**

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à Assembleia a oportunidade de poder apresentar algumas questões relacionadas com a definição dos pisos salariais em São Paulo. Antes, lembro que a definição do salário mínimo sempre foi uma questão muito controversa, desde a sua implantação, em 1940. Houve mudanças importantes ao longo dos anos: o salário mínimo foi unificado, foi regionalizado, voltou a ser unificado e agora estamos novamente tentando regionalizá-lo, porque a possibilidade de os Estados definirem os seus pisos é uma forma de regionalizar a fixação do menor salário que a economia deve praticar.

Como o meu tempo é curto e, infelizmente, tenho de viajar, vou fazer uma apresentação rápida e relativamente técnica. Espero não cansar muito a plateia, mas é importante apresentar a visão dos números com os quais estamos trabalhando na questão do piso.

Estas são informações sobre o mercado de trabalho do Estado de São Paulo: a população em idade ativa do Estado e sua representação em relação ao Brasil. Há uma população de 35 milhões de pessoas com mais de 10 anos de idade, que se encontram em idade ativa, segundo definições tomadas nacionalmente; e há a população economicamente ativa: os trabalhadores ocupados mais os desempregados. Em São Paulo, esta pujança, que é a nossa referência de trabalho, a população economicamente ativa corresponde a 22 milhões, ou um pouco mais, de trabalhadores, o que representa, no conjunto da população economicamente ativa do Brasil, cerca de 24%. Embaixo, temos uma informação que vem dos registros administrativos do Ministério do Trabalho com relação a admissões, demissões e saldos. Podemos ver que, nos saldos, entre admissões e demissões, São Paulo representou cerca de 31% dessa movimentação de trabalhadores no Brasil.

Aqui há uma observação. Significado do piso ou salário mínimo: menor salário que as empresas e famílias devem pagar ao trabalhador, estabelecido anualmente. O piso paulista é dividido em três extratos. As ocupações que entram em cada extrato foram definidas levando-se em consideração a Classificação Brasileira de Ocupações, que é praticada pela maioria das empresas do Brasil. E essa divisão levou em consideração os trabalhadores que não tinham acordo coletivo nem proteção suficiente para definir o próprio salário. Portanto, estão enquadrados teoricamente todos os que não têm essa proteção por lei, por contrato ou por acordo coletivo.

A definição dos pisos foi possível a partir de uma lei complementar que autoriza os Estados e o Distrito Federal a instituir os próximos pisos salariais. Em São Paulo, o piso foi definido em 2007. Se não me engano, o Rio de Janeiro foi o primeiro a definir o piso, o Rio Grande do Sul foi o segundo e o Paraná foi o terceiro, fez isso a partir de 2006. Repito: São Paulo definiu o piso em 2007, e Santa Catarina o fez em 2009.

Aqui consta a evolução nominal do piso do salário de São Paulo nas três faixas, do mais antigo para o mais novo, de baixo para cima, fazendo um paralelo com a evolução nominal do salário, mínimo. Isso serve para mostrar o diferencial que foi definido desde o primeiro salário, com relação ao mínimo. A ideia do governo do Estado de São Paulo é, pelo menos, manter essa diferença relativa ao salário mínimo; ou seja, esse valor seria o mínimo de partida para a discussão dos novos pisos. Essa definição é importante nos reajustes dos pisos que provavelmente haverá até o final do ano.

Aqui estão englobadas - não está muito claro, mas vou deixar os dados à disposição – as ocupações abrangidas em cada uma das faixas salariais. Quero fazer uma observação: na primeira faixa, as ocupações predominantes são as dos trabalhadores em atividades domésticas e agropecuárias e florestais; na segunda faixa, a ocupação predominante é o comércio varejista, principalmente vendedores; na terceira faixa, as ocupações que têm mais peso são as dos administradores agropecuários e florestais.

A partir de 2008, um ano depois de definido o primeiro piso em São Paulo, a Secretaria decidiu encomendar um estudo, que ainda está em andamento, para verificar os impactos dos pisos salariais nos aspectos socioeconômicos e financeiros, mas, principalmente, no número de empregos.

Aqui se vê o acompanhamento que fizemos da evolução do valor real do piso, utilizando todos os indicadores que medem a variação de preço em São Paulo. Assim, utilizamos o Índice de Preços ao Consumidor, definido pela Fundação Instituto de Pesquisas da Universidade de São Paulo; o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, o INPC e o IPCA, definido pelo IBGE; o Índice de Custo de Vida - ICV -, do Dieese; e o custo da cesta básica, também um indicador produzido pelo Dieese, de âmbito nacional.

Nessa transparência, tentamos mostrar que, comparando-se com esses indicadores, na Faixa I não há perda de valor de poder aquisitivo, mesmo em relação à cesta básica, em termos reais, mesmo aí não houve perda significativa. O mesmo não ocorre nas Faixas II e III, pois se decidiu não dar o reajuste pleno para essas faixas. Foi uma decisão política, não técnica, porque se considerava que a categoria mais desprotegida era aquela cujas ocupações estão incluídas na Faixa I. Isso provocou uma aproximação do valor dos salários reais. Não quer dizer que a Secretaria não vá rediscutir essas decisões, eventualmente; isso poderá ocorrer a partir deste ano. Mas, de qualquer forma, mostra-se aí o que ocorreu com os dados obtidos a partir dessas decisões.

A Secretaria tem convicção de que é importante ter a recomposição dos valores do piso salarial, mantendo-se a distância entre o piso salarial de São Paulo e o salário mínimo – ao menos isso. Evidentemente, deverá ser discutido se apenas a recomposição será mantida ou se se vai pensar em algum acréscimo em geral, levando-se em consideração o PIB, o aumento de produtividade, etc.

Essa é a discussão que provavelmente deve ser feita. O Secretário que assumiu neste ano é egresso de movimento sindical e, provavelmente, convocará uma reunião para discutir a questão.

É muito difícil mostrar gráficos, mas, de qualquer forma, é uma tentativa de se fazer uma avaliação. A linha 1 representa o salário mínimo. A faixa azul mostra que, em termos reais, lentamente está crescendo a distância em relação ao salário mínimo. Toda vez que há um reajuste do salário mínimo, ele aparece nesses degraus do gráfico. Essa é uma forma em que esses estudos são feitos, na tentativa de avaliar qual a eficácia da fixação do piso, se, de fato, se está mantendo ou aumentando o poder de compra.

Rapidamente mostrarei a vocês outros dados. Foi feita uma amostragem da pesquisa nacional de amostras por domicílio. Um dado importante é que, mesmo com o piso, a contratação formal dos trabalhadores nessa faixa cresceu. Isso pode significar que, apesar de muitos considerarem que o piso é uma dificuldade para as pessoas, na verdade, isso pode ser uma falácia, como o próprio Senador disse hoje aqui. Por que, mesmo considerando que foi fixado o piso acima dos valores do salário mínimo - e em 2010 se considerou o PIB de São Paulo acumulado à variação do custo de vida -, isso não significou diminuição do peso da participação na formalização desses trabalhadores. Agora há dados importantes que mostram que os trabalhadores recebem acima do piso. É significativo o contingente de trabalhadores nessa categoria, que corresponde à faixa que tem menos proteção e está em torno de 50%. São duas conclusões ao mesmo tempo. Uma é negativa, pois temos uma parte muito grande de informais. Segundo essa amostra, 77% dessa categoria são trabalhadores informais. No entanto, uma parte dos informais também sofre os efeitos do reajuste do piso. Isso é positivo.

Gostaria de lhes mostrar a última faixa. Abaixo do piso, há cerca de 47%. Percebe-se que se está reduzindo o número de trabalhadores que recebem menos que o piso. Gostaria de apresentar a vocês mais alguns dados, mas encerrarei a minha fala dizendo que há um estudo alentado com muito informação. Em vista da exiguidade de tempo, e por achar que o assunto é muito técnico, gostaria apenas de mostrar a vocês o que é possível. Deixo à disposição da Assembleia os estudos, para que possam utilizá-los na discussão do piso em Minas. Muito obrigado.

- No decorrer do pronunciamento, procede-se à exibição de “slides”.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Sr. Quintino Severo, para falar sobre o tema “Balanço da adoção do piso em outros Estados”.

### **Palavras do Sr. Quintino Severo**

Boa-tarde, companheiras e companheiros, trabalhadoras e trabalhadores de Minas Gerais. Saúdo a Mesa, os Deputados, os demais debatedores e a companheira Neusa, conterrânea do Rio Grande.

Trouxe uma apresentação para fazer, mas, dado o avançado da hora, vou tentar ser mais objetivo, até porque o Clemente, o Henrique e eu precisaremos sair mais cedo, pois o nosso voo será às 18 horas. Infelizmente, não poderemos ficar para o debate, mas seria muito importante debater a questão fundamental do piso regional.

Nos Estados em que o piso já foi implantado, a CUT participou de todos os debates, assim como as demais Centrais. Há características diferentes na forma como se chegou à implantação do piso. No Rio Grande do Sul, onde foi implantado o segundo piso, participei do debate, e o processo foi construído por iniciativa do governo, de um conjunto de atores e dos trabalhadores, em especial. Fomos desenvolvendo o debate, que foi rápido, e conseguimos implantar o piso regional.

Depois, pela experiência no processo do Rio Grande do Sul, acabei participando dos debates em Santa Catarina e no Paraná. Todos têm características diferentes. No Paraná, a iniciativa foi devido a nossa demanda, mas o Governador a assumiu imediatamente e efetivou o piso regional, sem a necessidade de muita mobilização e pressão, como em Santa Catarina. Em São Paulo, o Governador também foi rápido na implantação, efetivada em 2007.

O debate de Minas Gerais é importante. Esta Casa está de parabéns por participar desse processo e construir coletivamente a mobilização para que se conquiste o piso regional. Não vou falar dos valores, porque já se falou das faixas salariais dos outros Estados. Com exceção do Rio de Janeiro, em que há nove faixas, os demais Estados têm quatro faixas salariais, que abrangem várias categorias.

Para reforçar os argumentos, quero falar do Estado de Minas Gerais, que tem uma população de mais de 19 milhões de habitantes, estando mais de 10 milhões ocupados, com renda “per capita” de R\$14.000,00. Portanto, a implantação do piso regional tem grande influência.

Minas Gerais apresentou também uma variação significativa do PIB no último período: 28%, enquanto a variação nacional foi 27%. Em nossa região, a variação do PIB foi também 27%. São dados, características do Estado, que justificam aprofundarmos o debate sobre o piso regional. É bom destacar outro dado: o rendimento médio dos trabalhadores de Minas. Em 2009 – não tenho informação atualizada -, o rendimento médio dos trabalhadores era R\$858,00, e a média nacional era R\$965,00. Nesta região, o rendimento médio era superior; especialmente nos Estados que implantaram o piso salarial, a média salarial dos trabalhadores é bem superior aos R\$858,00. Para se ter uma ideia: em São Paulo, a média era R\$1.289,00; no Paraná, R\$1.079,00; em Santa Catarina, R\$1.293,00; no Rio de Janeiro, R\$1.282,00; no Rio Grande do Sul, R\$1.024,00. Na verdade, o Estado de Minas Gerais está devendo a vocês: há necessidade de renovação do rendimento médio dos trabalhadores e das trabalhadoras deste Estado.

Outro dado também importante, relativo a Minas Gerais, que justifica a adoção do piso, é o dinamismo que a economia vem demonstrando no mercado de trabalho, no último período. Em que pese a ter passado um período ruim, de 2009 para cá, especialmente em 2010 e 2011, o Estado de Minas Gerais apresentou um crescimento importante do número de empregos e do PIB, o que justifica a adoção do piso regional.

Há ainda outra questão que gostaria de destacar, relacionada com o debate que houve pela manhã: são as críticas à adoção do piso regional. Certamente, vocês enfrentarão isso aqui, especialmente vindas dos empregadores, que farão resistência. Os argumentos não são diferentes nos Estados onde acompanhei o debate. O discurso é sempre o mesmo. Os argumentos são: aumento da informalidade; prejuízo à indústria local, fazendo com que os empregadores saiam do Estado – até parece que é fácil colocar a empresa em um carrinho de mão e levá-la para outro Estado, pois que há o enraizamento e a logística de cada Estado -; desestímulo à organização sindical. Como o piso vale para as categorias não organizadas, que não fazem convenção coletiva, haverá o argumento de que isso incentivar as categorias a continuar sem organização sindical, o que não é verdade. Ocorre que as categorias acabam se organizando

e fazendo pressão para que o piso e os salários sejam melhores. Outra crítica é que o piso também acarretará desigualdades econômicas regionais, do ponto de vista da renda e do emprego. Pela experiência que temos, esses argumentos certamente virão no processo de resistência à implantação do piso.

Durante todos estes anos, ao acompanhar o debate nos Estados, e a evolução da implantação do piso, surgiram dados positivos que nos surpreenderam, que não são diferentes dos que foram apresentados pela manhã; são dados concretos. Não gostaria de cansá-los enumerando dados. Por exemplo, formalização “versus” formalidade. Se o discurso é que o piso gerará aumento da informalidade, os dados provam exatamente o contrário. Há uma comparação de dados entre 2002 e 2009. No Brasil, em 2002, a formalização estava em torno de 37%, em 2009 foi para 44%; nos Estados que adotaram pisos regionais, como o Rio Grande do Sul, a formalização saiu de 38% e foi para 45%; no Rio de Janeiro, de 49% para 54%; em São Paulo, de 2007 a 2008, de 56% para 58%; no Paraná, de 2006 a 2009, de 43% para 47%; em Santa Catarina, há hoje 58% dos trabalhadores no mercado de trabalho formal.

Portanto, o argumento de que a adoção do piso regional poderá gerar aumento da informalidade, prejudicando a contratação de trabalhadores, não é verificado na prática nos Estados que adotaram o piso regional. Por fim, neste debate sobre o piso regional, queria dizer que, além da implantação do piso, é fundamental que se discuta com os Deputados uma política a ser adotada para garantir a manutenção do poder de compra do piso regional.

No Rio Grande do Sul, vivenciamos um período em que houve um significativo achatamento no piso regional em função da falta de uma política de reajuste previamente definida. Para vocês terem uma ideia, quando o piso regional foi adotado no Rio Grande do Sul, meu Estado de origem, valia 1,28 salários mínimos, e chegou, no ano passado, a um valor praticamente igual ao do salário mínimo. Este ano, houve uma recuperação de cerca de 14%, e voltou para 1,11 ou 1,13 salário mínimo. Então, é fundamental discutirmos algum instrumento que seja vinculante para manter o poder de compra do salário mínimo, seja o PIB do Estado, seja a LoA, o Orçamento do Estado. Enfim, é preciso haver algum instrumento de referência para garantir o poder de compra ao longo do período. Isso é fundamental. Certamente, sem isso, a implantação e o resultado do piso terão pouca eficácia para os trabalhadores. Outro elemento importante mencionado aqui pela manhã é a necessidade de isso se transformar em uma política de Estado, sem que fique a critério de cada governo. Cada governo que sai ou que entra poderá ter uma política diferente. Por isso é fundamental haver aqui, colado ao piso, uma política de reajuste, uma política de correção anual, a fim de garantir que vocês não tenham perda do poder de compra do salário.

Para encerrar, pois meu tempo já está se esgotando, apenas queria trazer também alguns dados relacionados ao Estado de Minas Gerais. Implantando-se o piso regional aqui, poderão ser beneficiados diretamente cerca de 2.700.000 trabalhadores. Sem falar nos que serão beneficiados de forma indireta, porque até mesmo o trabalhador informal dos Estados onde o piso foi adotado acaba tendo o piso como referência, assim como acontece com o salário mínimo em geral. Assim, mesmo para aquele que trabalha por conta própria, o piso nacional, o salário mínimo nacional ou piso regional acaba se transformando em referência. É fundamental termos presentes esses dados para fortalecer o nosso debate e a nossa argumentação tendo em vista a aprovação. Por último, gostaria de lembrar que não são apenas os trabalhadores que têm retorno com relação ao piso regional. Especialmente neste momento em que o Brasil precisa fortalecer sua economia interna, precisa vender para nós mesmos, já que o mercado externo está difícil, precisamos ter poder de compra. Portanto, isso vai gerar um círculo virtuoso na economia, injetando mais dinheiro na economia. Para se ter uma ideia, aqui no Estado, se realmente fosse repassado esse valor, haveria um incremento real na média salarial, saindo dos atuais R\$1.333,00 para R\$1.376,00.

Com certeza isso geraria um montante importante de recursos, faria girar uma economia que chegaria a aproximadamente R\$2.600.000.000,00 a mais na economia de Minas Gerais, portanto gerando possibilidade de desenvolver mais o Estado. Em termos de retorno para o setor público, também retornariam, em impostos, em torno de R\$1.400.000.000,00 como retorno desses investimentos feitos aqui.

Para encerrar, quero dizer que só faltam dois Estados na região, Minas Gerais e Espírito Santo. Também tenho acompanhado, pela CUT nacional, estadual e demais centrais sindicais, o debate do piso regional no Espírito Santo, que está bastante avançado. Quem está coordenando esse processo lá é o Vice-Governador do Estado. Na verdade, já se constituiu um grupo de trabalho, e esperamos que, mutuamente, vocês aqui e eles lá, consigam implantar o piso nos dois Estados, porque, com a implantação do piso regional nessa região, fecharia a Região Sudeste. Companheiros e companheiras, apesar da pressa, quero agradecer a oportunidade de estar aqui debatendo com vocês, agradecer o convite da Assembleia Legislativa e colocar-nos à disposição no que pudermos continuar contribuindo, para que de fato se torne realidade o piso regional de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Passamos agora a palavra ao Sr. Clemente Ganz Lúcio, para a sua exposição sobre o tema “Balanço da adoção do piso em outros Estados”.

### **Palavras do Sr. Clemente Ganz Lúcio**

Boa tarde. Tenho a tarefa de tentar ser criativo depois de tantas exposições, todas elas destacando a importância deste debate. Gostaria de agradecer o convite ao Deputado Celinho do Sintrocel. Desde já quero renovar a disponibilidade do Dieese em ajudar e apoiar a ação das centrais sindicais, em colaborar com esta Casa na formulação da justificativa, do projeto, das ações que a Assembleia precisa em termos de apoio para o desenvolvimento desse trabalho. Queria tentar trazer alguns outros elementos que não apareceram no debate. Fico muito feliz porque várias das informações já foram tratadas.

O Quintino acabou de apresentar um conjunto de outros números, o que é sempre muito bom e mostra que os dirigentes sindicais estão cada vez mais se apropriando de informações, de conhecimento e usando esse conhecimento para que possamos fazer o desenvolvimento de propostas, de projetos, de políticas, trazendo argumentos que são as atribuições para as quais o Dieese foi criado, para subsidiar os movimentos sindicais. É sempre muito bom vermos que o trabalho que fazemos pode colaborar com a transformação da sociedade.



Nesse sentido, não farei o papel de trazer mais números, mas tentarei trazer dois ou três argumentos importantes, que julgo fundamentais para a nossa luta pela frente. Em primeiro lugar, acho fundamental termos clareza de que estamos num momento privilegiado para fazer este debate. Não nos podemos esquecer que, ao longo de mais de 40 anos, em especial nos anos 90, fomos convencidos como sociedade de que aumentar o salário mínimo geraria inflação, desemprego, informalidade e desorganização no mercado de trabalho. Isso quase virou uma verdade absoluta. Alguns trabalhadores talvez pudessem passar a pensar que deveriam pedir desculpas por estarem querendo receber o salário. E estamos hoje aqui, na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, tendo uma iniciativa de discussão de implantação de um piso regional. Ouvimos pela manhã desde a fala de um ex-Governador e hoje Senador à de outros expositores, pessoas da academia, professores, pesquisadores, sindicalistas, gestores públicos. Vieram aqui falar e dizer que piso regional faz bem para economia, não gera inflação, não gera desemprego nem informalidade. Se estivéssemos dizendo isso em 1990, provavelmente nós aqui da Mesa seríamos vaiados. Talvez nem a iniciativa da Assembleia Legislativa ocorresse, porque talvez nem este espaço houvesse neste Parlamento. O que aconteceu neste País que uma situação como essa dos anos 90 é outra agora neste momento? O que aconteceu foi que o que era verdade nos anos 90 mudou. Um país que não cresce não pode fazer o seu salário crescer; um país que não cresce tem medo da inflação, gera informalidade.

O Brasil voltou a crescer, e estamos construindo uma nova verdade. Estamos construindo a verdade de que é possível fazer mudança social e econômica neste país. E aí descobrimos uma ferramenta de transformação que significa salário mínimo. Entrei no Dieese há bastante tempo, há quase três décadas. Quando entrei lá, o movimento sindical lutava, e me lembro de cartazes semelhantes a estes que estão aqui, em que a nossa bandeira era salário mínimo de US\$100,00. Lutávamos, nos anos 80, para que o salário mínimo um dia chegasse a US\$100,00. Temos hoje um salário mínimo de mais ou menos US\$350,00. Por que conseguimos essa mudança? Nós a conseguimos nesses últimos anos em função de termos tido um ator social, alguém que representa um conjunto, que tomou a iniciativa de colocar esse assunto na pauta. Esse ator social se chama central sindical, a CUT, a Força Sindical, a UGT, a Nova Central, a CGTB, CTB, que tiveram a coragem de vir a público e dizer que entendemos que o salário mínimo é um instrumento de desenvolvimento do Brasil. Estamos propondo ao governo federal um acordo de valorização do salário mínimo. Foram feitas marchas, mobilizações. Alguns de vocês provavelmente foram para Brasília fazer as chamadas marchas da classe trabalhadora. O primeiro ponto de pauta que a central colocou, cada um delas nessa marcha, de forma unitária, foi uma política de valorização do salário mínimo. Fecharam o maior acordo salarial do planeta. Aquela bandeira de US\$100,00 ficou para trás.

Agora quero destacar o segundo aspecto importante. Em janeiro deste ano a Presidenta Dilma mandou ao Congresso novamente aquele acordo feito com o Presidente Lula como um projeto de lei e pediu ao Congresso urgência na votação. Qual foi a surpresa? O Congresso, em unanimidade, votou a favor do projeto de valorização do salário mínimo. Deveríamos voltar e perguntar a alguns desses Deputados - muitos deles estavam nos anos 90 - onde está aquele instrumento que gera inflação, desemprego e informalidade. Mudamos a opinião desses Deputados, fizemos uma mudança na cultura acerca do papel do salário mínimo. A mudança cultural que fizemos faz parte de um projeto de transformação dessa sociedade. Teremos de fazer outras mudanças iguais a essa se quisermos fazer transformação social da democracia. Temos de convencer àqueles que diziam que era o salário mínimo inflacionário que ele não é inflacionário, fazer com que votem no Congresso a política de valorização do salário mínimo. Então, vocês têm uma tarefa, sim, aqui em Minas Gerais, a mesma que as centrais tiveram no governo nacional e no Congresso Nacional: convencer no debate, na democracia, os Deputados e o governo de Minas Gerais de que o piso salarial em Minas Gerais faz bem para a economia mineira. É essa luta que vocês têm de fazer.

Várias sugestões foram feitas aqui. Todas são contribuições importantes ao trabalho que será realizado, mas é fundamental fazermos essa construção de convencimento político, de uma cultura que compreende que o salário é um instrumento de desenvolvimento. É importante percebermos, na fala do Governador Roberto Requião e depois nos debates, que a política de valorização salarial – e o piso é um instrumento – deve vir acompanhada de várias outras políticas. O Governador Requião disse hoje de manhã que, para essa política ser eficaz, é preciso vir acompanhada de outras políticas que gerem capacidade de mobilidade econômica aos trabalhadores mais pobres, aumentando o seu poder de compra, dando-lhe capacidade de consumo permanente, voltado para a melhoria da qualidade de vida. Oferta de saneamento, de habitação, de água e de energia são alguns exemplos citados por ele. Portanto a tarefa que temos, como movimento sindical, é organizar uma agenda de debates que promova a mobilização da sociedade, para que o governo de Minas promova um conjunto de políticas que transforme essa realidade.

Na nossa visão, nos próximos 10 anos o Brasil terá uma oportunidade inédita de fazer transformação social. Temos uma chance razoável de crescimento continuado, que poderá gerar um nível de renda média semelhante a de países desenvolvidos. Temos uma tarefa que é só nossa: fazer com que esse crescimento da renda seja bem distribuído. Caso contrário, daqui a 10 anos seremos um país de renda média semelhante a um país europeu, mas com muitas desigualdades, com pequena parte da população extremamente rica e grande massa de trabalhadores pobres. Podemos fazer diferente. Essa iniciativa é um pedacinho dessa mudança e é muito importante, porque se refere a um conjunto de trabalhadores que muitas vezes não está representado na negociação coletiva. É bom que sejamos claros: medida como essa também gera incômodo ao movimento sindical. Teremos de nos mexer ainda mais para tratar dos pisos das categorias. Quando o salário mínimo cresce, quando o piso regional é criado e também cresce, os pisos das categorias ficam muito próximos ao salário mínimo. E o sindicato tem de se mexer para conquistar aumento dos pisos. Isso é muito bom, não é ruim. Essas medidas também fazem com que o movimento sindical seja convidado a se mexer, a buscar o melhor acordo, a melhor convenção. Esse crescimento do efeito arrasto é muito interessante. A outra dimensão é: uma vez constituída a medida, o movimento sindical organiza, para um conjunto de trabalhadores que muitas vezes não está no processo formal, oportunidades de fazer mudança no seu sistema de trabalho. O salário mínimo e o piso regional são para muitas pessoas que não têm carteira de trabalho assinada uma referência para fixação do valor do seu trabalho, da prestação do seu serviço, da atividade que realiza como autônomo, eventual ou temporário. Há várias dimensões de efeito econômico.

O último aspecto que destaco é a eficácia. Não podemos nos enganar. O fato de termos uma lei que fixa o salário mínimo no Brasil não quer dizer que todo trabalhador ganhe, no mínimo, um salário mínimo – sabemos que isso não é verdade. Apesar de a



Constituição garantir um salário mínimo, existem milhões de pessoas que trabalham e recebem menos que isso. E algumas trabalham no setor público, para Prefeituras. Poderemos fixar um piso regional aqui em Minas Gerais, o que não significará que automaticamente os trabalhadores que não estão representados por sindicato ganharão esse piso.

Ganharão se mantivermos uma ação sindical contínua, vigilante, uma cobrança, uma fiscalização permanente. Temos de cobrar do poder público e das organizações para que isso aconteça. Temos de lutar para implantar, para manter a política de valorização e para que ele esteja efetivado. Já conquistamos o piso nacional para os professores, mas até agora ele não foi implantado em muitos Estados. Depois de conquistarmos a lei, temos de lutar para que ela vingue, o que não é fácil de ser feito.

Nossa luta é muito longa. Se não tivermos união, não conquistaremos essas lutas gerais. Só essa unidade que as centrais estão demonstrando em Minas nos deu oportunidade de fazer este evento de hoje e discutir com esta Casa uma iniciativa deste tipo. Temos uma tarefa muito grande, mas ela vale a pena porque produz transformações que repercutem na qualidade de vida e no bem-estar da população, em especial dos trabalhadores mais pobres. Está de parabéns a Assembleia, estão de parabéns os trabalhadores das centrais pela iniciativa. Vamos à luta, porque a jornada é longa. Vale a pena o sacrifício. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, a Sra. Neusa de Azevedo, para a sua exposição sobre o tema "Balanço da adoção do piso em outros Estados".

### **Palavras da Sra. Neusa de Azevedo**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, presentes, boa tarde. Vejam em que circunstância estou metida, pois me abandonaram na mesa, com tudo explicado. Particularmente, estou contemplada pelo que ouvi na parte da tarde. Imaginem como estão depois de ouvirem também tudo o que foi dito na parte da manhã. Vocês terão de ter um pouco de paciência comigo. Vou tentar ser rápida e objetiva. Quero saudar os Deputados na pessoa do Deputado Celinho do Sintrocel. Este deve ser um momento de glória num mandato legislativo, pois estar o dia inteiro nesse convívio é muito produtivo. Esta plateia é muito disciplinada, principalmente em se tratando de matéria dessa relevância, porque às vezes o Legislativo é cansativo. Não vou poder saudar meus companheiros de Mesa que já se foram, mas quero pedir licença para saudar, com muita franqueza e honestidade, os militantes sindicais que estão neste Plenário, pois foi essa a minha história de vida. Fui militante sindical bancária no Rio Grande do Sul. Hoje ando em outras tarefas, por outros caminhos, mas sempre digo que aprendi a valorizar a pauta, a agenda dos trabalhadores na luta concreta do movimento sindical.

Nos tempos de hoje, em que as coisas estão um pouco diferentes, é muito legal, muito estimulante e animador ver esta plateia aqui o dia inteiro. Não é barbada ouvir pessoas falarem o dia todo. Meu abraço e meu reconhecimento a todos. Sinto-me muito feliz por isso. Falaram até mesmo sobre a experiência do Rio Grande do Sul, pois, por acaso, Quintino Severo, que falou em nome da CUT Nacional, é do Rio Grande do Sul. Fiquei satisfeita com isso. O que poderia dizer em relação ao piso regional? Acho que o assunto já foi muito bem encaminhado. Pela manhã, tive um pouco de preocupação com algumas dúvidas, questionamentos e inseguranças, mas agora à tarde vejo que há um nível de maturação e de encaminhamento muito tranquilo. Não tenho dúvida de que Minas, daqui a pouco, se somará a outros Estados e terá seu piso regional aprovado.

O que poderia dizer sobre o Rio Grande do Sul? Para minha felicidade, há, neste Plenário, várias pessoas da minha geração, que poderão voltar comigo à 1999, pois minha fala será a partir de uma experiência do governo Olívio Dutra, democrático e popular, de 1999 a 2002, no Rio Grande do Sul. Era sindicalista, bancária e, no processo de composição política do governo, fui para a Secretaria do Trabalho, que, na época, se chamava, Trabalho, Cidadania e Assistência Social, com toda pauta sindical na cabeça. Como estão gravando este evento, assinei autorização para publicarem minha fala, e devo ser justa com a história do governo do Rio Grande do Sul. Nos três primeiros anos do governo Olívio, Tarcísio Zimmermann foi Secretário do Trabalho, Cidadania e Assistência Social; depois, Deputado Federal, talvez alguns dos senhores o conheçam; hoje, é Prefeito de uma cidade importante no Estado. Nesses três anos, fui Secretária Adjunta; e, no último, titular. Como estão gravando, é bom que eu seja fiel à história.

Em 1999, tínhamos não no Rio Grande do Sul, mas em Minas e pelo País afora, um desemprego brutal, um processo bárbaro de desregulamentação do trabalho, uma desvalorização vergonhosa do salário mínimo, e um processo de exclusão e de miséria muito maior do que os nossos meninos e meninas da geração 90 para cá podem recolher, ao lerem sobre a conjuntura do nosso país. Naquele momento, e não se esqueçam de que a lei que autoriza os Estados a terem um piso regional é jovem, de 2000, o Rio Grande do Sul, já em 2001, ou seja, exatamente um ano após, a implantou. Então, não tínhamos e não podíamos aproveitar o acúmulo de experiências; e vivíamos uma conjuntura social bastante adversa. No Rio Grande do Sul, além do desemprego brutal da juventude e das taxas de violência muito preocupantes, não havia o Bolsa Família, o Minha Casa, Minha Vida, o Luz para Todos, enfim, não havia todos os programas sociais que alcançam a parcela excluída do nosso povo, que não é mérito desse ou daquele.

Não faço aqui uma fala sectária, acho que se trata de um processo de crescimento e de padrão civilizatório neste país, mas que, concretamente nos últimos anos, podemos, de fato, falar dessas bandeiras como realidades. Como entendíamos isso, por que era importante instituímos o piso regional? Isso é um elemento em que há pertinência. Ele era um elemento da disputa política que os trabalhadores faziam para discutir o valor do trabalho em todos os seus aspectos. Ao discutirmos piso regional, impulsionávamos a discussão do salário mínimo, da desregulamentação e chegávamos exatamente no piso regional, naquela parcela mais fragilizada da classe trabalhadora deste país. Por isso, não há que servir de argumento, não há que sair da boca de um trabalhador ou de uma trabalhadora a frase "como é que fica para pagar uma doméstica?" Não é possível admitirmos isso. Precisamos ser radicais quanto a isso.

No Rio Grande do Sul, no processo cuja conjuntura tento apresentar era muito diferente e o desafio era muito grande, mas enfrentamos esse debate no interior da classe trabalhadora. Os setores médios da classe trabalhadora tinham exatamente a mesma preocupação. Se conseguirmos um piso muito grande, quem pagará a empregada doméstica - aliás, a empregada doméstica é sempre o exemplo fatídico - é a classe média. É constrangedor.

Hoje o Senador Requião foi muito feliz em sua fala pela veemência. Além disso, resolveu neste Plenário o trato desse exemplo. Gostaria de dividir com os senhores que tive oportunidade de almoçar com ele, nosso vizinho no Rio Grande do Sul, que me cobrava



os valores vigentes atualmente do piso regional nesse Estado. De fato, considero-os constrangedores. Dizia-lhe que tem oito anos entre a implantação e a guerra que fizemos lá - quase farrapa para a implantação daquele piso. Não poderia responder-lhe. Tenho esperanças de que agora possamos retomar. Tão estratégico quanto implantar o piso regional, que tem repercussões ricamente apresentadas aqui e que hoje nem conseguimos detectá-las com clareza, porque como política pública de Estado é jovem, ou seja, tem pouco tempo... Nem nós conseguimos falar e trazer para os senhores e para nós mesmos todo o alcance que tem uma política pública de Estado de instituir um piso regional mínimo que jogue para cima a renda das classes menos favorecidas.

No Rio Grande do Sul, tínhamos ainda o viés – aliás, cada um tem de olhar com muito cuidado para o seu mapa geopolítico – de que a informalidade e a baixa remuneração se concentravam especialmente nas mulheres. Quando se refere a trabalho doméstico neste país – sabemos que há jardinagem, copa, hotel e que não há mais empregada dentro da casa de alguém -, ainda se fala em mulheres. Com a instituição do piso regional, impulsionou-se lá a organização dessas trabalhadoras. Falávamos sobre mais de 300 mil empregadas domésticas que ganhavam o que o empregador, eventualmente algum de nós, julgasse pertinente pagar. Os óbices e todas as opiniões que pudéssemos ouvir de qualquer ator social contrário ao piso regional foram fartamente desconstituídos. O problema da Presidência, do quebra-quebra e da informalidade, todas as experiências... Para isso, 10 anos já é um tempo razoável.

Todas as opiniões contrárias foram aqui desconstituídas. Certamente os trabalhadores e as trabalhadoras de Minas não podem esperar que os empregadores façam uma passeata e acolham com agrado e entusiasmo o aumento de qualquer coisa que signifique remuneração do trabalho, porque é inerente a essa condição. Não estou aqui fazendo apologia nem julgamento pessoal. No entanto é inerente essa relação capital e trabalho. É óbvio que precisamos nos mobilizar como trabalhadores e cobrar dos poderes constituídos. Os senhores têm aqui a felicidade de ter a Assembleia Legislativa do seu Estado parceira, propositiva e acolhedora. Que bom que assim seja.

Na mesma medida, é preciso que se cobre do governo estadual. Talvez por uma circunstância histórica e política que tivemos, em 2001, no Rio Grande do Sul, tenhamos conseguido, em tão rápido tempo, implantar o piso regional, pois tínhamos esse acordo nessa interlocução com os trabalhadores e o Poder Legislativo. O governo estadual, ou seja, o Poder Executivo querendo implantar o piso regional, entendendo-o como uma obrigação do Estado de ser indutor, de ter uma intervenção positiva no sentido construtivo na distribuição da massa salarial naquele Estado. Além disso, como um combate à exclusão e à pobreza e agregando a essa lei, que vira política pública com vigor de lei – e isso não é um detalhe para nós que vivemos de quatro em quatro anos mudando de ideia na aplicação de recursos públicos. Isso é extremamente relevante. Por isso deixo algo para finalizar a minha fala.

Eu preparei, bonitinho, até porque não sou o Prof. Dedecca, que se manifestou com uma fala calma, tranquila, racional e organizada, e também não tenho a veemência e a experiência de tribuna do Senador Requião, por isso me organizei, mas não deu tempo, então tive de me reorganizar. Desculpem-me se faltou aqui a necessária clareza.

Encerro dizendo a vocês que acredito que até no tom de qualquer sílaba que eu pronuncie, por exemplo, se eu disser “boa tarde” ou se eu disser “BOA TARDE”, eu tenho ali força, tenho vida, tenho conteúdo, tenho ideologia. Minha geração sofreu muito com a ideia de que ideologia era um negócio ruim. E ideologia é ter ideias sobre as coisas, ter posicionamento sobre as coisas. Então essa é uma discussão também de caráter ideológico. Qualquer um que aqui se manifesta não fala tecnicamente, porque não existe isso, mas fala também ideologicamente. Então é preciso que disputemos, trabalhadores e sociedade, em Minas, com quem tem de se disputar a discussão do piso regional, dentro de uma estratégia de construção, de dignidade, de distribuição de renda, de remuneração adequada do trabalho, de construção de justiça social. Isso, na minha modesta percepção, num ambiente mais favorável, onde o esforço do Estado pode, sim, somar com um aporte de recursos e de políticas inéditas neste país. Aqui eu estou sendo só histórica e tentando não me posicionar para lá ou para cá, embora eu mesma tenha dito que isso é bastante complicado.

Minas Gerais tem um encanto para nós gaúchos. Somos encantados por vocês, porque somos muito de dizer, de gritar. Por exemplo, estamos lá comemorando os 50 anos da legalidade, e o Estado está uma loucura. Os mais velhos aqui presentes se lembram do golpe, da ameaça de golpe, e Brizola era Governador. O Estado está em polvorosa, e vocês têm um jeito calmo, tranquilo, um jeito mineiro de levar as coisas. Então creio que, com esse jeito calmo, mineiro, vocês vão, em 2011, implantar o piso regional, e há quem diga que estarão atrasados. Vocês poderiam levar uma novidade para nos ajudar, e esta, para mim, veio da fala do Prof. Dedecca, a qual achei muito interessante. Não vamos mais ficar reféns de fazer uma luta, uma mobilização, com um desgaste imenso de energia da comunidade, da sociedade como um todo, aprovar uma lei e depois quase perder isso, pois muda o governante. Essa foi a nossa experiência. Nós quase perdemos o piso regional no ano passado; a lei quase foi revogada. Olhamos com atenção toda a história, o processo, e foi isso o que aconteceu. Então quem sabe vocês podem aproveitar a sugestão do Prof. Dedecca e, na lei em Minas, incorporar esse “link” do piso regional ao salário mínimo nacional, que é outra discussão importante. De forma nenhuma, nunca podemos nos equivocar e colocar o piso regional com sinal de vezes, como alguma possibilidade de esvaziamento do salário mínimo nacional. Sessenta por cento das pessoas pobres neste país que recebem hoje algum recurso público, algum socorro público, em função da sua condição precária, estão vinculadas ao salário mínimo nacional, inclusive o salário-desemprego. Então nunca podemos trabalhar na perspectiva da substituição, do esvaziamento. Mas seria muito interessante que vocês conseguissem. Tem de se trabalhar as faixas, e isso é a realidade de cada Estado. Lá temos quatro faixas também, num processo de discussão com trabalhadores, empregadores, enfim, com todos os atores.

Mas, se vocês pudessem aqui inovar e colocar que a faixa nº 1 vai ser reajustada a cada ano em 30% a mais, ou que vocês vão convencionar e conseguir aprovar, nesta Casa, de acordo com a política nacional que hoje tem esse salário mínimo. E aí, vai que eu venha para cá e ganhe as eleições, então não vou poder mudar isso. E vocês farão história, porque ensinarão aos outros Estados como fazer disso uma política pública de Estado que consiga realmente se manter, com efetividade, na vida dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Estou encerrando a minha exposição. Tentei me organizar, mas provavelmente eu não disse a metade do que escrevi, pois é da minha natureza, escrevo e não olho. Acredito que seja um pouco do jeito de lidarmos com a situação. Mas quero dizer-lhes que estou muito animada novamente, porque vivemos tempos interessantes em alguns aspectos. Qualquer um de nós pode falar horas sobre o



que é o processo de inclusão social deste país - e considero isso importante -, mas também vivemos tempos de contradições interessantes. É um bom tempo para se viver. Só quero encerrar dizendo que um dia, quando eu era bem mocinha – faz tempo – li um livro que contava a história de uma mãe da Revolução Russa. Aquele livro foi um divisor de águas na minha vida, na minha adolescência. Ele me fez pensar por que as coisas eram assim; por que o meu pai tinha 5ha e alguém tinha 100ha. Foi lá que os questionamentos começaram a surgir na minha cabeça. De lá para cá, venho dedicando minha vida, minha energia, na sua singeleza e nos seus limites, à construção de uma história de um mundo melhor, de uma história mais legal, de um país, uma casa, um bairro e uma cidade mais legais.

Mas, nas andanças da discussão da igualdade, do socialismo, de uma sociedade justa, também vejo muitas pessoas dizerem que isso acontecerá um dia. “Algum dia eu serei fraterno, parceiro, companheiro e não serei sectário, serei mediador, somarei, serei humano e vou construir uma sociedade pacificada e mais justa”. Sempre combati essa ideia. Acredito que seja aqui e agora que temos de construir isso entre nós. Faço essa reflexão, porque, para mim, é uma cobrança pessoal de vida, de não ser sectária, de tentar não ser autoritária, dona da verdade. Vocês deram um exemplo muito interessante como movimento sindical. Há meia dúzia de centrais sindicais aqui. Nem sabia que havia tantas centrais em Minas nessa convivência bonita, fraterna e de classe. Precisamos ser parceiros e somar forças. E essa luta só faz sentido se pudermos ser homens e mulheres mais parceiros, mais apaziguados e amigos, caso contrário, nada fará sentido. Muito obrigada pela paciência.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Sr. Hélio Augusto Martins Rabelo, para sua exposição sobre o tema “Implantação do piso salarial em Minas Gerais”.

### **Palavras do Sr. Hélio Augusto Martins Rabelo**

Boa tarde a todos e a todas. Quero homenagear todos os trabalhadores aqui presentes trazendo à memória o grande Presidente dos trabalhadores brasileiros, Getúlio Vargas, o maior Presidente para os trabalhadores na história do Brasil, cuja carta-testamento fará 57 anos no próximo dia 27. Vamos tomar este evento, então, em homenagem ao Presidente Getúlio Vargas, lembrando que temos aqui uma gaúcha, que conhecemos bem.

Quero também saudar o Deputado Celinho, já meu conhecido – fomos companheiros de partido e militamos juntos. Eu sabia que um dia você chegaria a ser Deputado – veio como suplente e chegou a Deputado, para valer. Felizmente, hoje temos dois grandes Deputados sindicalistas em Minas, que estão se destacando e mostrando que, quando um sindicalista se elege, pode fazer um grande mandato. Sei que, de imediato, o Deputado Celinho já foi trazendo a proposta do piso salarial regional à discussão e ao debate. Você está de parabéns, especialmente por ter conseguido juntar aqui todas as centrais sindicais, coisa que não víamos há muito tempo. Geralmente há embates nas eleições do sindicato em Ouro Branco e Ipatinga, mas hoje vemos uma coisa inédita: todas as centrais unidas em um só objetivo.

Quero lembrar que o governo de Minas, com o Governador Anastasia, está totalmente empenhado na geração de emprego de qualidade, tanto é que a primeira ação desse governo foi criar a Secretaria de Trabalho e Emprego, que não existia. Isso quer dizer que é nova essa Secretaria de que sou Secretário Adjunto e cujo titular é o Deputado Carlos Pimenta, também do PDT, que não pôde comparecer porque estamos participando também das conferências sobre trabalho e emprego decente, assunto sobre o qual gostaria de falar um pouquinho logo mais.

Mas Minas vive um “boom” em sua economia. Se fôssemos um país, seríamos o de maior crescimento. Pensem bem: o PIB de Minas cresceu mais do que o PIB da China. Não sei se vocês viram a pesquisa do IBGE divulgada ontem, mas a Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH - está com o menor índice de desemprego dos últimos 10 anos e o menor de todas as Capitais, chegando a quase 5%, o que representa quase o pleno emprego. Então, podemos ficar muito felizes. Mas é certo que ainda há muito a ser feito, como é o que estamos fazendo no âmbito do governo, gerando emprego por meio da qualificação profissional. Hoje acontece o contrário do que acontecia antes, quando havia trabalhadores querendo trabalhar e não havia vagas; hoje, as pessoas vão praticamente atrás dos trabalhadores. Mas muitos não conseguem empregos melhores porque lhes falta qualificação. Assim, esse é um compromisso nosso. Estamos fazendo uma grande escola de qualificação no CPPT-Gameleira, para a construção civil, e estamos fazendo parceria com o governo federal, por meio do Planseq, para qualificar mais e mais trabalhadores. Ou seja, é uma obsessão do Governador gerar empregos, e empregos de qualidade. E vamos fazer isso porque não é possível que haja gente querendo trabalhar e empresa querendo empregar e não darmos espaço para os trabalhadores se qualificarem.

Há pouco realizamos vários cursos em Ouro Branco, e foi impressionante a demanda das pessoas. Importante ressaltar que essas pessoas estavam todas inseridas no mercado do trabalho. Não se tratava de um curso apenas para dar um diploma para as pessoas, como já aconteceu no passado, quando se fazia uma qualificação profissional em uma cidade que tinha um hotel e, de 30 camareiras, uma era contratada e o resto tinha de sair da cidade para arrumar emprego. Não é assim; hoje estamos fazendo parcerias com os profissionais e com os donos de empresas para inserir essas pessoas no mercado de trabalho.

Em relação ao piso salarial mínimo, o governo está participando dos debates: temos participado de todas as reuniões e estamos totalmente envolvidos na pesquisa. Sabemos que é um assunto difícil de discutir, com prós e contras, mas sabemos também que é importante que ele seja discutido.

O Estado está se colocando à disposição. Inclusive encontra-se aqui a Marilena Chaves, Presidente da Fundação João Pinheiro, um dos grandes centros de pesquisa do Estado, à disposição para pesquisar. Ressalto aqui a importância dessa discussão para o Estado. Estamos realmente tão envolvidos que o Governador destacou para acompanhar tudo, pessoalmente, nada mais nada menos que o nosso Vice-Governador e ex-Presidente desta Casa, o ex-Deputado Alberto Pinto Coelho, que já participou da reunião da Rede Mineira do Trabalho que foi criada e do fórum sindical, juntamente com o Estado.

Portanto gostaria de deixar bem claro que temos de fazer uma grande pesquisa, um grande debate, e saber da realidade de Minas. Isso é até bom. Pensem bem, se colocarmos, ao lado dos trabalhadores a Assembleia, o governo de Estado, a academia, o Dieese e o IBGE, todos levantando a realidade para a implantação, seguramente será um dos maiores termos de unidade que haverá em Minas de



um projeto econômico para levantar a verdadeira situação de Minas Gerais. Faremos, sim, um diagnóstico. Pesquisaremos para saber se é viável ou inviável; quem será prejudicado e quem não será; e veremos os impactos a favor e os impactos contra. Não podemos fazer de qualquer maneira um projeto que depois será aprovado, mas que não poderá ser implantado porque estará longe da realidade. Sabe, Celinho do Sinttrocel, sei dos trabalhadores que também estão fazendo esse trabalho e que as propostas são sérias. No entanto ainda falta um envolvimento maior de todos os segmentos da sociedade, e o primeiro passo está sendo dado hoje, aqui. Repito, o primeiro passo foi dado hoje, aqui, onde os trabalhadores, de forma unida, todas as centrais sindicais, empresários, a Faemg e outros, têm participado das reuniões. Como a companheira gaúcha falou aqui, ficar o dia inteiro ouvindo termos técnicos e, às vezes, política não é fácil. Eu mesmo, em alguns momentos, não entendi. Isso mostra que as pessoas que estão aqui são pessoas sérias e imbuídas na defesa dos trabalhadores.

A posição do governo é bem clara. Tudo que for a favor dos trabalhadores estaremos defendendo. O governo será participativo e não ficará omissivo nessa questão. Não é uma questão ideológica. Queremos fazer, quem sabe, o melhor projeto de piso regional mínimo do Brasil. Pelo que vi em seu trabalho, pela unidade que conseguiu trazer, reunindo aqui governo, empresários, Fiemg, Faemg para discutir, tenho certeza de que, mais uma vez - e me desculpem os gaúchos, os paranaenses -, você está nos ajudando aqui. E estamos pegando o que tem de bom e de ruim dos outros Estados, o que nos ajudará a fazer um grande projeto. Tenho certeza de que faremos aqui um dos maiores projetos de salário mínimo regional do País. Que seja bom para os trabalhadores, os empregadores, para o governo, para a sociedade e, principalmente, para Minas Gerais, para a economia, para o povo de Minas Gerais, para o crescimento econômico do Estado, que vem crescendo.

Sr. Presidente, aproveite a oportunidade para dizer que já coloquei a nossa posição. O governo está participando e continuará participando ainda mais, porém também estamos em outro projeto. Então gostaria de fazer um apelo à plateia para que se envolvesse mais, junto com a OIT, na Conferência Estadual de Trabalho e Emprego Decente. Trata-se de um debate que está sendo feito com a Organização Internacional de Trabalho - OIT -, junto com os trabalhadores. E conseguimos fazer uma comissão tripartite, governo do Estado, governo federal e trabalhadores, por meio de todas as centrais sindicais que participam e empresários. Então colocamos todos na mesma mesa para a organização da Conferência Estadual de Emprego e Trabalho Decente, Fiemg, Faemg, junto com a CUT, MST, CTB, governo de Estado e governo federal.

Falarei bem rapidinho. O apelo que está faltando ainda é de uma mobilização maior. Já fizemos duas conferências, inclusive hoje fizemos a de Varginha e ainda faremos mais uma. Serei bem sucinto. Trabalho decente é compreendido como trabalho produtivo, adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna. Ela se apoia nos quatro objetivos da OIT: respeito às normas internacionais do trabalho; promoção do emprego de qualidade; extensão da proteção social; e o diálogo social. Não vou falar do marco institucional, que estamos discutindo no Brasil desde 2003. A prioridade do Plano Nacional de Trabalho Decente é gerar mais e melhores empregos, erradicar o trabalho escravo e infantil e fortalecer os atores tripartites. Estou apenas fazendo um resumo, porque quero convidá-los para que se envolvam mais nesse projeto. Vários eixos temáticos estão sendo discutidos nas conferências: princípios e direitos - igualdade de oportunidades e de tratamento para jovens, mulheres e negros; negociação coletiva; saúde e segurança no trabalho; e política de valorização do salário mínimo; proteção social - prevenção e erradicação do trabalho infantil, prevenção e erradicação do trabalho escravo e do tráfico de pessoas; informalidade; e migração para o trabalho.

Parece que essas coisas não existem mais em Minas, mas existem. Ontem mesmo, foram descobertos em Divinópolis trabalhadores que moravam dentro de um motel abandonado, sem ter sequer água encanada e vivendo praticamente como trabalhadores escravos. Outro eixo temático é trabalho e emprego, abrangendo, entre outras coisas, cooperativas e empreendimentos de economia solidária e emprego rural.

Não somos nós do governo de Minas que inventamos essa Conferência de Trabalho e Emprego Decente. É uma orientação da Organização Internacional do Trabalho em vários países. Eles convidaram Minas para participar, e prontamente nos dispusemos a criar um grupo.

Outro eixo é o fortalecimento dos atores tripartites. É mais ou menos o que estamos fazendo aqui, trabalhadores, empregadores, governo e outros setores conversando. É isso que será discutido na conferência, como organizar as comissões tripartites. Isso interessa a todos, e precisamos estar presentes. Vamos fazer a 1ª Conferência Estadual de Trabalho e Emprego Decente nos dias 6 e 7 de outubro. Participarão 300 delegados eleitos nas conferências regionais. Quero convidar vocês para participar dessas conferências, que serão realizadas em diversas regiões do Estado, com objetivo de promover a discussão do tema trabalho e emprego; subsidiar a formulação de uma política nacional de trabalho decente; subsidiar a proposta de atualização do plano nacional; e subsidiar a proposta de criação da agenda em Minas Gerais para discutir o trabalho e emprego - saúde do trabalhador, tráfico de pessoas, trabalho infantil, salário injusto e perseguição no trabalho. Fazem parte da comissão organizadora 30% do governo, 30% dos empregadores, 30% dos trabalhadores e 10% de outras organizações. Pelo governo, são todas essas Secretarias com a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Minas Gerais; pelos empregadores o Sicepot, a Fiemg, a Fecomércio, o Sebrae, a Ocemg, a Fetcemg e a Siamig. Pelos trabalhadores a CTB, a Fetaemg, a CUT, o MST, a Força Sindical, a UGT, a Nova Central Sindical e a CGTB. Esse coletivo tem discutido as propostas e organizado as conferências. Já fizemos a conferência de Araxá e hoje fizemos a de Varginha. Nossa expectativa era contar com a presença de 300 pessoas, mas infelizmente têm comparecido apenas cerca de 150 a 200. Pedimos às centrais dos trabalhadores para mobilizarem mais gente, pois o tema é muito interessante e importante. Minas não pode ficar de fora de uma discussão que está sendo feita no Brasil inteiro, junto com a OIT e com um número pequeno de representantes dos trabalhadores. É um apelo que faço a vocês. Já conversei com o Rogério, com o Miranda, com o pessoal da CUT e da Fetaemg. Serão realizadas várias conferências em que serão discutidas as propostas e a agenda de Minas Gerais sobre o trabalho decente.

Temos também o apoio da Assembleia, do Ministério Público do Trabalho, da OIT, da Secretaria de Estado da Casa Civil, da Fundação João Pinheiro, do IBGE e do Dieese. Todos os segmentos estão envolvidos nessa ampla discussão, é uma coisa inédita,



todos os setores discutindo a questão do trabalho e emprego decente com o governo do Estado e com as outras entidades de Minas Gerais.

É disso que queremos que vocês participem. Realizamos as conferências de Araxá, no dia 12 de agosto; hoje, acabamos de fazer, ligaram avisando que finalizaram a de Varginha. Mas, na próxima semana, teremos a conferência de Governador Valadares. É um tema importante, e por enquanto há 120 pessoas inscritas. A média é 300. Então peço a vocês que têm braços das suas centrais na região da Zona da Mata ou do Rio Doce que se mobilizem para a conferência de Governador Valadares. Dia 16, haverá a conferência em Montes Claros e dia 30, em Belo Horizonte. De cada conferência, sairão 60 delegados, sendo 18 trabalhadores, 18 do governo, 18 dos empregadores e 6 do terceiro setor. Esses delegados participarão, como representantes, da conferência estadual, que elegerá os delegados para a conferência nacional, aliás, não apenas os delegados, mas principalmente propostas para a conferência nacional, no próximo ano, em Brasília.

Aí está o calendário, com o qual queria finalizar minha apresentação. Não deixem de participar. Essa questão do piso poderá ser discutida na conferência com o pessoal do interior. Imaginem a gente mobilizando todo o Estado. Era sobre essa ação que queria falar. Há várias outras ações. Estamos organizando 12 feiras de economia popular solidária, em Uberlândia, Valadares e por aí. Estamos trabalhando com o Conselho Estadual da Economia Popular Solidária, onde o segmento cresce muito. Quem estiver interessado poderá pegar comigo as datas da feira, que culminará, nos dias 5, 6 e 7 de dezembro, com uma grande feira da economia solidária aqui na Praça da Assembleia.

Finalizando, Deputado Celinho, volto a repetir, contem conosco. Usaremos, por meio do Vice-Governador, da Secretaria de Trabalho e Emprego, do nosso Secretário Carlos Pimenta e do Governador Anastasia, toda a estrutura do Estado para fazer esse grande debate, esse grande levantamento sobre a implantação do piso. O Estado não faltará a essa discussão. Estamos participando da realização deste evento. Participamos hoje deste debate, que é o marco zero. Daqui para frente a coisa tem de andar. Podem ter certeza de que essa questão é tão importante para nós que o Governador e o Vice-Governador estão articulando o fórum sindical, que está sendo criado - na próxima semana será convocado -, e a Rede Mineira do Trabalho. Todos vocês estão de parabéns por ter nos ouvido desde cedo. Vamos agora para o debate. Saúde e alegria. Viva todos os trabalhadores. Obrigado.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Sr. Gilson Luiz Reis, para a sua exposição sobre o tema "Implantação do piso salarial em Minas Gerais".

### **Palavras do Sr. Gilson Luiz Reis**

Boa tarde a todos e a todas. Vou falar daqui mesmo, ao lado do meu companheiro Celinho, o qual cumprimento por essa iniciativa. A minha presença nesta Mesa é a presença das seis centrais sindicais, CTB, CGTB, CUT, Nova Central, Força Sindical e UGT.

Constituímos um fórum há aproximadamente 6 meses. Ao longo desse período, debatemos, quase semanalmente, o tema do piso. Ao final desse processo, estamos aqui representando esse conjunto de entidades. Sinto-me muito honrado por representar as várias centrais sindicais e o conjunto do movimento sindical mineiro neste importante debate, nesta tarde, aqui, em Belo Horizonte.

Queria, primeiramente, agradecer a oportunidade de fazer parte desta Mesa para expor um pouco do que pensamos, bem como para agradecer a confiança de todos os companheiros de luta. Companheiras e companheiros, como eu disse anteriormente, ao longo dos últimos meses, aprofundamos o debate, reunimos informações e dados importantes a fim de fazermos uma discussão em um nível elevado. Muitos desses dados foram construídos e adquiridos pelo Dieese.

Gostaria de cumprimentar a companheira Fatinha, que deve estar aqui também. Em todos os momentos, ela não mediu esforços para construir dados e questões que certamente farão valer a nossa opinião e o nosso processo de discussão. A Fatinha está aí. Muito obrigado, Fatinha. Uma salva de palmas para a Fatinha.

Temos aqui muitos números, dados e questões. Todavia, penso que o debate do piso - para além da discussão técnica de números, dos quais dispomos e os quais iremos apresentar no devido momento, na devida hora - é uma questão política. Portanto, na minha fala, tratarei de uma questão política, de forma política, porque, se formos analisar os números, poderemos discutir aqueles positivos para nós, para o capital e para outros setores. Assim sendo, às vezes, poderemos elevar determinados números para tentarmos descaracterizar outros números. Como não podemos tratar este debate como uma questão de números, vamos tratá-lo como uma questão política.

Apresentarei aqui pelo menos cinco preliminares que acho importantes e que determinam a nossa ação política. Em primeiro lugar, cito a unidade das centrais, a unidade do movimento sindical mineiro em torno dessa proposta. Ela é decisiva para a nossa vitória. Quanto a isso, penso que todas as centrais, ao longo desse processo, umas mais, outras menos, estão imbuídas na construção de um projeto único, de uma proposta única que vimos construindo ao longo de horas e horas de debate. Então, a unidade do movimento sindical me parece ser um dos elementos mais importantes da luta política brasileira - não da luta mineira. Temos participado de debates ao longo dos últimos meses e temos clareza de que a pauta dos trabalhadores está meio paralisada, seja no Congresso Nacional, seja em Minas Gerais. Essa unidade é decisiva para colocarmos em evidência a nossa pauta sindical. Queria registrar, em primeira ordem, essa questão.

Em segundo lugar, gostaria de registrar o debate político. Já se falou sobre isso ao longo do dia. Esse projeto foi apresentado a esta Casa em 2002, depois em 2006, e agora em 2010 pelos companheiros Celinho e Rogério Correia. Ora, há 10 anos tentamos criar um espaço de discussão no Legislativo mineiro e em outros espaços de debate, e não conseguimos. Desse modo, penso que hoje, dia 26 de agosto, é um dia histórico para Minas Gerais, porque, depois de 10 anos, conseguimos ocupar a Casa do povo e dos trabalhadores, a Assembleia Legislativa, para debater um tema de interesse da grande maioria do povo de Minas Gerais, que é um povo trabalhador. Então, podemos destacar essa questão, visto que um tema como esse, que começou a ser discutido em outros Estados no início de 2000, só depois de 10 anos é discutido em Minas Gerais. Isso, para nós, é importante, e esta audiência pública é um marco em nossa batalha. Quero, mais uma vez, agradecer ao Celinho a convocação desta audiência pública para a realização deste seminário.



Terceira questão, trata-se de um projeto de iniciativa popular. Há o projeto do Deputado Celinho do Sinttrocel, o projeto do Deputado Rogério Correia, mas também se construiu um projeto de diálogo com outros setores da sociedade, com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, com o movimento da juventude, com o movimento de mulheres, de negros. Os vários movimentos com os quais debatemos ao longo desses últimos meses também foram aderindo a essa proposta de construção de um projeto que pudesse ser popular. Um projeto popular que não ficou só no nome de popular, mas que foi às ruas, às praças, para pegar assinatura, fazer o debate, fazer a discussão com centenas de milhares de pessoas em todo o Estado de Minas Gerais. Ele é popular, porque conseguiu construir, com esse movimento dinâmico e bastante diverso, uma proposta única, e conseguiu dialogar com o conjunto da sociedade de Minas Gerais. E é lógico que continuaremos esse debate a partir desta audiência, porque essa luta somente está começando. Ou seja, é preciso muito mais esforço por parte do movimento sindical, do movimento social como um todo, do movimento popular, porque a batalha não está vencida. Vencemos uma parte da batalha, mas certamente precisaremos de muito mais luta, esforço e unidade para conquistar esse nosso objetivo.

Uma quarta questão que parece importante e é política é que a construção dessa proposta popular, como disse anteriormente, não se restringiu a uma proposta no campo popular; ela também se ampliou. E o nosso movimento foi capaz de reconhecer que, se ficassemos somente no nosso campo, poderíamos ficar isolados nessa batalha em Minas Gerais. Nesse sentido procuramos o Secretário de Trabalho e fizemos a discussão com a Secretaria; procuramos o Governador de Minas Gerais, apresentamos a proposta e discutimos com ele; procuramos o Presidente da Assembleia Legislativa, apresentamos a proposta e a discutimos. Buscamos setores empresariais e pudemos realizar, ao longo de mais de dois meses, reuniões na Assembleia Legislativa em que expusemos os nossos pontos de vista. Então, para além da construção do movimento popular, também tivemos a capacidade de aglutinar outros setores, o Executivo, o Legislativo, o Judiciário, o Ministério Público, na construção dessa proposta. Então é também uma luta política para expandir, aumentar a nossa capacidade e a capilaridade da nossa discussão em torno desse projeto.

Uma quinta questão que me parece importante é a política. Lembro que estava na CUT nacional no final dos anos 90, nos anos 2000, e havia o debate sobre o salário mínimo. Dizia o governo Fernando Henrique Cardoso que não poderíamos ter um salário maior - e o salário não chegava a US\$70 -, porque, se o salário ficasse acima de US\$70, quebraríamos o Brasil. Lembro que a bandeira nossa, do movimento sindical, em 1º de maio de 1998, 1999, era o piso em cima de um salário de US\$100. Essa era a nossa bandeira de luta. E diziam que seria impossível que o Brasil fosse construído, porque a economia não permitia. Havia os problemas regionais, locais, do Nordeste, essa coisa toda, e não poderia executar-se uma política salarial para recompor a capacidade de compra do trabalhador brasileiro. Ora, hoje temos uma política de salário mínimo que recompõe a inflação, a produtividade, e o piso salarial no Brasil chega a mais de US\$350. Esse dado é para demonstrar como isso é de natureza política. Se os trabalhadores ganham, não ganham muito, porque, em que pese o fato de a política do salário mínimo instituída no Brasil ajudar a avançar no salário, sabemos que ele é insuficiente para satisfazer a necessidade dos trabalhadores brasileiros em termos de moradia, saúde, educação, etc. Mas vem avançando ao longo desse período. Afirmando que o salário mínimo, mesmo nas condições em que está hoje - poderia ser muito maior -, foi uma conquista dos trabalhadores. Mesmo assim, a classe empresarial não queria, pois, como eu dizia, se uma parte ganha, a outra pode perder um pouco. Infelizmente, o setor empresarial brasileiro, em muitos aspectos, não quer ceder um milímetro para a classe trabalhadora brasileira. Esse tem sido um exemplo que temos vivido ao longo da história.

Muito bem, pessoal. Feita essa preliminar, penso que algumas questões mereceriam algum aprofundamento da nossa parte. Tinha preparado algo mais aprofundado, inclusive para desfazer alguns mitos aqui construídos ao longo do debate. Primeiramente, Minas Gerais é o terceiro PIB do País, com um montante de R\$280.000.000.000,00, valor, portanto, suficientemente capaz de absorver não só um piso regional, mas também a expansão salarial do nosso Estado. Esse PIB mineiro, de que estamos falando, vem, ao longo dos últimos cinco anos, sendo maior do que o nacional. Ora, se é possível absorver do salário mínimo nacional esses reajustes, que vêm sendo efetivados, que abrangem a inflação mais o PIB, penso que, em função da qualidade e do aumento do PIB mineiro, também poderíamos pensar que, além do piso, poderíamos ter uma política de inclusão aqui, em Minas Gerais, para além do piso e também da produtividade. No ano de 2010, o PIB cresceu 10,9%. Então, todos os dados apontam uma situação em que o PIB mineiro é muito maior do que PIB nacional, portanto com muito mais capacidade de absorver esses reajustes que temos aqui. Esse é um dado oficial do governo.

O segundo dado oficial, peguei todos eles para não falarem que estamos falando coisa que não é da natureza daqueles que dizem, consta de um documento da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - Fiemg. É lógico que é um dado longo, que vem falando sobre a economia mineira, da situação que ela vive, mas, entre todos, é importante falar sobre o crescimento da indústria mineira nos últimos cinco, seis anos. Novamente é demonstrado que todo o crescimento dela é superior à média nacional, chegando ao ano de 2010 a um aumento de 12,2% a sua expansão. Todos os dados demonstram que a produção da indústria mineira é superior à média nacional. Resgatando dados oficiais do setor empresarial, os dados dão conta de que é possível recompor esse salário em melhores condições.

Trarei agora alguns dados da Faemg, da agricultura mineira, retirado do relatório do mês de maio, apresentado pela entidade. Nosso amigo falará em seguida. Tive a oportunidade de ouvir recentemente, na posse da diretoria, a eloquente posição do sindicato, que falou da expansão da agropecuária mineira no último período. Se pegarmos os últimos 10 anos, veremos que há um crescimento extraordinário na indústria mineira. Dados apresentados pela própria Faemg, por exemplo, no agronegócio, diz que houve um crescimento de 11,58% nesse último período. O tempo é pequeno para aprofundar, mas os dados são oficiais e podem ser obtidos na própria entidade.

Também na área do comércio, ocorre em Minas Gerais uma expansão. O Estado cresceu, nos últimos cinco anos, 76,5%, enquanto o comércio nacional cresceu 35,8%. São dados oficiais coletados pelos empresários que organizam o setor do comércio.

Portanto o que temos aqui, companheiros? A indústria, a agropecuária, o comércio estão todos em expansão, acima da média nacional. Enquanto somos a terceira maior economia do País, o salário praticado em Minas Gerais é o 11º. Então, há uma contradição profunda em relação aos dados oficiais e a política desenvolvida ao longo desses últimos períodos.



Além dessas questões, é discutido, por exemplo, que em Minas Gerais temos uma diversidade regional, portanto seria impossível o Estado de Minas Gerais ter a capacidade de implementar um piso unificado, em função da pobreza dos Vales do Jequitinhonha, do Mucuri e do Rio Doce. Ora, dados coletados, podemos dizer, em todos os Estados do País que têm o piso, são dados oficiais, por exemplo do Sul fluminense, equiparam-se aos das regiões mais pobres do Estado de Minas Gerais. Com a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Duque de Caxias e Belford Roxo, ocorre da mesma forma. Em Santa Catarina, a região serrana de Anita Garibaldi, São Joaquim e vários Municípios tem o mesmo perfil do PIB relativo a Minas Gerais.

Em São Paulo, na microrregião de Franco da Rocha, que envolve vários Municípios; no Paraná, regiões Norte, Noroeste e Sudoeste; e no Rio Grande do Sul, regiões Sudoeste e Centro-Occidental, a situação também se equipara à das regiões mineiras. Visitei o Paraná, Estado onde o piso é muito maior que a média dos outros Estados do Brasil e onde há profunda diversidade regional.

Não há razão, do ponto de vista mesorregional e microrregional, que justifique a não implementação do piso no nosso Estado. Dizer que a pobreza do Jequitinhonha inviabiliza a nossa posição não é verdade. A posição é política, porque o agronegócio também se expande para outras regiões. Em Capelinha, há café; de Diamantina até o médio Jequitinhonha, há plantação de eucalipto. Vemos o crescimento dos Municípios mineiros. Bocaiúva, que fica no Norte de Minas, região pobre, foi a cidade que mais cresceu no Estado de Minas Gerais. Portanto, não há justificativa, em hipótese alguma, para considerar as microrregiões elemento decisivo para impor a não implantação do salário.

Companheiros e companheiras, travamos uma luta há anos no Brasil: vincular o salário à valorização do trabalho. O elemento decisivo capaz de recompor a economia mineira nesse período de crise, especialmente a partir de 2008, são as políticas com o Bolsa-Família, do Presidente Lula, que destinou recursos importantes a grande parcela da população, e o salário mínimo, que foi capaz de retomar a economia interna do nosso país, colocando o mercado interno em condições de superar a crise. Se Minas quer se posicionar diferentemente de outros Estados brasileiros que permanecem impossibilitados de manter a uniformidade das regiões, deve construir um piso regional. Somente assim sairemos das várias Minas, cantadas em verso e prosa por Guimarães Rosa. Minas precisa estabelecer políticas comerciais, industriais, de investimento, para desenvolver as regiões que ainda apresentam dificuldades. Portanto, o salário tem essa capacidade de valorizar o trabalho e as condições de vida do trabalhador.

Na abertura dos trabalhos, o Presidente da Assembleia Legislativa disse que serão realizados seminários para discutir o combate à miséria em Minas Gerais. Isso é fundamental. Concordamos com ele e com a Presidente Dilma, que está discutindo esse assunto em todo o País com o setor mais miserável. Para combater a miséria, não há remédio melhor que valorizar o trabalho, dar dignidade ao trabalhador, que ao final do mês pode ter sua carteira assinada e um salário digno para comprar alimentos e melhorar a sua vida. Se é verdade que o governo de Minas Gerais e o Presidente da Assembleia estão discutindo esse tema com seriedade - e acredito que estejam -, devemos ter como centro das discussões a efetivação do piso regional.

Para concluir, gostaria de citar os projetos dos Deputados Celinho e Rogério Correia. Agora, teremos aqui na Casa o projeto de iniciativa popular. Como dito por outras pessoas, esse não é um projeto do governo, da Situação ou da Oposição, das centrais, dos empresários ou de segmentos da sociedade, e sim do povo de Minas Gerais, que busca, nessa parte da história, recompor parte de uma demanda social reprimida.

Portanto, espero que esta Casa inicie os debates para que tenhamos o menor prazo possível para terminar esta discussão e aprovar esse piso depois de 10 anos de paralisação. Parabéns a todos os militantes e que possamos ir à luta para a construção desse movimento. Com certeza, vamos colher frutos a partir da votação dessa proposta. Vamos à luta!

O Sr. Presidente - Antes de passar a palavra ao último expositor, quero convidar os representantes sindicais das centrais a encaminharem o projeto de iniciativa popular para ser protocolado na Secretaria da Casa. Paralelamente, quero convidar o Sr. Marcos de Abreu e Silva, para sua exposição sobre o tema "Implantação do piso salarial em Minas Gerais".

### **Palavras do Sr. Marcos de Abreu e Silva**

Boa tarde a todos. Gostaria de começar minha exposição dizendo que aqui represento a Federação da Agricultura e Pecuária do Brasil, entidade sindical que, como tal, representa os empregadores do setor ou, melhor dizendo, a categoria de agricultores e pecuaristas, grandes, pequenos ou médios. Na verdade, todos que têm empregados integram a nossa categoria. Portanto, seja a economia familiar, que também tem empregados, sejam médios ou grandes produtores e empregadores, estou aqui representando-os. De início, gostaríamos de cumprimentar a Assembleia por trazer a debate um tema de tamanha relevância, sobretudo porque ele é concreto e precisa ser enfrentado por nós. Efetivamente, é um tema que faz parte do processo político brasileiro.

Trouxe aqui algumas transparências para fazer algumas considerações, mas gostaria, antes, de falar que o setor da nossa categoria empresarial é extremamente diversificado. Temos setores que têm uma dependência enorme da mão de obra e outros que não a têm. Vou dar exemplos dos dois extremos. A cafeicultura e a pecuária extensiva. Um setor tem um quadro de empregados extremamente grande e outro tem um quadro extremamente pequeno. Então, as circunstâncias para discussão desse tema variam muito de uma classe para outra. Isso é importante, porque a categoria que representamos tem facetas diferenciadas em relação a conveniências e inconveniências do piso salarial regional.

Temos algumas sugestões a fazer. Temos, por princípio, que todo produtor rural não teme elevar a renda do cidadão, seja ele trabalhador ou não. Isso porque a renda do cidadão é um mercado para quem produz alimentos. Não há temeridade, receio, oposição radical a qualquer coisa que aumente o salário do trabalhador ou do cidadão de modo geral. É muito importante assinalarmos isso, porque não temos tal nível de preocupação radical, ou seja, se devemos ser oposição. Não há isso. Efetivamente, queremos que o segmento econômico brasileiro se desenvolva com harmonia e, tanto como o setor profissional, tenha chances efetivas de prosperidade, de forma harmônica e justa. Nosso processo não se dá fora disso.

Em colaboração ao debate, que é democrático e objetivo, todos nós que temos responsabilidade num ambiente sindical queremos somar conhecimentos, ideias, preocupações e, até mesmo, argumentações racionais, para que todo tipo de solução que envolva nossos



interesses, de trabalhadores e de empresários, seja racional, positiva e ajude no desenvolvimento do País e de nossas próprias categorias.

Sr. Presidente, gostaria de focalizar que avaliamos, apenas como sugestão para este debate, para exame desta Casa, alguns aspectos relacionados ao impacto do salário mínimo em relação à renda no campo. Evidentemente, devemos mostrar algumas limitações para se definir essa matéria, porque, efetivamente, apresentaremos dados interessantes no primeiro quadro, que foi elaborado com dados da Fundação Getúlio Vargas. Ele mostra que, nos últimos anos, a remuneração da mão de obra no campo foi reajustada muito acima da variação dos valores recebidos pelo setor. O custo da mão de obra teve um crescimento no período considerado, ou seja, de janeiro de 2005 a janeiro de 2011. Nesse período de 6 anos, o custo da mão de obra aumentou 93%; enquanto os preços praticados pelos produtores, 52%. Então, houve uma redução proporcional. Não podemos negar que o setor do agronegócio, principalmente o de Minas Gerais, foi o que mais cresceu no Brasil. Realmente, 2010 foi o ano mágico em termos do crescimento do setor do agronegócio. Esse resultado tanto é de trabalhadores da atividade rural como de empresários. Creditamos isso ao trabalho que a nossa Federação, por meio do Senai-MG, tem feito em termos de melhorar a capacitação do produtor rural. É um trabalho feito com muita dedicação. Para que efetivamente haja crescimento do trabalhador, queremos que ele esteja cada vez mais capacitado e, portanto, habilitado a ter um rendimento maior.

O que aconteceu lá? Tivemos um crescimento mais significativo da mão de obra, não apenas devido ao crescimento real do salário mínimo, mas também ao próprio comportamento do mercado. A cada dia, encontramos mais dificuldades em termos de disponibilidade de mão de obra capacitada, que está sendo mais procurada e se tornando mais rara dentro do mercado, devido à elevação da demanda.

Evidentemente obtivemos crescimento aqui nos preços de fertilizantes, defensivos e combustíveis. Tudo isso demonstra que o setor suportou uma carga de aumento muito elevada - e mais intensamente, repito, em relação à mão de obra.

Agora, como está a renda no campo é outra pergunta. Por que formulamos essa pergunta? Porque sem renda no campo não há perspectiva de remuneração dos que trabalham nele. Há uma correlação muito estreita entre uma coisa e outra. Não podemos deixar de ter essa referência e de fazer uma avaliação precisa dessa evolução na renda do campo, pois, sem conhecimento e consciência dessa elevação de renda no campo, muito dificilmente estabeleceremos diretrizes certas para melhorar a situação dos que trabalham no meio rural.

Tenho aqui, por exemplo, um mapa que mostra a média da renda bruta mensal por estabelecimento. Quanto recebeu por mês cada estabelecimento rural por Município em salários mínimos em 2006? Por que citamos 2006? Porque foi o ano do último censo agropecuário feito pelo IBGE.

Considerando esse levantamento, repito, da média da renda bruta mensal por estabelecimento e por Município em salários mínimos, verificamos que em 40% dos Municípios mineiros os produtores rurais convivem com uma renda bruta média mensal por estabelecimento de 0,3 a 3,5 salários mínimos. Então um Estado que tem 853 Municípios possui 40% disso, aproximadamente 250 Municípios com uma renda efetivamente baixíssima no setor rural. Precisamos nos preocupar com isso.

O quadro seguinte mostra essa distribuição com mais detalhes e demonstra que, nesse eixo Norte e Nordeste do Estado, há uma renda efetivamente menor dos Municípios. Entretanto temos aí alguns bolsões bem-sucedidos que são as áreas verdes onde há irrigação. Os resultados da receita bruta por estabelecimento sobem a valores que ficam bem distantes e que modificam todo esse quadro de dificuldades em relação à primeira categoria que já citamos. Por exemplo, foi elaborado um estudo que divide os Municípios em cinco categorias. Na primeira categoria ficaram 170 Municípios com 0,3 a 2,1 salários mínimos - repito: isso em 2006 -; na segunda, com 2,2 a 3,7 salários mínimos; na terceira, com 3,8 a 6,4 salários mínimos; e, na quarta, tivemos 170 Municípios com 6,5 a 13,7 salários mínimos. Para depois jogar todo o restante, houve uma variação de 13 a 217 salários mínimos. Evidentemente que o ponto mais frequente dessa linha, dessa última categoria, foi estimado em aproximadamente um nível de 40 Municípios.

Esse dado, como eu disse, ainda apresenta um detalhe: em apenas 25 Municípios do Estado a renda bruta média, por mês, foi superior a 50 salários mínimos. É importante ter em conta esse número.

No quadro a seguir, há de se lembrar que ainda existe um contingente de trabalhadores que procuram emprego no campo, com baixa capacitação. Isso é uma realidade que encontramos num trabalho que realiza o Senar. Estamos vendo que há uma demanda muito grande de trabalhadores que querem capacitar, e o Senar tem feito um trabalho enorme com esse intuito, cujo resultado, como todos sabem, é muito conceituado.

Vou tentar fazer uma leitura do próximo quadro, porque creio que não está dando para ler. Indica para nós que, nos 10% de Municípios mais ricos em termos de renda, vamos assim dizer, existe desemprego na ordem de 0,9% a 2,1%. Quer dizer, praticamente não existe desemprego nessas regiões. Entretanto, quando passamos para os 10% de Municípios mais pobres, encontramos essa segunda taxa de desemprego, que vigora em torno de 35% em média. Evidentemente, essa taxa tem tendência a cair, o que é um indicador bastante positivo.

No último quadro, gostaria de discorrer sobre uma pesquisa do Ipea que nos informou que a falta de qualificação é o maior problema para se conseguir emprego. Quanto a isso, creio que não seria necessário o estudo do Ipea para fazer essa constatação, mas o levantamento confirmou esse fato. Todos sabem disso. É natural que qualquer pessoa que quer empregar procure uma pessoa mais qualificada. Isso é uma postura até natural, não existe preconceito. Esse quadro foi apurado pelo Ipea, mostrando que essa causa é a alegação feita com maior frequência.

Portanto esses são os dados que eu, em nome da Faemg, trago para apreciação e avaliação dos senhores e para avaliação do tema. Trago-os para análise do tema porque sabemos que esta Casa Legislativa, pela sua tradição democrática, vai debater a questão, que, aprovada ou não, será confiada aos Deputados da Casa, porque eles carregam a legitimidade, em nome do povo mineiro, para decidir sobre ela. E, nessa circunstância, a tradição da Casa é a de fazer bem feito. E, para se fazer bem feito, o importante é conhecer a realidade.

Então, volto a insistir: por parte da Federação da Agricultura, acredite todo o empresariado do Estado, não há temor quanto à tese. O que há é um desejo de que todos que trabalham no campo tenham direito e perspectiva de prosperidade pessoal e familiar, porque



temos visto muitas políticas que não levam ao homem do campo perspectiva de prosperidade. São engodos que não fazem bem, e muitas vezes outros caminhos poderiam ser mais efetivos para realmente promover o desenvolvimento harmônico e justo no meio rural brasileiro. Muito obrigado.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de “slides”.

### **Esclarecimentos sobre os Debates**

O Sr. Presidente - Esclarecemos que abriremos espaço para apresentação de questões ou sugestões presenciais, por escrito ou oralmente, e de outras enviadas pelo formulário do Participe Agora. Para melhor organização do debate, os participantes poderão encaminhar as suas questões ou sugestões por escrito, no formulário próprio, que está sendo distribuído pela equipe de apoio. Aqueles que desejarem fazer sua intervenção oralmente devem especificar isso no formulário, devendo, para registro, entregar o conteúdo da intervenção também por escrito. Informamos que os telespectadores da TV Assembleia também poderão participar. Basta acessar o “site” da Assembleia, [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br), abrir o “link” do ciclo de debates e clicar em Participe Agora para enviar sua contribuição.

Informamos que a publicação da ata será feita no diário oficial do Estado, o “Minas Gerais”, na edição de 3 de setembro, na seção “Diário do Legislativo”. Aos interessados em gravar em vídeo as reuniões do ciclo de debates, esclarecemos que a sua reprise será exibida pela TV Assembleia, nos seguintes dias e horários: 3 de setembro, sábado, às 8h30min; 4 de setembro, domingo, às 14horas.

Informamos, ainda, que foram encaminhadas à Mesa pela ocupação Dandara mais 500 assinaturas para o projeto de iniciativa popular de aprovação do piso salarial estadual de Minas e que chegou à Mesa por meio das centrais sindicais CTB, CUT, Força Sindical, CGTB, Nova Central Sindical dos Trabalhadores, UGT e Dieese uma homenagem a ser feita à ex-Deputada Estadual Marília Campos, uma das pioneiras do debate sobre o piso salarial estadual, e ao ex-Deputado Estadual Márcio Kangussu, também pioneiro nesse debate.

### **Debates**

O Sr. Presidente - Neste instante, daremos início aos debates. Solicitamos aos que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensada a formalidade das saudações pessoais. Pedimos também que entreguem antes sua contribuição por escrito à assessoria. Cada participante disporá de até 3 minutos para fazer a sua intervenção. Lembramos que a leitura e a apresentação oral de propostas serão feitas de acordo com o volume de sugestões recebidas.

Recebemos a inscrição de dois participantes para fazer as intervenções oralmente, perguntas encaminhadas à Mesa e mensagens por “e-mail”. Farei a leitura de todas para que os expositores façam os devidos comentários e, logo a seguir, passarei a palavra aos oradores inscritos.

A primeira mensagem recebida é de Carlito Coutinho Pereira, funcionário da Minas Gerais Serviços e Administração - MGS: “Gostaria de saber se nós, da MGS, empresa da qual o Estado obtém muito lucro, faremos parte desse piso salarial. Desde já agradeço”.

Pergunta do Sr. Marco Eliel dirigida ao Secretário Adjunto Hélio Rabelo: “Se o Estado alega que o aumento do piso salarial mineiro pode inviabilizar as finanças públicas do Estado, é possível a sobretaxação das grandes riquezas empresariais mineiras - minério, celulose, agronegócio, comércio e indústria - para viabilizar a recomposição do piso, conforme equiparação do aumento do PIB nesse setor nos moldes de um gatilho salarial?”.

Pergunta do Sr. Adelmo Coelho Saldanha, do Sindicato dos Trabalhadores Municipais de Divinópolis e Região - Sintran -, dirigida ao Secretário Adjunto do Trabalho: “O servidor público também é trabalhador. Por que excluir esses trabalhadores do projeto de lei sobre o piso regional mineiro? O piso é uma política de Estado. Por que os entes federativos não cumprem essa política?”.

Perguntas dirigidas ao Deputado Celinho do Sinttrocel. Pergunta de Richard Henrique da Silveira, da Associação Esportiva Unidos do Morro das Pedras: “Após a implantação do piso, o que será feito para que se cumpra a lei? Sabemos que o pobre homem do campo é escravizado pelo seu patrão”. Pergunta de Joaquim Olegário Leite, da Ascoop-BH: “Qual a salvaguarda que a Assembleia Legislativa pode garantir para os aposentados e pensionistas quando da implantação do piso salarial, já que sua renda está atrelada ao salário mínimo nacional?”.

Convido a fazer uso do microfone o Sr. Antônio da Costa Miranda, da Nova Central Sindical.

O Sr. Antônio da Costa Miranda - Hoje várias pessoas assistem a esta audiência pública pela TV Assembleia. Quero agradecer e conchamar a todos os telespectadores a participarem dessa grande jornada, para que efetivamente possamos aprovar o piso. Ressalto que todos contribuíram muito com esta audiência.

Quero parabenizar o companheiro Gilson, que expôs claramente o sentimento da classe trabalhadora e as nossas necessidades para a implantação do piso. Ele abordou um ponto fundamental, por isso acredito que implantaremos, em breve, o piso em Minas Gerais. Isso ocorrerá principalmente pela unidade de ação da classe de trabalhadores e das centrais.

Acredito que a Casa, como o governo do Estado e toda a sociedade, está convencida da importância e da necessidade da implantação do piso, por tudo o que foi dito aqui e pelos debates que se fizeram durante toda essa jornada nos Estados.

Quero agradecer a todas as lideranças sindicais que aqui vieram, de modo especial às da Nova Central. Todos ficaram aqui o dia inteiro e sua participação foi muito importante. Aproveito para destacar também a importância da Nova Central Jovem, que está sendo organizada pela Rosane, com a participação do nosso Secretário, o companheiro Reginaldo. Nesse trabalho, preparam-se os líderes de amanhã, que vão tocar esse projeto à frente e dar continuidade à luta dos trabalhadores no movimento sindical.

Sabemos, Celinho, que agora há na Casa três projetos sobre o assunto: o seu, o do Rogério e o de iniciativa popular, que acabamos de protocolar. Gostaria de saber como é a tramitação daqui para a frente, porque queremos contribuir para que ela seja célere.

Finalmente, peço aos companheiros da Nova Central que fiquem até o final para tirarmos uma foto com você, Celinho, nosso Deputado, e com os demais membros da Mesa que desejarem estar ao nosso lado nessa foto, pois, para nós, é um arquivo interessante.

O Sr. Presidente - Com a palavra, a Sra. Clarise Fernandes da Silva, da ONG Clarosofia Núcleo Mundial.



A Sra. Clarise Fernandes da Silva - Boa tarde a todos. Meu nome é Clarise Fernandes e sou Presidente da ONG Clarosofia Núcleo Mundial, representativa de trabalhadores de vários segmentos filiados a nós. Agradecendo a atenção, gostaria de encaminhar a proposta de criação do fundo de amparo contra danos salariais dos trabalhadores ativos e aposentados, visando proporcionar aumento real dos salários e dando poder de compra aos trabalhadores, que não podem perder o poder de compra, considerando que a inflação está sempre presente na vida deles, pagadores de imposto já descontado na folha de pagamento.

O fundo de amparo contra danos salariais dos trabalhadores é muito importante para viabilizar a reposição dos danos salariais e para que os trabalhadores passem a adquirir de forma continuada o poder de compra. Para isso, é mister a redução da carga tributária, buscando convertê-la para esse fundo. Buscamos efetivar uma parceria entre os governos federal, estadual e municipal e ONGs, com objetivo de fazer um diagnóstico social, por meio de pesquisas, para realizar projetos sociais e cursos de qualificação para o aperfeiçoamento dos trabalhadores e sua inclusão no mercado de geração, produção, emprego e renda. Agradeço a atenção. Frisei muito tudo isso, justamente para que não caia no esquecimento o encaminhamento de uma proposta muitíssimo importante para os trabalhadores da nossa sociedade mineira. Obrigada.

O Sr. Antônio da Costa Miranda - Só 1 minuto, Deputado Celinho. Compromisso a gente faz e tem de cumprir. Então, como fizemos com a Clarisse o compromisso, de que tinha me esquecido, de defender essa proposta, quero dizer que esse fundo é fundamental para o reparo dos danos no salário dos trabalhadores ativos e aposentados. Então também queremos pedir que isso seja analisado. Tínhamos esse compromisso com ela e estamos aqui defendendo a proposta. Obrigada.

O Sr. Presidente - Há mais duas perguntas do Sr. Cláudio. A primeira é dirigida à Sra. Neusa de Azevedo: “É possível vincular no mínimo regional programa de renda em que os Estados patrocinam em nível estadual e federal o salário do aprendiz e o do estagiário?”

Outra pergunta também do Sr. Cláudio dirigida ao Dr. Marcos de Abreu: “É possível discriminar quais os profissionais atingiram esse ascenso salarial na mão de obra da agricultura? Coletores de café ou operadores de máquinas agrícolas, enfim?”

Passarei a palavra aos expositores para que eles respondam às perguntas e também façam as considerações finais, para que possamos encerrar os trabalhos do ciclo de debates. Com a palavra, a Sra. Neusa de Azevedo, para responder o questionamento dirigido a ela.

A Sra. Neusa de Azevedo - Obrigada. Agradeço a pergunta, pois, na minha tentativa de exposição, esqueci-me de falar disso.

Podemos tratar a aprovação do piso regional de uma forma burocrática para entrar na estatística: fechar o mapa da região Sudeste, Sul etc. Ou, de fato, fazer o processo que vivenciamos lá. Entendo que o Estado de Minas Gerais está fazendo - particularmente aqui - um movimento sindical junto com a Assembleia, que consiste em fazer um debate de verdade para que isso seja internalizado e vá para a vida real. Assim, o governo estadual é fundamental. Quando aprovamos lá o piso regional, obviamente todos os programas e políticas sociais tinham de se referenciar no valor do piso regional para podermos manter a coerência. Assim foi em relação ao Programa Primeiro Emprego, que era uma contrapartida que se dava às empresas, para poder fazer frente àquele nível de desemprego e de violência na juventude daquela época - sempre lembrando que falo de 10 anos atrás. Como não havia o programa nacional que existe hoje, lá vivemos a experiência da Família Cidadã, que transferia renda para as famílias, preferencialmente, para as mulheres chefes de família. Esse programa tinha como referência o piso regional, e assim também no cumprimento da lei do estagiário, tema que foi abordado aqui. Há também coletivos de trabalho, que era um diálogo com os trabalhadores e trabalhadoras da informalidade. É claro que, na transferência de renda que o Estado fazia, a referência era o piso regional. É lógico. Temos de ser exemplares nisso. Por isso o piso regional tem esse poder de rebatimento. Diziam antes que, talvez, nem consigamos claramente mensurar essas experiências pelo País afora nesses 10 anos. Ele tem esse poder, e o Estado aí é um parceiro fundamental nas políticas estabelecidas.

No mais, gostaria de agradecer a oportunidade e dizer que aprendi muito aqui hoje. Para mim foi bem legal. Depois comerei pão de queijo aqui, não é? Afinal, lá comemos muito pão de queijo, mas não é como o daqui. Parabéns a vocês. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Secretário Adjunto Hélio Augusto Martins Rabelo.

O Sr. Hélio Augusto Martins Rabelo - Marco Eliel, tudo bem? Há quanto tempo não o vejo, não é? Olha, não entendi essa sua pergunta. Você diz que o Estado alega que o aumento do piso salarial mineiro pode inviabilizar as finanças, mas não afirmei isso aqui. Em momento algum isso foi afirmado pelo Estado. Dissemos que faremos um estudo para sabermos a viabilidade da proposta e participaremos das discussões juntamente com as centrais. Acho que ficou bem claro que a orientação do governo é participar e fazer esses estudos.

Quando você fala sobre a questão do minério, da celulose e sobre a taxação das grandes riquezas, acredito que poderemos discutir isso depois de termos uma posição. Não é a hora. A questão dos “royalties” dos minérios também tem de ser discutida. Repito que em momento algum o governo, a Presidente da Fundação João Pinheiro e eu colocamos que o aumento do salário mínimo pode inviabilizar a implantação do piso salarial regional, pois não temos esse estudo. Então, seria sério demais da nossa parte falar isso.

A segunda pergunta é: “O servidor público também é trabalhador; por que excluir esses trabalhadores?”. O servidor não está no projeto do Rogério, nem no do Celinho, nem no de iniciativa popular. Não porque não queiram, mas porque a lei complementar de 2002 que regulamenta dispositivo da Constituição Federal, em seu art. 7º, inciso V, não inclui os servidores públicos. Por isso tenho certeza de que não consta de nenhum dos três projetos. Há uma interdição imposta por essa lei complementar.

Quero aproveitar para fazer mais um convite. Estamos falando muito de trabalho e emprego decente e, no dia 29, às 19 horas, no auditório da Fecomércio, estarão presentes dois técnicos importantes da OIT, que farão uma belíssima palestra a respeito de trabalho e emprego decente. Todos estão convidados para participar com as Centrais e o comitê organizador desse debate interessantíssimo.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Sr. Marcos de Abreu e Silva, para responder às perguntas e fazer suas considerações finais.

O Sr. Marcos de Abreu e Silva - O Cláudio pede para discriminar quais profissionais estariam obtendo ascensão salarial, se seriam os apanhadores de café ou os operadores de máquinas agrícolas. O que percebo na pergunta é que pode haver a preocupação de que a mão de obra de colheita manual no campo está diminuindo. Sim, está diminuindo, mas o caso da ascensão salarial está ocorrendo nas duas categorias: a dos apanhadores de café e a dos operadores de máquinas agrícolas. Temos uma cafeicultura nova na região do Alto



Paranaíba e do Triângulo. Pela topografia, praticamente não existe apanhador de café, pois predomina a colheita mecanizada. No Sul de Minas e na Zona da Mata, uma região de montanha, há propriedades rurais em que não há como fazer a colheita mecânica. Acreditamos que lá haverá continuidade, pois a oferta está sendo insuficiente para atender à demanda da colheita de café, que é concentrada. Lá também está havendo melhoria na remuneração dos apanhadores de café, assim como na dos operadores de máquinas, pois essa mão de obra está tendo maior demanda. Isso é altamente produtivo. Na cafeicultura, houve uma melhoria de preço significativa no último ano, o que melhorou muito a situação do trabalhador e do produtor.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o companheiro Gilson Luiz Reis, para responder às perguntas e fazer suas considerações finais.

O Sr. Gilson Luiz Reis - Gostaria de fazer três comentários. Primeiramente, sobre a exclusão do setor público da nossa proposta e dos pisos que estão sendo efetivados no País. Ocorre que em 2000, num debate sobre o piso do salário mínimo nacional, surgiu uma contradição porque houve uma pressão muito grande. Alguns Governadores de Estado, especialmente Olívio Dutra, ex-Governador do Rio Grande do Sul, diziam que era possível pagar um salário maior. Naquela época, o Fernando Henrique Cardoso, de forma bastante esperta, num jogo político, elaborou essa lei. Até então quem podia regulamentar lei dos salários era o governo federal. Então, entregou-se aos Estados a possibilidade de definir pisos regionais, ou seja, jogou-se a responsabilidade para os Estados. É a concepção, na política brasileira, do chamado “Estado mínimo”; quanto mais esvaziado for o Estado, quanto menos valorizados forem os funcionários públicos, quanto menos o Estado gastar com esses funcionários, quanto menor o que chamam de “custo”, melhor é. Então, do projeto dos pisos regionais, aprovado naquele ano e encaminhado por Fernando Henrique Cardoso, e foi excluído o setor público. Penso que isso faz parte de uma política que trata o servidor como algo desprezível. Precisamos discutir isso. Infelizmente não podemos discutir aqui e agora, porque é lei federal. Teremos de mudar a lei, para incluir os servidores públicos. Esse é um debate que deveria ser realizado, porque é uma injustiça não incluir também os servidores públicos municipais e estaduais nesse projeto de lei. Já que é o poder público que determina o piso regional, também deveria incluí-los na proposta. Na origem da lei federal está a concepção de “Estado mínimo” e a desvalorização dos servidores públicos. É uma questão que não deveria ser discutida hoje, mas em nível nacional, para se tentar mudar a lei que remete aos Estados a execução do piso.

A segunda questão diz respeito ao problema da MGS. Deputado Celinho, V. Exas., que fazem parte da Comissão do Trabalho, precisam atentar para a questão da MGS. É uma empresa concebida pelo governo Aécio Neves. Não sei o número dos trabalhadores. É uma quantidade muito grande de trabalhadores, que são contratados por meio de uma empresa do Estado, mas acaba sendo terceirizado o serviço do próprio Estado. Teremos de verificar, nesse processo de encaminhamento, se isso se aplica ao setor da MGS. Para além da aplicação, penso que mereceria, por parte da Comissão do Trabalho da Assembleia Legislativa, um aprimoramento e uma visão mais aprofundada do que vem ocorrendo com essa empresa, até porque me parece que é uma forma de terceirização do trabalho e de diminuição do valor do salário desses trabalhadores, sem falar da ausência de concurso público, já que é regida pela CLT. Há várias questões da MGS que mereceriam um debate mais aprofundado e uma investigação por parte da Comissão do Trabalho.

Por último, a questão levantada pela companheira da ONG Clarosofia, a qual propõe a criação de um fundo. Existe um fundo nacional o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.

A Sra Clarise Fernandes da Silva - Não, não é o mesmo. São fundos distintos. Pesquisei muito, nas reuniões com os trabalhadores da educação e da saúde. Não é o mesmo. Não pode haver deturpação. Não deturpe, por gentileza.

O Sr. Gilson Luiz Reis - Não deturparei. Queria apenas chamar a atenção de vocês: existe o FAT nacional. Se existe um fundo nacional, poderíamos pensar em um fundo para o Estado, na concepção que você tem, ou poderíamos elaborar com mais profundidade. É um tema que deverá ser tratado talvez, em primeira instância, pela Comissão do Trabalho, para se aprofundar a discussão sobre de onde viriam os recursos para constituir o fundo. Isso implica a decisão do Estado de constituir o fundo. É um tema que poderá ser discutido a partir da Comissão e por decisão do governo. Quis comparar com o FAT, porque existe um fundo nacional, que deriva do Fundo de Garantia, etc. Entretanto, é preciso discutir do que será constituído esse fundo, para ser estabelecido.

0Quero dizer que a palavra de ordem hoje, neste seminário, é que Minas também pode. O Rio Grande do Sul pode, Santa Catarina pode, São Paulo pode, o Rio de Janeiro pode. Então, nós também podemos. Minas pode ter um piso regional, e queremos, no menor prazo, ter o nosso piso, para melhorar as condições de trabalho e os salários do trabalhador de Minas Gerais. Muito obrigado. Estou muito satisfeito com este seminário. Vamos sair daqui muito mais organizados para continuar nossa luta.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Secretário Adjunto Hélio Rabelo, que quer fazer uma última consideração acerca da manifestação do Presidente da CTB.

O Sr. Hélio Augusto Martins Rabelo - Gilson, não foi o Governador Aécio Neves que criou a MGS, ela já existia bem antes dele. É uma injustiça dizer que ela foi criada pelo Governador Aécio Neves. Hoje 90% dos servidores da MGS são admitidos por concurso. Aliás, haverá um concurso no próximo mês, para admissão na MGS. As pessoas estão se empregando lá por meio de concurso.

O Sr. Presidente - Foram dirigidos a mim alguns questionamentos, sobre os quais quero fazer minhas considerações, para passarmos em seguida à fase final da reunião.

O primeiro questionamento é do companheiro Carlito Coutinho Pereira: “Gostaria de saber se nós, da MGS, Minas Gerais Serviços e Administração, empresa por meio da qual o Estado obtém muito lucro, também teremos esse piso salarial?”.

Obviamente que sim, Carlito: os funcionários da MGS são terceirizados, celetistas, têm carteira assinada e estão incluídos no projeto de lei apresentado por mim, no apresentado pelo Deputado Rogério Correia e no de iniciativa popular.

O questionamento do Richard Henrique da Silveira, da Associação Esportiva Unidos do Morro das Pedras: “Após a implantação do piso, o que será feito para que se cumpra a lei? Sabemos que o pobre homem do campo é escravizado por seu patrão”.

Richard, em meu entendimento, na minha modesta avaliação, lei não foi feita para ser discutida, mas para ser cumprida, e cabe à Justiça zelar pela aplicação da lei, caso ela venha a ser sancionada.

Companheiro Joaquim Olegário Leite, da Coaps: “Qual a salvaguarda que a Assembleia Legislativa pode garantir aos aposentados e aos pensionistas, antes da implantação do piso salarial, já que suas rendas estão atreladas ao salário mínimo nacional?”.



São duas coisas distintas. O piso salarial estadual, proposto por todos os projetos de lei aqui debatidos hoje, não se vincula ao salário mínimo, nem por lei poderá ser vinculado, porque nada pode se vincular ao salário mínimo. Cabe ao Congresso Nacional discutir a previsão legal para os aposentados, porque a matéria não é da competência do Legislativo Estadual. Nesse caso, apenas a Presidenta da República, os Senadores e os Deputados Federais poderão legislar sobre essa matéria.

O companheiro Miranda faz um questionamento: “Sabemos que a Casa possui agora três projetos. Como será a tramitação?”. A tramitação se dará no âmbito das Comissões. Será assim com o projeto de lei apresentado por mim, o apresentado pelo Rogério, o de iniciativa popular. As matérias passarão por todas as Comissões permanentes da Casa. Há um desejo nosso de sensibilizar o Governador do Estado para que ele também possa apresentar um projeto de lei. Ao ser encaminhado esse projeto de lei pelo governo do Estado, certamente haverá o apensamento dele aos demais projetos, para que os Deputados Estaduais possam estudá-los em conjunto, fazer a votação em Plenário e depois encaminhar a redação final, para sanção. Acreditamos que, se conseguirmos, da parte do Governador, essa iniciativa, será quebrada qualquer resistência, e assim teremos a certeza de que estará fora de questão qualquer discussão sobre a legalidade do projeto de lei. Creio que agora a tramitação se dará de forma célere. Temos a certeza de que a Assembleia irá discuti-lo de forma madura, porque este ciclo de debates veio dar subsídio aos parlamentares e aos membros de cada Comissão da Casa, para avaliarem, de forma madura, os projetos de lei apresentados.

Temos a informação de que o Estado, por sua vez, está procurando chamar também a representação patronal para discutir o assunto, como já está sendo feito com os trabalhadores. Sendo ouvidas as representações patronal e profissional, quebrando-se todas as resistências, o consenso há de surgir. E, havendo consenso, esperamos que, num curto espaço de tempo, seja aprovado esse projeto de lei, não até 2014, mas já em 2012, porque o povo mineiro precisa, com urgência, do piso salarial estadual.

### **Encerramento**

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de segunda-feira, dia 29, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

## **ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 23/8/2011**

Às 10h5min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Célio Moreira, Gustavo Corrêa e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Célio Moreira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Gustavo Corrêa, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no “Diário do Legislativo”, na data mencionada entre parênteses: ofícios dos Srs. Pedro Borrego, Diretor de Recursos Humanos, Comunicação, Segurança, Desenvolvimento Sustentável, Social e Relações Governamentais da Anglo American; e Cel PM Luis Carlos Dias Martins, Chefe do Gabinete Militar do Governador e Coordenador Estadual de Defesa Civil (30/7/2011); e Renato Nogueira de Almeida, Chefe de Gabinete da Fundação Estadual do Meio Ambiente – Feam – (6/8/2011). O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os Deputados citados a seguir: Projetos de Lei nºs 117/2011, no 1º turno, e 1.996/2011, em turno único (Deputado Sávio Souza Cruz); 254, 1.235 e 1.689/2011, no 1º turno (Deputado Gustavo Corrêa); 977/2011, no 1º turno, e 1.989/2011, em turno único (Deputada Luzia Ferreira); 1.061 e 1.891/2011, no 1º turno (Deputado Célio Moreira); 1.821/2011, no 1º turno, 1.948/2011, em turno único, e emenda ao Projeto de Lei nº 98/2011 (Deputado Duarte Bechir). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 664/2011, no 1º turno, é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do Deputado Gustavo Corrêa aprovado pela Comissão. O Projeto de Lei nº 1.108/2011, no 1º turno, é convertido em diligência à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – a requerimento do relator, Deputado Sávio Souza Cruz, aprovado pela Comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.295, 1.296 e 1.320/2011. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 856, 1.311, 1.514, 1.534 e 1.629/2011, em turno único. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Célio Moreira e Duarte Bechir em que solicitam seja realizada reunião de audiência pública para debater os impactos ambientais relativos à instalação das pequenas centrais hidrelétricas e das centrais geradoras hidrelétricas; Rogério Correia, com emenda do Deputado Sávio Souza Cruz, em que solicita seja realizada visita no Município de Prudente de Moraes para avaliar os possíveis impactos ambientais e sociais decorrentes das atividades realizadas pela Inca Incineração e Controle Ambiental, bem como seja encaminhado à Semad pedido de providências para fiscalizar as atividades realizadas pela referida empresa; Sávio Souza Cruz em que solicita seja reiterado o pedido de providências a que se refere o Requerimento nº 906/2011, solicitando que o ofício que encaminha o relatório de fiscalização-situação ambiental nº 219/2011 seja subscrito pelo Presidente da Feam. São recebidos pela Presidência requerimentos dos Deputados Célio Moreira (3) em que solicita sejam encaminhadas as notas taquigráficas da 9ª Reunião Extraordinária ao Promotor de Justiça e ao Juiz de Direito da Comarca de Caldas; seja encaminhado aos Prefeitos de Caldas, Santa Rita de Caldas e Poços de Caldas pedido de informações sobre as medidas tomadas em relação à proteção de animais domésticos, tendo em vista a ocorrência de maus-tratos e matança de cachorros e gatos nesses Municípios; e seja encaminhado ao Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre as providências tomadas diante da solicitação



feita na reunião realizada em 16/5/2011, quando se debateu a situação do lixo nuclear produzido pela Usina Nuclear INB, no Município de Caldas; Fred Costa em que solicita seja realizada reunião de audiência pública conjunta com as Comissões de Participação Popular e de Segurança Pública para debater a criação da Delegacia de Proteção Animal no Estado e a aplicabilidade da Lei Federal nº 9.605, de 12/2/98; André Quintão, Gustavo Valadares, Fred Costa, Duarte Bechir e Luiz Henrique em que solicitam seja realizada reunião de audiência pública conjunta com a Comissão de Participação Popular para debater a situação da população do Norte do Estado e dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, que sofre com a falta de água para consumo humano; Paulo Guedes (2) em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater a operação Corcel Negro II, realizada conjuntamente entre o Ibama e os Ministérios Públicos dos Estados de Minas Gerais e da Bahia; e seja realizada reunião de audiência pública no Município de Montes Claros para debater o impacto ambiental causado pela construção de condomínio residencial na Serra do Mel, bem como o impacto causado pela transferência do lixão do Município; e Adalclever Lopes em que solicita seja realizada reunião de audiência pública conjunta com a Comissão de Transportes, Comunicação e Obras Públicas no Município de Caratinga para debater a invasão da Reserva Particular do Patrimônio Natural Feliciano Miguel Abdalla pelas obras da BR-474, com a manutenção do atual projeto executivo. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 31 de agosto de 2011.

Célio Moreira, Presidente – Duarte Bechir – Gustavo Corrêa.

### **ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 23/8/2011**

Às 14h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Tenente Lúcio, Dalmo Ribeiro Silva e Rômulo Viegas, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados João Leite, Carlin Moura e Duílio de Castro. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Tenente Lúcio, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Rômulo Viegas, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater as questões relativas ao turismo ferroviário no Estado e discutir e votar proposições. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Rogério Taurinho, Gestor da Cultura - Superintendência de Interiorização da Secretaria de Estado da Cultura, representando a Sra. Eliane Parreiras, Secretária de Estado de Cultura; Marcos Paulo de Souza Miranda, Coordenador da Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais; Antônio Pastori, Coordenador Financeiro do Instituto Uniarte, representando o Sr. Sávio Luís Ferreira Neves Filho, Presidente da Associação Brasileira das Operadoras de Trens Turísticos e Culturais - Rio de Janeiro; César Mori Junior, Presidente da Associação do Circuito Ferroviário Vale Verde; Francisco Sávio Maurício Araújo, Gestor de Contrato da Bom Sinal Industrial e Comercial Ltda. de Fortaleza e as Sras. Zani Cajueiro Tobias de Souza, Procuradora da República no Estado de Minas Gerais; Jussara Menicucci de Oliveira, Prefeita Municipal de Lavras, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Duílio de Castro, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Duílio de Castro (2) em que solicita pedido de providências à Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT- para que realize auditoria nos contratos de concessão de infraestrutura ferroviária, especialmente nos das concessionárias MRS e FCA, no que se refere à conservação de patrimônio histórico e cultural e o cumprimento das obrigações referentes ao transporte de passageiros em Minas Gerais; seja enviada cópia do referido ofício à Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turismo de Minas Gerais e seja enviado pedido de providências ao Governador do Estado para a retomada dos trabalhos do programa "Trens de Minas" e que a retomada dos trens de passageiros e a preservação do patrimônio ferroviário sejam inseridos no PPAG e no PMDI; Rômulo Viegas em que solicita sejam enviadas as notas taquigráficas desta audiência pública à Presidência da ANTT, à Presidência da Ferrovia - Centro-Atlântica e à Presidência da MRS Logística; Tenente Lúcio, Dalmo Ribeiro Silva, Rômulo Viegas, Duílio de Castro e Carlin Moura em que solicitam seja encaminhado pedido de informações à Secretaria de Estado da Cultura e ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico, Artístico e Arquitetônico - Iepha - sobre as ações atualmente desenvolvidas pelo Poder Executivo Estadual para garantir a eficácia do inscrito no inciso VI, art. 6º, da Lei nº 11.726, de 1994, que dispõe as ações do Estado relativas aos bens de valor histórico, artístico e arquitetônico serão dirigidas para a salvaguarda do patrimônio cultural associado ao transporte ferroviário. São recebidos pela Presidência requerimentos dos Deputados Tenente Lúcio, Dalmo Ribeiro Silva, Rômulo Viegas, Duílio de Castro e João Leite em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Turismo e à Secretaria de Estado Extraordinária da Copa de 2014 o projeto Expresso Vale Verde, que se destina à criação de produto turístico regional, em modal ferroviário no Estado de Minas Gerais; Tenente Lúcio, Dalmo Ribeiro Silva e Rômulo Viegas em que solicitam seja realizada reunião de audiência pública no Município de Corinto para discutir o turismo ferroviário e a preservação e a conservação do patrimônio ferroviário no Estado; Dalmo Ribeiro Silva em que solicita seja realizada visita desta Comissão aos Municípios de Ribeirão Vermelho e Carrancas, para tomar conhecimento do patrimônio histórico e cultural vinculado à rede ferroviária daquelas localidades, bem como conhecer as políticas culturais e turísticas que as referidas municipalidades desenvolvem. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, dos convidados e convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos desta reunião.

Sala das Comissões, 30 de agosto de 2011.

Tenente Lúcio, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva - Rômulo Viegas - Ulysses Gomes.

## **ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 23/8/2011**

Às 14h44min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Gustavo Valadares, Adelmo Carneiro Leão (substituindo a Deputada Maria Tereza Lara, por indicação da Liderança do Bloco Minas sem Censura) e Luiz Henrique (substituindo o Deputado Zé Maia, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Gustavo Valadares, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Adelmo Carneiro Leão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no “Diário do Legislativo”, na data mencionada entre parênteses: ofício do Sr. Lafayette de Andrada, Secretário de Defesa Social (18/8/2011). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 1.943/2011, que recebeu parecer por sua aprovação. Submetido a votação, são aprovados os Requerimentos nºs 1.308, 1.329 e 1.340/2011. Submetidos a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 703/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Foram recebidos pela Presidência requerimentos dos Deputados Célio Moreira em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Estado de Defesa Social e ao Chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais pedido de providências para a designação de Escrivães de Polícia e Investigadores para os Municípios de Caldas, Santa Rita de Caldas e Ipuiuna e de um Delegado de Polícia para a Comarca de Santa Rita de Caldas; Dalmo Ribeiro Silva em que solicita sejam encaminhadas as notas taquigráficas da reunião de audiência pública conjunta desta Comissão e da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas realizada em 23/8/2011 à Polícia Federal em Minas Gerais, ao Ministério Público Federal e ao Ministério Público Estadual; Fred Costa em que solicita seja realizada reunião de audiência pública conjunta com as Comissões de Participação Popular e de Meio Ambiente para debater a criação da Delegacia de Proteção Animal no Estado de Minas Gerais e a aplicabilidade da Lei Federal nº 9.605, de 1998; Luiz Carlos Miranda em que solicita seja realizada reunião de audiência pública em Governador Valadares para discutir os altos índices de homicídios e a limitação da Polícia Civil na região. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de agosto de 2011.

João Leite, Presidente - Cássio Soares - Maria Tereza Lara - Sargento Rodrigues.

## **ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 24/8/2011**

Às 9h43min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Carlos Mosconi, Hely Tarquínio, Adelmo Carneiro Leão, Doutor Wilson Batista e Neider Moreira, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlos Mosconi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Doutor Wilson Batista, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Vereador João Batista Teixeira, Presidente da Câmara Municipal de Viçosa, publicado no “Diário do Legislativo” em 18/8/2011; peça de denúncia, encaminhada pelo Vereador Afonso Sérgio Costa, Presidente da Câmara Municipal de Santos Dumont, acerca da suspensão dos serviços da maternidade e outros serviços médicos do Hospital de Misericórdia de Santos Dumont; e ofício da Sra. Kátia Ferraz Ferreira, Presidente do Centro de Vida Independente de Belo Horizonte – CVI-BH -, solicitando a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência para debater os contratos da equipe multidisciplinar do Hospital Julia Kubitschek, responsável pela assistência respiratória domiciliar a portadores de distrofias musculares e doenças neuromusculares, uma vez que os referidos contratos foram encerrados na última semana. Ato contínuo, a Presidência solicita à Consultoria que analise a matéria dos dois últimos ofícios. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 248 e 726/2011 (Deputado Adelmo Carneiro Leão); 1.009/2011 (Deputado Neider Moreira), em 1º turno; 1.726/2011 (Deputado Doutor Wilson Batista); e 1.986/2011 (Deputado Hely Tarquínio), em turno único. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer, no 1º turno, pela aprovação, na forma do Substitutivo nº 2, do Projeto de Lei nº 1.326/2011 (relator: Deputado Hely Tarquínio). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado em turno único o Projeto de Lei nº 1.947/2011, que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.304, 1.317, 1.328 e 1.331/2011. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.445, 1.523, 1.524, 1.538, 1.652 e 1.712/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. É recebido pela Presidência, para ser votado em reunião posterior, requerimento do Deputado Rogério Correia em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, a importância da terapia ocupacional no SUS e os valores que os convênios estão pagando aos atendimentos realizados por esses profissionais. Em seguida, são submetidos a votação e aprovados, cada um por sua vez, requerimentos dos Deputados Délio Malheiros e Carlos Mosconi, em que solicitam seja realizada reunião para debater, em audiência

pública, a destinação do lixo hospitalar de Belo Horizonte e Região Metropolitana; e Délio Malheiros em que solicita seja realizada reunião para conhecer e debater, em audiência pública, as iniciativas de controle e combate à infecção hospitalar e à proliferação de "superbactérias" no Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 31 de agosto de 2011.

Carlos Mosconi, Presidente - Hely Tarquínio - Doutor Wilson Batista - Adelmo Carneiro Leão - Neider Moreira.

## **ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 24/8/2011**

Às 10h40min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Doutor Wilson Batista, Sargento Rodrigues, Elismar Prado e Marques Abreu, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Doutor Wilson Batista, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sargento Rodrigues, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a discutir e votar proposições da Comissão e a debater o Projeto de Resolução nº 513/2011, em tramitação nesta Casa, e a situação de militares que tiveram o pedido de auxílio-invalidez indeferidos pela PMMG e pelo Corpo de Bombeiros Militar. O Presidente acusa o recebimento da seguinte proposição, da qual designou como relator o Deputado Sargento Rodrigues: Projeto de Lei nº 1.866/2011, no 1º turno. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 1.121/2011, em turno único, é retirado de pauta por determinação do Presidente da Comissão, por não cumprir pressupostos regimentais. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 1.362/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Fred Costa em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater a Cinoterapia como método terapêutico para pessoas com deficiência e a ampliação do acesso a esse tipo de tratamento no Estado; Doutor Wilson Batista, Sargento Rodrigues, Elismar Prado e Marques Abreu em que solicitam seja elaborado projeto de resolução que institua uma política de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nas dependências desta Casa; Marques Abreu em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Esportes e da Juventude pedido de informações sobre os projetos esportivos desenvolvidos pelo Estado para pessoas com deficiência, os recursos disponibilizados, a quantidade de pessoas que atendem e sua faixa etária, o número de profissionais de educação física envolvidos e as instalações utilizadas; e da Deputada Liza Prado em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Esportes e da Juventude pedido de providências para capacitar árbitros, mesários e classificadores funcionais vinculados à Federação Mineira de Basquete para atenderem demandas específicas pela prática desse esporte por pessoas com deficiência. O Deputado Marques Abreu retira-se da reunião. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir o Cel. BM Cláudio Teixeira, Diretor de Recursos Humanos do Corpo de Bombeiros, representando o Cel. BM Sílvio Antonio de Oliveira Melo, Comandante-Geral dessa Corporação; o Cap. PM Ronaldo Moreira dos Santos, da Assessoria Jurídica da Diretoria de Recursos Humanos da PMMG, representando o Cel. PM Juarez Nazareth, Diretor de Recursos Humanos da Polícia Militar de Minas Gerais; o Cel. PM Edvaldo Piccinini Teixeira, Presidente do Clube dos Oficiais da Polícia Militar e Corpo de Bombeiro Militar do Estado de Minas Gerais; o Maj. PM Ailton Cirilo da Silva, Vice-Presidente da Associação dos Oficiais da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais; o Subten. PM Luiz Gonzaga Ribeiro, Coordenador da Comissão de Direitos Humanos da Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais, representando o Subten. PM Raimundo Nonato Menezes Araújo, Presidente da Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais; a Subten. Sara Aparecida da Costa, Secretária Administrativa da Associação das Mulheres Profissionais de Segurança Pública, representando a 2º Sgt. PM Valéria Evelini Monteiro Machado, Presidente da Associação das Mulheres Profissionais de Segurança Pública; o Sr. Cabo Júlio, Vice-Presidente da Associação dos Servidores do Corpo de Bombeiros e Polícia Militar de Minas Gerais, representando o Sgt. BM Alexandre Rodrigues, Presidente dessa Associação; e o Sr. Fábio Henrique Queiroz, Advogado Institucional, representando o Cb. BM Álvaro Rodrigues Coelho, Presidente do Centro Social dos Cabos e Soldados da Polícia Militar e Bombeiros Militares de Minas Gerais, que são convidados a tomar assento à mesa. Registra-se a presença da Deputada Liza Prado. A Presidência concede a palavra ao Deputado Sargento Rodrigues, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. O Presidente passa a presidência ao Deputado Sargento Rodrigues e se retira da reunião. Logo após, passa-se a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 31 de agosto de 2011.

Doutor Wilson Batista, Presidente – Marques Abreu – Sargento Rodrigues.

## **ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 24/8/2011**

Às 14h41min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Rosângela Reis e os Deputados Luiz Carlos Miranda, Pompílio Canavez e Duarte Bechir, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, a Deputada Luzia Ferreira e os Deputados Bonifácio Mourão e Fabiano Tolentino. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Rosângela Reis, declara aberta a reunião



e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Luiz Carlos Miranda, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a viabilidade da instalação de um polo industrial voltado para a confecção de bolsas e similares na Região Metropolitana de Belo Horizonte e da criação de um programa de formação de mão de obra para o setor, a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Prosseguindo, comunica o recebimento de ofício do Sr. Celso Amorim Salim, Chefe da Fundacentro, do Ministério do Trabalho e Emprego, agradecendo documentação enviada por esta Comissão por meio do Ofício nº 2.111/2011/SGM. A Presidência acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os Deputados citados a seguir: Projetos de Lei nºs 1.575/2011 ( Deputado Tadeu Martins Leite); 2.054 e 2.081/2011 (Deputado Luiz Carlos Miranda); 1.554/2011 (Deputado Pompílio Canavez); 1.460 e 1.981/2011 (Deputado Juninho Araújo), todos em turno único. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 1.308/2011 com a Subemenda nº 1 à Emenda nº 1, que apresenta, ficando, com a aprovação da Subemenda nº 1, prejudicada a Emenda nº 1; e, no 1º turno, 1.350/2011 com as Emendas nºs 1, da Comissão de Constituição e Justiça, e 2, que apresenta (relator: Deputado Pompílio Canavez). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 522/2011, que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.315 e 1.358/2011. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 708, 1.447, 1.507, 1.508, 1.510, 1.517, 1.518, 1.525, 1.531, 1.564, 1.567, 1.579, 1.580, 1.611, 1.622, 1.627, 1.628, 1.683, 1.706, 1.722, 1.738, 1.798, 1.806 e 1.878/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. A Presidência recebe, para posterior apreciação, requerimentos do Deputado Duarte Bechir e das Deputadas Rosângela Reis e Luzia Ferreira em que solicitam seja encaminhado ao Senai-MG pedido de providências para a promoção, em caráter de urgência, de cursos para a formação e qualificação de mão de obra para a cadeia produtiva de sapatos, bolsas e similares, enfatizando a necessidade de assegurar a gratuidade desses cursos; seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede – pedido de providências para a criação de um fórum de desenvolvimento das cadeias produtivas no Estado, com o objetivo de discutir, em caráter permanente, assuntos de interesses dos diversos setores, a fim de melhorar e estimular o desenvolvimento do Estado; seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de providências para, por meio da Sede e da Secretaria de Fazenda, estabelecer tratamento tributário diferenciado ao segmento de confecção de bolsas e similares, bem como ao segmento calçadista, com vistas a incentivar a ampliação dessa atividade produtiva, com geração de emprego e renda, especialmente na Região Metropolitana de Belo Horizonte; seja encaminhado à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e às demais entidades do Sisema pedido de providências para dar tratamento diferenciado aos setores produtores de bolsas e similares na concessão de licenciamento ambiental, especialmente nos valores de taxas incidentes sobre esse procedimento; seja encaminhado ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior pedido de providências para dispensar ao segmento de confecção de bolsas e similares o mesmo tratamento tributário conferido ao setor calçadista, no âmbito do plano Brasil Maior. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir o Sr. Philippe Scherrer Mendes, Superintendente de Arranjos Produtivos Locais da Sede, e a Sra. Gabriela Dias, Diretora da Sede, representando a Sra. Dorothea Werneck, Secretária de Estado de Desenvolvimento Econômico; Gualter Costa Filho, Superintendente de Desenvolvimento Econômico Sustentável, representando o Sr. Wallace Ventura, Prefeito Municipal de Ribeirão das Neves; Rogério Soares Lima, Presidente do Sindicato das Indústrias de Bolsas e Cintos do Estado de Minas Gerais; Jânio Gomes Lemos, Presidente do Sindicato das Indústrias de Calçados no Estado de Minas Gerais; Rogério Jorge de Aquino e Silva, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Calçados, Bolsas e Complementos em Geral de BH e Região, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra à Deputada Luzia Ferreira, autora do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião e, cumprida a finalidade da reunião, agradece a presença dos convidados, dos parlamentares e dos demais presentes, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de setembro de 2011.

Rosângela Reis, Presidente – Celinho do Sinttrocel – Tadeu Martins Leite – Luiz Carlos Miranda.

## **ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 24/8/2011**

Às 16h11min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Elismar Prado, Carlos Mosconi e Rômulo Veneroso, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Elismar Prado, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlos Mosconi, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios do Sr. Antônio Roberto, Deputado Federal, publicado no “Diário do Legislativo” de 14/7/2011; dos Srs. Gilson Geraldo Fraga Granzinoli, Prefeito Municipal de Santana do Deserto; Geraldo Antônio Saturnino, Prefeito Municipal de Jequitibá; Evaldo Ribeiro de Barros, Prefeito Municipal de Itanhandu; Militão Paulino de Barros, Prefeito Municipal de Monte Santo de Minas; Flávio de Freitas Arvelo, Secretário Municipal de Cultura da Prefeitura de Patrocínio; Anderson Clayton Cruz, Secretário Municipal de Cultura e Turismo da Prefeitura de Bocaiúva; Emerson Rodrigues Lisboa, Secretário de Cultura e Turismo da Prefeitura de Paula Cândido; Maurílio Marcelino Tomaz, Presidente da Câmara Municipal de Cláudio; Sras. Dilma Moraes, Secretária Municipal de Cultura e Turismo da Prefeitura de Santo



Antônio do Monte; Érica Márcia Rabelo Silva, Secretária Municipal de Planejamento da Prefeitura de João Monlevade; Ana Cláudia Gonçalves Silva, Secretária Municipal de Cultura e Patrimônio Histórico da Prefeitura de Conceição do Mato Dentro; Maria Marlene Campos, Coordenadora de Cultura, Esporte e Lazer da Prefeitura de Córrego Fundo; Neusa Maria Ribeiro, Prefeita Municipal de Serra da Saudade; Afonso Messias Pereira dos Santos, Prefeito Municipal de Monte Formoso; Fabiano Henrique dos Passos, Prefeito Municipal de Augusto de Lima; Hilário Darck dos Reis, Prefeito Municipal de Cedro do Abaeté; José Henrique Gomes Xavier, Prefeito Municipal de Minas Novas; Odelmo Leão, Prefeito Municipal de Uberlândia; Antônio José Gonçalves da Silva, Prefeito Municipal de Simão Pereira; Vereador Edney Willian de Miranda, Presidente da Câmara Municipal de Coromandel; Thais Velloso Cougo Pimentel, Presidente da Fundação Municipal de Cultura da Prefeitura de Belo Horizonte; Prof. Ismael Rodrigues da Silva, Secretário Municipal de Cultura e Patrimônio Histórico da Prefeitura de Carangola; Rafael de Camargo Huhn, Secretário Municipal de Cultura e Turismo da Prefeitura de Pouso Alegre; Vereador José Wilson de Assis, Presidente da Câmara Municipal de Piedade dos Gerais; Mário Galeno Serra Júnior, Coordenador Municipal de Cultura e Turismo da Prefeitura de Ouro Fino; José Benedito de Souza, Chefe do Departamento Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo da Prefeitura de Senhora de Oliveira; Cíntia Fontes Ferraz, Chefe do Departamento de Cultura e Patrimônio da Prefeitura Municipal de Viçosa, e Luciana Menezes de Resende, Presidente da Fundação Aragararina de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Araguari, publicados no "Diário do Legislativo", respectivamente, em 6 e 19/8/2011, prestando informações relativas ao Requerimento nº 408/2011, desta Comissão, o qual encaminhou aos Prefeitos Municipais e aos Presidentes de Câmaras Municipais e de Associações Microrregionais pedido para que indiquem ações prioritárias na área de preservação do patrimônio histórico e cultural do Estado, com vistas a sua inclusão no plano plurianual de ação governamental - PPAG - 2012-2015. O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 186/2011, no 1º turno, para o qual designou o Deputado Carlos Mosconi relator da matéria. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 431, 1.922, 1.963 e 1.945/2011, que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.306 e 1.311/2011. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.540, 1.555, 1.566, 1.578, 1.679 e 1.709/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. A Presidência recebe requerimento de sua autoria, para posterior apreciação, em que solicita seja realizada visita à Comunidade do Aglomerado Santa Lúcia, em Belo Horizonte, para conhecer as várias formas de manifestação cultural, bem como suas dificuldades e necessidades. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Rômulo Veneroso em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Serviço Social do Comércio de Minas Gerais - Sesc-MG - pela inauguração do espaço cultural Sesc Palladium. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 31 de agosto de 2011.

Luizia Ferreira, Presidente - Luiz Henrique - Ulysses Gomes.

## **ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 25/8/2011**

Às 9h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sebastião Costa, Bruno Siqueira, Duarte Bechir (substituindo a Deputada Rosângela Reis, por indicação da Liderança do BPS) e Rogério Correia (substituindo o Deputado André Quintão, por indicação da Liderança do Bloco Minas sem Censura), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sebastião Costa, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Bruno Siqueira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os Deputados citados a seguir: Projetos de Lei nºs 2.301, 2.308, 2.309, 2.317, 2.319, 2.321 e 2.331/2011 (Deputado André Quintão); 2.304, 2.311, 2.315, 2.325, 2.326 e 2.330/2011 (Deputado Bruno Siqueira); 2.303, 2.305, 2.316, 2.320, 2.322 e 2.327/2011 (Deputado Cássio Soares); 2.312, 2.314, 2.323 e 2.328/2011 (Deputado Delvito Alves); 2.302, 2.310 e 2.318/2011 (Deputado Luiz Henrique); 2.313, 2.324 e 2.329/2011 (Deputada Rosângela Reis). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. É aprovado requerimento do Deputado Duarte Bechir em que solicita seja alterada a Ordem do Dia de modo que o Projeto de Lei nº 2.125/2011 seja apreciado em primeiro lugar. Após discussão e votação, é aprovado o parecer concluindo pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.125/2011 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Sebastião Costa). Após discussão e votação, é aprovado o parecer concluindo pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.023/2011 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Delvito Alves). O parecer sobre o Projeto de Lei nº 64/2011, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental pelo relator, Deputado Rogério Correia, em virtude de redistribuição. Registra-se a presença do Deputado Rômulo Viegas. Retira-se da reunião o Deputado Rogério Correia. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres concluindo pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 239 e 792/2011 (relator: Deputado Bruno Siqueira). Os Projetos de Lei nºs 370, 673 e 829/2011 são retirados da pauta, atendendo-se a requerimentos, no caso do primeiro, do Deputado Bruno Siqueira e, no caso dos dois últimos, do Deputado Duarte Bechir aprovados pela Comissão. Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 419 e 525/2011, no 1º turno, deixam de ser apreciados em virtude de solicitação de prorrogação do prazo regimental pelo relator, Deputado Bruno Siqueira. Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 482, 491 e 565/2011, no 1º turno, deixam de ser apreciados em virtude de solicitação de prazo regimental pelos respectivos relatores, no caso dos dois primeiros, Deputado Sebastião Costa, e, no caso do último, Deputado Duarte Bechir, todos em virtude de redistribuição. Após discussão e votação, é

aprovado o parecer concluindo pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 804/2011 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Bruno Siqueira). É convertido em diligência à Secretaria de Estado de Saúde – SES – o Projeto de Lei nº 850/2011 (relator: Deputado Rômulo Viegas, em virtude de redistribuição). Registram-se as presenças dos Deputados Cássio Soares e Pompílio Canavez (substituindo o Deputado André Quintão, por indicação da Liderança do Bloco Minas sem Censura). Retira-se da reunião o Deputado Sebastião Costa. São convertidos em diligência à Secretaria de Estado de Fazenda o Projeto de Lei nº 904/2011 (relator: Deputado Bruno Siqueira, em virtude de redistribuição); e à Secretaria de Estado de Educação – SEE – e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – o Projeto de Lei nº 1.031/2011 (relator: Deputado Cássio Soares, em virtude de redistribuição). Após discussão e votação, é aprovado o parecer concluindo pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 947/2011 (relator: Deputado Cássio Soares). Retira-se da reunião o Deputado Duarte Bechir. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres concluindo pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.033 e 1.176/2011 (relator: Deputado Cássio Soares). Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 1.049, 1.659 e 1.062/2011, no 1º turno, deixam de ser apreciados em virtude de solicitação de prorrogação do prazo regimental pelos respectivos relatores, no caso dos dois primeiros, Deputado Cássio Soares, e no caso do último, Deputado Bruno Siqueira. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres concluindo pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.113, 1.319 e 1.647/2011, os dois últimos na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Bruno Siqueira, no caso do primeiro projeto, em virtude de redistribuição); 1.500/2011 na forma do Substitutivo nº 1, 1.944 e 2.174/2011 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Cássio Soares). São convertidos em diligência à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - Seplag - o Projeto de Lei nº 1.266/2011, às Secretarias de Estado de Esportes e Juventude e de Cultura o Projeto de Lei nº 2.008/2011, à Semad o Projeto de Lei nº 2.028/2011 (relator: Deputado Cássio Soares); à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, ao Conselho Estadual de Assistência Social e ao Conselho Estadual do Idoso o Projeto de Lei nº 1.795/2011, à SES o Projeto de Lei nº 1.874/2011, à Seplag, à Secretaria de Estado de Defesa Social - Seds - e à SES o Projeto de Lei nº 1.995/2011, à Seds o Projeto de Lei nº 2.042/2011 e à Seplag e ao Prefeito Municipal de Pará de Minas o Projeto de Lei nº 2.253/2011 (relator: Deputado Bruno Siqueira, os três primeiros em virtude de redistribuição). Os Projetos de Lei nºs 1.519 e 1.992/2011 são retirado da pauta, atendendo-se a requerimentos, respectivamente, dos Deputados Bruno Siqueira e Duarte Bechir aprovados pela Comissão. Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 1.733, 1.849 e 1.837, no 1º turno, deixam de ser apreciados em virtude de solicitação de prazo regimental pelos respectivos relatores, no caso dos dois primeiros, Deputado Bruno Siqueira, e no caso do último, Deputado Pompílio Canavez, todos em virtude de redistribuição. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de agosto de 2011.

Sebastião Costa, Presidente – Bruno Siqueira – Cássio Soares – Delvito Alves – Rosângela Reis – André Quintão.

### **ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 25/8/2011**

Às 11h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Tiago Ulisses, Antônio Carlos Arantes e Rômulo Viegas (substituindo o Deputado João Vítor Xavier, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Rômulo Viegas, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento de dois ofícios do Sr. Emanuel Martins Simões Coelho, Superintendente Substituto do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM -: a primeira, encaminhando relatório de vistoria elaborado por aquele órgão, referente ao Processo DNPM 815.691/1971, e a segunda, publicada no “Diário do Legislativo”, em 18/8/2011. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 1.336/2011. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Rogério Correia (2), em que solicita seja garantida pelos órgãos ambientais envolvidos no processo de discussão sobre a Minas Del Rey, em Mariana, ampla participação popular nas audiências públicas que venham a ser realizadas e seja realizada reunião desta Comissão, com a presença da Prefeitura de Mariana, da Câmara Municipal de Mariana, da Promotoria do Ministério Público, da empresa Vale, de entidades da sociedade civil do Município de Mariana e da Comissão da Câmara Federal de Minas e Energia, para tratar da intenção da Vale de reativar os trabalhos da Minas Del Rey; e Duarte Bechir em que solicita seja encaminhado ofício à Cemig parabenizando-a pelo pronto atendimento às múltiplas ocorrências de queda de energia ocorridas no Estado, em 9/6/2011, em função dos fortes ventos que se abateram sobre o território mineiro. Foram rejeitados requerimentos do Deputado Rogério Correia (3) em que solicita seja realizada reunião de audiência pública conjunta com a Comissão de Meio Ambiente para que o Ministério Público de Minas Gerais possa apresentar a proposta de regionalização de áreas mineradoras em Minas Gerais; seja realizada reunião de audiência pública conjunta com a Comissão de Meio Ambiente para debater os possíveis impactos ambientais e sociais causados pela mineração nas comunidades quilombolas de Minas Gerais e seja enviado ofício à diretoria da empresa Vale solicitando que encaminhe à Comissão cópia da documentação requerida pelo Promotor de Justiça Antônio Carlos de Oliveira, da Comarca de Mariana. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de setembro de 2011.

Sávio Souza Cruz, Presidente - Carlos Henrique - Antônio Carlos Arantes.



## **ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 25/8/2011**

Às 14h41min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Fred Costa, Carlin Moura e Pompílio Canavez (substituindo o Deputado André Quintão, por indicação da Liderança do Bloco Minas sem Censura), membros da supracitada Comissão. Está presente também o Deputado Rogério Correia. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Fred Costa, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Pompílio Canavez, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições e comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no "Diário do Legislativo" de 18/8/2011: ofícios do Sr. Alexandre Reis, Diretor do Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro da Fundação Cultural Palmares; e do Sr. Paulo César da Silva, Coordenador do Contencioso da Procuradoria-Geral do Município de Contagem. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado André Quintão (2) em que solicita seja realizada audiência pública em reunião conjunta com a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária para monitorar o Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2007-2011 - e discutir as diretrizes do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - PMDI 2012-2030; seja encaminhado ao Conselho Federal de Serviço Social manifestação de aplauso pela nota de 19/08/2011, intitulada "Conjunto CFESS/CRESS contesta a Adin da CNS, que questiona a constitucionalidade da lei das 30 horas para assistentes sociais"; do Deputado Rogério Correia em que solicita sejam encaminhadas as notas taquigráficas da 1ª Reunião Conjunta das Comissões de Administração Pública e de Participação Popular para o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado e para os sindicatos Sinjus, Sindujus e Serjusmig; dos Deputados Bruno Siqueira e Rogério Correia (2) em que solicitam seja encaminhado ao Presidente do Tribunal de Justiça pedido de providências para a contratação dos candidatos classificados no último concurso público do TJMG para a 1ª Instância, com ênfase nos candidatos ao cargo de Psicólogo Judicial; seja encaminhado ao Presidente desta Casa pedido de providências para a criação de uma comissão parlamentar para acompanhar a destinação e a execução dos recursos orçamentários voltados aos servidores do Tribunal de Justiça, especificamente os relacionados com o cumprimento dos direitos como adicional de insalubridade, periculosidade e verba indenizatória paga pelas diligências realizadas pelos Oficiais de Justiça, Comissários da Infância e da Juventude, Assistentes Sociais e Psicólogos; da Deputada Luzia Ferreira e dos Deputados Bruno Siqueira e Rogério Correia (2) em que solicitam seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de providências para aprovisionar recursos orçamentários para o Tribunal de Justiça do Estado efetuar o devido pagamento das despesas processuais de assistência judiciária, tais como indenização do transporte dos servidores, realização de perícias e demais despesas secundárias; e seja encaminhado ao Presidente do Tribunal de Justiça pedido de providências para o pagamento do adicional de periculosidade aos servidores desse Tribunal, em cumprimento às Leis nºs 10.856 e 19.480. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de agosto de 2011.

André Quintão, Presidente.

## **ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 25/8/2011**

Às 19h15min, comparece na Sala das Comissões o Deputado Délio Malheiros, membro da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Délio Malheiros, declara aberta a reunião e, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e a subscrive. A Presidência informa que a reunião se destina a debater, com a participação do Procon-MG e do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, as propostas de atualização do Código de Defesa do Consumidor elaboradas pela comissão de juristas instituída pelo Senado Federal e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Claudia Lima Marques, professora e relatora-geral da Comissão Especial de Juristas do Senado Federal; e os Srs. Leonardo Bessa e Roberto Pfeiffer, membros da Comissão de Juristas do Senado, representando o Sr. Antônio Herman de Vasconcellos, Ministro do Superior Tribunal de Justiça e Presidente da Comissão de Juristas do Senado Federal; Hector Valverde Santana, Presidente da Brasilcon, Gisela Simona, Superintendente do Procon-MT e Presidente da Associação Procon-Brasil e Antônio Caldas Brito, Diretor do Procon Estadual do Espírito Santo, membros da Comissão do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor para Assuntos Normativos; Jacson Rafael Campomizzi, Procurador de Justiça e Coordenador do Procon Estadual; Aristóteles Atheniense, Conselheiro do Instituto dos Advogados Brasileiros e do Instituto dos Advogados de Minas Gerais, representando o Sr. José Anchieta da Silva, Diretor-Presidente do Instituto dos Advogados de Minas Gerais; Amauri Oliva, Diretor Substituto, representando a Sra. Juliana Pereira da Silva, Diretora do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor e membro da Comissão do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça; Bruno Burgarelli Albergaria Kneipp, Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da OAB-MG, representando o Sr. Luís Cláudio da Silva Chaves, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção MG, e representando, também, o Sr. Ophir Cavalcante Júnior, Presidente da OAB; Marcelo Rodrigo Barbosa, Coordenador do Procon Assembleia, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 31 de agosto de 2011.

Délio Malheiros, Presidente - Antônio Júlio - Carlos Henrique - Duílio de Castro.

## **ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 30/8/2011**

Às 9h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Tenente Lúcio, Dalmo Ribeiro Silva, Rômulo Viegas e Ulysses Gomes, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Tenente Lúcio, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Rômulo Viegas, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir a situação da Indústria e do Comércio no Estado e avaliar seus reflexos na economia nacional e internacional, receber o Secretário de Estado de Turismo e discutir e votar proposições. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Agostinho Patrus, Secretário de Estado de Turismo; João Neiva, Superintendente de Cooperativismo e Apoio ao Setor Terciário, representando a Sra. Dorothea Fonseca Furquim Werneck, Secretária de Estado de Desenvolvimento Econômico; Gilberto Silva Ramos, Subsecretário da Receita Estadual, representando o Sr. Leonardo Maurício Colombini Lima, Secretário de Estado de Fazenda; Antônio Eduardo Macedo Soares de Paula Leite Júnior, Superintendente de Tributação, representando o Sr. Luiz Antônio Athayde Vasconcelos, Subsecretário de Investimentos Estratégicos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico; e Luís Márcio Ribeiro Vianna, Secretário de Relações Institucionais do Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais - Sindixtra - representando o Sr. José Fernando Coura, Presidente do Sindixtra, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra aos Deputados Dalmo Ribeiro Silva e Rômulo Viegas, autores do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Tenente Lúcio, Dalmo Ribeiro Silva, Rômulo Viegas, Duílio de Castro e João Leite em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Turismo e à Secretaria de Estado Extraordinária da Copa de 2014 o projeto "Expresso Vale Verde", que se destina à criação de produto turístico regional, em modal ferroviário no Estado; Tenente Lúcio, Dalmo Ribeiro Silva e Rômulo Viegas em que solicitam seja realizada reunião de audiência pública no Município de Corinto para discutir o Turismo Ferroviário e a preservação e conservação do patrimônio ferroviário no Estado; Dalmo Ribeiro Silva em que solicita seja realizada visita desta Comissão aos Municípios de Ribeirão Vermelho e Carrancas, para tomar conhecimento do patrimônio histórico e cultural vinculado à rede ferroviária dessas localidades, bem como conhecer as políticas culturais e turísticas que as referidas municipalidades desenvolvem. Tenente Lúcio, Dalmo Ribeiro Silva e Rômulo Viegas, Ulysses Gomes, Luiz Humberto e a Deputada Liza Prado em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Turismo e à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas pedido de providências para a inclusão do ramal ferroviário Uberlândia - Araguari no programa "Trens de Minas", com vistas a implantar o trem turístico. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos desta reunião.

Sala das Comissões, 30 de agosto de 2011.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Ulysses Gomes - Hélio Gomes.

## **ATA DA 20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 30/8/2011**

Às 13h15min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Liza Prado e os Deputados Almir Paraca e Elismar Prado (substituindo o Deputado Pompílio Canavez, por indicação da Liderança do Bloco Minas sem Censura), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Almir Paraca, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Liza Prado, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a instalação de uma usina química de fertilizantes na região de Patrocínio, que poderá resultar na desapropriação de pequenos produtores rurais. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Alberto Sanarelli Junior, Presidente da Câmara Municipal de Patrocínio; Rodrigo Angelis Alvarez, Superintendente Regional de Regularização Ambiental do Triângulo Mineiro, representando o Sr. Adriano Magalhães Chaves, Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; João Batista Ferreira, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Patrocínio e Região; Joel da Silva Carvalho, Vereador e Vice-Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Patrocínio e Região; Antônio Geraldo de Oliveira, Diretor-Regional do Fórum Nacional de Agentes da Sociedade Civil - Fonasc -, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, como autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da Deputada Liza Prado e dos Deputados Almir Paraca e Elismar Prado, em que solicitam seja encaminhado ao Conselho de Política Ambiental - Copam -, à Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - Codemig - e à Superintendência Regional de Regularização Ambiental da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Supram-Semad - pedido de providências para que seja realizado estudo sobre as áreas apresentadas como passíveis de implantação de indústria química de fertilizantes no Município de Patrocínio, bem como para que seja apresentada



justificativa quanto à escolha da região conhecida como Santo Antônio da Lagoa Seca, para implantação do mencionado empreendimento; seja encaminhado à Codemig pedido de providências para que realize, no Município de Patrocínio, reuniões com a comunidade, antes da definição sobre o local onde será implantada uma usina de fertilizantes; sejam encaminhadas ao Copam, à Codemig e à Supram-Semad as notas taquigráficas desta reunião, bem como documento entregue a esta Comissão, contendo reivindicação dos afetados pelo projeto de expansão urbana de Patrocínio; seja encaminhado às agências do Banco do Brasil, do HSBC, do Bradesco e Sicoob-Copacred no Município de Patrocínio pedido de informações sobre a não concessão de empréstimos aos moradores das comunidades de Santo Antônio da Lagoa Seca, Tijuco e Esmeril, em provável descumprimento do Código de Defesa do Consumidor; sejam encaminhadas à Secretaria de Estado de Agricultura, à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais - Fetaemg -, à Comissão Pastoral da Terra, ao Ministério da Agricultura, ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Patrocínio, ao Sindicato Rural de Patrocínio e à Federação dos Produtores de Café de Minas Gerais as notas taquigráficas desta reunião; seja encaminhado à Vale do Rio Doce (Setor de Fertilizantes) pedido de informações sobre o processo de implantação de indústria química no Município de Patrocínio, detalhando os impactos ambientais do referido empreendimento; e seja encaminhado ao Prefeito de Patrocínio pedido de informações sobre as perspectivas de implantação de indústria química no referido Município e os critérios utilizados para a escolha da respectiva área de implantação, bem como as notas taquigráficas da presente reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos da reunião.

Sala das Comissões, 1º de setembro de 2011.

Almir Paraca, Presidente - João Leite – André Quintão.

### **ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 31/8/2011**

Às 9h8min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo, Delvito Alves e Duarte Bechir, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, a Deputada Liza Prado. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Delvito Alves, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a obter esclarecimentos sobre denúncia de violação dos direitos humanos dos doentes renais crônicos que necessitam fazer diálise pela Prefeitura de Belo Horizonte e estão correndo risco de morte em função do descumprimento da Resolução da Diretoria Colegiada da Anvisa RDC-154/2004, e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício da Sra. Zani Cajueiro Tobias de Souza, Procuradora da República em Minas Gerais, informando que nessa Procuradoria os Inquéritos Cíveis Públicos nºs 1.22.000.00095/2010-29 e 1.22.000.000656/2010-90, relativos à Usina Hidrelétrica de Candonga, no Município de Santa Cruz do Escalvado, são de responsabilidade da Procuradora Mírin do Rozário Moreira Lima. O Presidente acusa o recebimento da seguinte proposição, para a qual designou o relator citado a seguir: Projeto de Lei nº 2.097/2011, turno único (Deputado Paulo Lamac). A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Josely Ramos Pontes, Promotora de Justiça de Defesa da Saúde - 2ª Promotoria de Belo Horizonte; Maria Cristina Ferreira Drummond, Gerente de Serviço Municipal de Alta Complexidade da Secretaria Municipal de Saúde; Suzana Maria Moreira Rates, Secretária Municipal Adjunta de Saúde de Belo Horizonte, representando Marcelo Gouvêa Teixeira, Secretário Municipal de Saúde, e os Srs. Ageu Rodrigues de Oliveira, Presidente Associação dos Pacientes e Transplantados Renais de MG - Renalmig; Vinícius Marcus Nonato da Silva, advogado e membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB-MG, Armando Gonçalves dos Santos, Presidente da Associação Nacional dos Pacientes e Doadores de Órgãos - Doretrans - e Mário Eduardo Passos Martins, membro da Associação Nacional dos Pacientes e Doadores de Órgãos - Doretrans -, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação e pela rejeição do Substitutivo nº 1, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 777/2011 (relator: Deputado Durval Ângelo). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.887/2011. Registra-se a presença do Deputado Paulo Lamac. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Durval Ângelo (2) em que solicita seja realizada reunião de pública para debater denúncia de possíveis falhas no inquérito policial e na instrução criminal referente ao processo em que figuram como réus Carlos Henrique Pereira e outros; seja realizada reunião de audiência pública para discutir os Direitos Humanos e Cidadania; Celinho do Sinttrocel em que solicita seja realizada reunião de audiência pública em Uberlândia, para discutir o Projeto de Lei Federal nº 271/2008, de autoria do Senador Paulo Paim, que institui o Estatuto do Motorista; Deputado Durval Ângelo e João Leite em que solicitam seja realizada reunião conjunta desta Comissão e a de Segurança Pública, com técnicos do executivo, destinada a audiência pública para realizar o monitoramento do PPAG-2008/2011; Duarte Bechir em que solicita seja realizada reunião de audiência pública em Frutal para obter esclarecimentos sobre denúncia de violação dos direitos humanos dos Vereadores (e ex-Vereadores) desse Município, atualmente afastados de seus cargos. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de setembro de 2011.

Durval Ângelo, Presidente.

## **ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 31/8/2011**

Às 14h45min, comparece na Sala das Comissões o Deputados André Quintão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a campanha Fome, obesidade, desperdício: não alimente este problema, do Conselho Nacional dos Nutricionistas e dos Conselhos Regionais de Nutricionistas, em comemoração ao Dia do Nutricionista. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Denise Helena de Campos Damin, estudante de nutrição; Lívia Garcia Ferreira, Professora da Universidade de Itaúna; os Srs. Ivan Mourthé de Oliveira, representando a Sra. Rosane Nascimento, Presidente do Conselho Federal de Nutricionistas; Élideo Bonomo, Presidente do Conselho Regional de Nutricionistas da 9ª Região; e Dom Mauro Morelli, Presidente do Conselho de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável do Estado de Minas Gerais, que são convidados a tomar assento à mesa. Registra-se a presença dos Deputados Carlin Moura e Adelmo Carneiro Leão. O Presidente, como autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de setembro de 2011.

André Quintão, Presidente - Celinho do Sinttrocel - Fred Costa - João Leite.

## **ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 31/8/2011**

Às 15h5min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Antônio Carlos Arantes, Fabiano Tolentino, Doutor Viana e Romel Anízio, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados André Quintão, Delvito Alves, Tadeu Martins Leite e Pompílio Canavez. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Antônio Carlos Arantes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Fabiano Tolentino, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater o licenciamento ambiental para a instalação de tanques-rede no lago de Furnas e discutir e votar proposições da Comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios da Sra. Tatiana Martins, Coordenadora de Cerimonial do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; do Sr. Luciano Junqueira de Melo, Superintendente Regional de Meio Ambiente; e do Sr. Leonardo Maurício Colombini Lima, Secretário de Estado de Fazenda, publicado no “Diário do Legislativo”, em 18/8/2011. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Frederico Ozanam de Souza, Coordenador Técnico Regional da Emater; Marcelo Lana Franco, Vice-Presidente da Emater; Lucas Rocha Carneiro, Assessor para Aquicultura da Superintendência Federal da Pesca e Aquicultura - Ministério da Pesca e Aquicultura; Danilo Vieira Júnior, Subsecretário de Gestão e Regularização Ambiental Integrada, representando o Secretário Estadual de Meio Ambiente; Enio Rezende de Souza, Coordenador Técnico Estadual de Meio Ambiente da Emater; Patrícia Regina Domingos, Extensionista Agropecuária da Emater e Secretária da Associação de Piscicultores de Capitólio; Luciano Souza Ribeiro, representante da Cooperativa de Piscicultores do Alto e Médio São Francisco – Coopeixe de Morada Nova de Minas; Maurício Grós, Engenheiro de Pesca da Codevasf; Marcelo Rodrigues da Silva, Presidente da Câmara Municipal de São José da Barra; Nilson Teodoro da Corte, Presidente da Associação de Piscicultores de Capitólio; Luiz Carlos Rodrigues Caribé, Presidente da Associação de Piscicultores de Alfenas; Alex Douglas M. Demier, Chefe da Unidade de Desenvolvimento Territorial da Codevasf; José Antônio Delfino Barbosa, Presidente da Associação dos Agricultores do Médio Rio Grande; Getúlio Gontijo Amorim, Assessor Parlamentar do IEF; Alisson Santos Almada, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Capitólio; Daniel Henrique dos Santos Jorge, do Ministério da Pesca e Agricultura; e Helder da Costa Rodrigues, Engenheiro Químico do Ministério da Pesca e Agricultura, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados membros desta Comissão (3), em que solicitam seja encaminhado ofício ao Diretor-Geral do Instituto Estadual de Florestas – IEF –, solicitando a revogação do art. 5º da Portaria nº 98, de 2002, o qual exige do aquicultor a apresentação de anuência ou autorização da concessionária de energia, abastecimento de água ou outra que administre a barragem; requerem, ainda, seja encaminhado ofício ao Presidente do Conselho Estadual de Política Ambiental – Copam, solicitando a reformulação dos critérios de licenciamento ambiental de aquicultura existentes na Deliberação Normativa nº 74, de 2004, para adequá-la aos parâmetros utilizados na Resolução Conama nº 413, de 2009, de forma a resolver os entraves burocráticos desses processos de licenciamento; e em que solicitam reunião extraordinária desta Comissão, com técnicos do Executivo, destinada à audiência pública para debater o monitoramento do PPAG – 2008/2011; Pompílio Canavez, em que solicita seja encaminhado ofício ao Ministério da Pesca e Agricultura com vistas à reformulação do zoneamento aquícola do lago de Furnas, ouvindo a Associação de Aquicultores e a Associação de Municípios, haja vista que o zoneamento atual não atende às necessidades de população local. A Presidente recebe requerimento do Deputado Delvito Alves, em que solicita seja realizada audiência pública desta Comissão na cidade de Morada Nova de Minas, para debater as atividades da pesca e da aquicultura com a população. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos



parlamentares e dos convidados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária a ser realizada no dia primeiro de setembro do corrente ano, às dez horas, no Plenarinho II, com a finalidade de apreciar matérias constantes na pauta e de discutir e votar pareceres de Redação Final e proposições da Comissão, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de setembro de 2011.

Antônio Carlos Arantes, Presidente - Fabiano Tolentino - Luzia Ferreira.



## EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Paulo Lamac, Antônio Genaro, Delvito Alves e Luiz Carlos Miranda, membros da supracitada Comissão, para a reunião com convidados a ser realizada em 8/9/2011, às 9 horas, na Câmara Municipal de Frutal, com a finalidade de discutir denúncia de violação de direitos humanos dos Vereadores e ex-Vereadores dos Municípios de Frutal e Fronteira e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 2 de setembro de 2011.

Durval Ângelo, Presidente.



## TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.004/2011

#### Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

##### Relatório

De autoria do Deputado Tenente Lúcio, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Fundação Ministério Vitorioso, com sede no Município de Uberlândia.

A matéria foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

##### Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.004/2011 pretende declarar de utilidade pública a Fundação Ministério Vitorioso, com sede no Município de Uberlândia, entidade de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por escopo a prestação de serviços de assistência social, guiada pelo princípio da dignidade do ser humano.

Com esse propósito, a instituição trabalha pela reabilitação de menores pobres, carentes e marginalizados, promove programas de combate à miséria, à desnutrição e ao analfabetismo e presta assistência material, profissional e psicológica a idosos, gestantes, mães, pessoas com deficiência e a todos que necessitam de apoio. Além disso, orienta seus assistidos e familiares sobre seus direitos, gerencia programas de assistência à saúde e policlínicas comunitárias, incentiva programas de habitação popular, mantém oportunidades educativas para aperfeiçoamento, especialização e qualificação, auxiliando a integração de seus beneficiados no mercado de trabalho, fomenta a geração de renda e emprego, divulga atividades culturais, artísticas, desportivas e de preservação ambiental e executa serviços de radiodifusão comunitária.

Diante do relevante trabalho realizado pela Fundação Ministério Vitorioso, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

##### Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.004/2011, em turno único.

Sala das Comissões, 1º de setembro de 2011.

Luiz Carlos Miranda, relator.

### PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.017/2011

#### Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

##### Relatório

De autoria do Deputado André Quintão, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação Comunitária Viver Feliz do Bairro Estaleiro II – Ascovife –, com sede no Município de Contagem.

A matéria foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

### **Fundamentação**

O Projeto de Lei nº 2.017/2011 pretende declarar de utilidade pública a Associação Comunitária Viver Feliz do Bairro Estaleiro II – Ascovife –, com sede no Município de Contagem, entidade de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por escopo defender os direitos e os interesses dessa comunidade.

Com esse propósito, a instituição representa seus associados nos assuntos referentes à melhoria de sua qualidade de vida, especialmente aqueles relacionados à saúde, à educação, ao saneamento básico, à infraestrutura, ao esporte e ao lazer, promove a educação ambiental, orientando sobre a preservação do meio ambiente, mantém uma rádio comunitária e incentiva a integração social dos moradores.

Diante do relevante trabalho realizado pela referida Associação em prol do pleno exercício da cidadania dos moradores do Bairro Estaleiro II, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

### **Conclusão**

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.017/2011, em turno único.

Sala das Comissões, 1º de setembro de 2011.

Luiz Carlos Miranda, relator.

## **PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.054/2011**

### **Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social**

#### **Relatório**

De autoria do Deputado Antônio Júlio, o projeto de lei em epígrafe tem por finalidade alterar o art. 1º da Lei nº 18.668, de 22/12/2009, que declara de utilidade pública o Conselho de Desenvolvimento Comunitário da Vila Martinho Campos – Codec –, com sede no Município de Três Pontas.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

Vem agora a proposição a este órgão colegiado para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

### **Fundamentação**

O Projeto de Lei nº 2.054/2011 pretende alterar o art. 1º da Lei nº 18.668, de 22/12/2009, que declara de utilidade pública o Conselho de Desenvolvimento Comunitário da Vila Martinho Campos – Codec –, com sede no Município de Três Pontas, em consequência da alteração estatutária realizada em 21/3/2011, que modificou sua denominação para Conselho de Desenvolvimento Comunitário do Distrito Quilombo Nossa Senhora do Rosário – Codec.

Pela análise de seu estatuto, verificamos que a instituição apresenta as mesmas condições formais que lhe permitiram a outorga do título declaratório de utilidade pública por meio da referida Lei nº 18.668, de 2009, e tem como propósito a proteção e o desenvolvimento integral das crianças e dos adolescentes da comunidade, a fiscalização dos serviços públicos de saúde e de educação, a luta em defesa da infraestrutura comunitária de saneamento básico, moradia, comunicação, eletrificação, esportes, lazer e segurança pública e a promoção do desenvolvimento da agricultura local.

Cabe destacar que o Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, tem a finalidade de adequar o texto da proposição à técnica legislativa.

### **Conclusão**

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.054/2011, em turno único, na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 1º de setembro de 2011.

Luiz Carlos Miranda, relator.

## **PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.073/2011**

### **Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social**

#### **Relatório**

De autoria do Deputado Tiago Ulisses, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação Cultural, Educacional e Desportiva de Itapecerica – Acedei –, com sede no Município de Itapecerica.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

### **Fundamentação**

O Projeto de Lei nº 2.073/2011 pretende declarar de utilidade pública a Associação Cultural, Educacional e Desportiva de Itapecerica – Acedei –, com sede no Município de Itapecerica, entidade de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por escopo prestar assistência social aos segmentos sociais mais carentes, proporcionando-lhes cultura, educação e desporto.



Na consecução desses propósitos, a instituição assiste a infância, a adolescência, a juventude e a terceira idade, difunde a cultura e a prática desportiva, combate o uso de drogas por meio de campanhas educativas, contribui para o enfrentamento do desemprego e incentiva a preservação do meio ambiente.

Cabe ressaltar que a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, tem como finalidade adequar o nome da entidade ao consubstanciado no art. 1º de seu estatuto.

Tendo em vista o relevante trabalho social desenvolvido pela referida Associação em prol dos moradores de Itapeçerica, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

### **Conclusão**

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.073/2011, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 1º de setembro de 2011.

Luiz Carlos Miranda, relator.

## **PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.081/2011**

### **Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social**

#### **Relatório**

De autoria do Deputado Luiz Humberto Carneiro, o projeto de lei em epígrafe tem por finalidade alterar o art. 1º da Lei nº 18.227, de 1º/7/2009, que declara de utilidade pública a Creche Comunitária Dona Neuza Rezende, com sede no Município de Uberlândia.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

Vem agora a proposição a este órgão colegiado para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

#### **Fundamentação**

O Projeto de Lei nº 2.081/2011 pretende alterar o art. 1º da Lei nº 18.227, de 1º/7/2009, que declara de utilidade pública a Creche Comunitária Dona Neuza Rezende, com sede no Município de Uberlândia, em consequência da alteração estatutária realizada em 26/10/2009, que modificou sua denominação para Centro Educacional Dona Neuza Rezende.

Pela análise de seu estatuto, verificamos que a instituição apresenta as mesmas condições formais que lhe permitiram a outorga do título declaratório de utilidade pública por meio da referida Lei nº 18.227, de 2009, e tem como propósito colaborar no aprimoramento do processo educacional, na assistência à criança e na integração família-creche-comunidade.

Cabe destacar que o Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, tem a finalidade de adequar o texto da proposição à técnica legislativa.

#### **Conclusão**

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.081/2011, em turno único, na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 1º de setembro de 2011.

Luiz Carlos Miranda, relator.

## **PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 196/2011**

### **Comissão de Constituição e Justiça**

#### **Relatório**

De autoria do Deputado Elismar Prado, o Projeto de Lei nº 196/2011, resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 2.429/2008, visa a tornar “obrigatória a apresentação da Caderneta da Criança ou do Cartão da Criança no ato de inscrição de crianças em creches, escolas maternas, jardins de infância e dá outras providências”.

Publicada no “Diário do Legislativo” de 19/2/2011, a proposição foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Saúde.

Cumprindo o disposto no art. 173, § 2º, do Regimento Interno, foram anexados à proposição o Projeto de Lei nº 337/2011, de autoria do Deputado Fred Costa, que torna obrigatória a apresentação do cartão ou da caderneta de saúde da criança para matrícula na rede pública estadual de ensino, e o Projeto de Lei nº 591/2011, de autoria do Deputado Sargento Rodrigues, que dispõe sobre a apresentação do cartão da criança ou da caderneta de vacinação da criança no ato da matrícula.

Vem a matéria, preliminarmente, a esta Comissão para receber parecer sobre sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, III, “a”, do Regimento Interno.

#### **Fundamentação**

A proposição em epígrafe pretende estabelecer a obrigatoriedade de os pais ou responsáveis apresentarem a caderneta ou o cartão de saúde da criança no ato de inscrição ou matrícula desta em educandários públicos ou privados.

Esta Comissão, na legislatura precedente, se manifestou sobre a medida proposta e, como não houve alteração no sistema jurídico que justifique o estudo da matéria sob um novo prisma, mantemos o mesmo entendimento manifestado naquela ocasião:

“O cartão ou a caderneta de saúde da criança é um importante instrumento de vigilância sanitária e de educação para a saúde. Por intermédio dele, o Estado e os pais ou responsáveis podem controlar o desenvolvimento da saúde das crianças, como seu crescimento e a aplicação das vacinas obrigatórias. O cartão cumpre, nesse sentido, uma função pedagógica, porque informa aos responsáveis os procedimentos básicos obrigatórios para o cuidado com a criança.



A matéria não encontra óbice em relação à constitucionalidade, uma vez que o Estado pode legislar sobre proteção à saúde, nos termos do art. 24, XII, da Constituição da República. É razoável que as escolas contribuam para a melhor utilização dos cartões ou cadernetas de saúde da criança, e esta matéria não é de competência privativa do Chefe do Poder Executivo.

Contudo, tendo em vista o princípio da máxima efetividade dos direitos fundamentais, não nos parece que a apresentação do referido cartão deva ser uma condição para que a criança seja matriculada na escola. Afinal, não se deve negar o acesso da criança à educação porque ela não teve adequado acesso às políticas de saúde, ainda que por desídia dos pais ou responsáveis.

Por isso, apresentamos, ao final deste parecer, o Substitutivo nº 1, para que a escola informe ao Conselho Tutelar se os pais ou responsáveis não apresentarem o cartão ou a caderneta de saúde da criança. Temos certeza de que, levando em consideração as balizas apresentadas neste parecer, a comissão de mérito irá aperfeiçoar a proposição.

Por fim, ressaltamos que a análise desta Comissão é realizada, por força do art. 102, III, 'a' do Regimento Interno, estritamente sob o viés jurídico-constitucional e, nesse aspecto, não encontramos óbice. Vale lembrar, entretanto, que as Comissões de mérito, quando realizarem sua análise, podem entender que a medida é inoportuna e inconveniente e, assim, opinar pela rejeição da proposição”.

Por força da Decisão Normativa da Presidência nº 12, de 2003, esta Comissão também deve se manifestar sobre as proposições anexadas. O Projeto de Lei nº 337/2011 tem o mesmo teor do Substitutivo nº 1 aprovado por esta Comissão na legislatura passada. Por sua vez, o Projeto de Lei nº 591/2011 apresenta uma pequena inovação em relação ao substitutivo aprovado naquela oportunidade e ao Projeto de Lei nº 337/2011: impõe que a escola advirta os pais com o cartão de vacinação da criança desatualizado da importância da vacinação e dos cuidados com a saúde com seu de filho. Para acrescentar essa advertência, alteramos o Substitutivo nº 1.

### Conclusão

Pelas razões aduzidas, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 196/2011 na forma do Substitutivo nº 1, a seguir redigido.

### SUBSTITUTIVO Nº 1

Torna obrigatória a apresentação do cartão ou da caderneta de saúde da criança para matrícula na rede pública estadual de ensino.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Os pais ou responsáveis devem apresentar o cartão ou a caderneta de saúde da criança para matrícula em escola da rede pública estadual.

Parágrafo único – Na hipótese de o documento não ser apresentado ou de as anotações estarem desatualizadas, a escola deverá comunicar o fato ao Conselho Tutelar e advertir os pais da importância da vacinação e dos cuidados com a saúde dos filhos.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 22 de março de 2011.

Sebastião Costa, Presidente – Luiz Henrique, relator – André Quintão – Cássio Soares – Bruno Siqueira.



## COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

### COMUNICAÇÕES

- O Sr. Presidente despachou, em 1º/9/2011, as seguintes comunicações:

Da Deputada Ana Maria Resende, notificando sua ausência do País no período de 5 a 13/9/2011. (- Ciente. Publique-se.)

Do Deputado Sávio Souza Cruz, notificando o falecimento do Sr. Domingos Mazzilli, ocorrido em 29/8/2011, em Belo Horizonte. (- Ciente. Oficie-se.)

Do Deputado João Vítor Xavier, notificando sua ausência do País no período de 13 a 20/9/2011. (- Ciente. Publique-se.)

Da Deputada Liza Prado, notificando sua ausência do País no período de 31/8/2011 a 10/9/2011. (- Ciente. Publique-se.)



## MANIFESTAÇÃO

### MANIFESTAÇÃO

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, a seguinte manifestação:

de apoio ao Prefeito Municipal de Belo Horizonte em face das notícias veiculadas pela imprensa acerca da ação civil pública por improbidade administrativa interposta pela Promotoria de Defesa do Patrimônio Público (Requerimento nº 1.410/2011, da Comissão de Direitos Humanos).



## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 31/8/11, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:



### **Gabinete do Deputado Fabiano Tolentino**

exonerando, a partir de 5/9/11, Christian Eduardo de Souza do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas; nomeando Christian Eduardo de Souza para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Adriana Guimarães Penêdo para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Minas Sem Censura;

nomeando Marco Antonio Maurício Canela Filho para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Minas Sem Censura.

Na data de 31/8/2011, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, 5.195, de 4/7/00, e 5.310, de 21/12/07, e da Lei nº 15.014, de 15/1/04, assinou os seguintes atos:

exonerando, a pedido, a partir de 5/9/11, Daniel Oliveira Silva do cargo de Analista Legislativo – na especialidade de Jornalista, padrão VL-46, classe I, código AL-AN, do Quadro de Pessoal desta Secretaria;

exonerando, a pedido, a partir de 2/9/11, Raquel Assunção Ivar do Sul do cargo de Analista Legislativo – na especialidade de Consultor em Direito, padrão VL-46, classe I, código AL-AN, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.



### **ERRATAS**

#### **PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.121/2011**

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 11/6/2011, na pág. 150, col. 3, no título, onde se lê:

“PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.121/2011”, leia-se:

“PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.121/2011”.

#### **ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na publicação da matéria em epígrafe verificada na edição de 1º/9/2011, na pág. 63, col. 3, sob o título “Gabinete do Deputado Fábio Cherm”, onde se lê:

“Wanderlei Miranda”, leia-se:

“Vanderlei Mesquita”.